Órgão Central
do Partido Comunista
Português

Avante!

Proletários
de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 59 – Série VII – N.º 824
12 de Outubro de 1989
Preço: 60$00

Propriedade do Partido Comunista Português **Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX** **Tel. 76 97 22 / 25 – Telex 18390** **Composição e impressão – Heska Portuguesa** **Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa**

Por responsabilidade do Governo

Carris, Metro e RN param totalmente

Págs. 8 e 9/Semana

No sábado, às 15.30 no Campo Pequeno

Grande comício Por Lisboa

Intervêm os candidatos
Jorge Sampaio
Rui Godinho
André Martins
Alfreda Cruz
e o mandatário Gomes Mota

Encontro Nacional do PCP sobre Eleições Autárquicas

Cerca de 700 eleitos, candidatos e quadros autárquicos comunistas participaram no passado domingo, em Lisboa, no Encontro Nacional do PCP sobre Eleições Autárquicas. Dezenas de intervenções analisaram a realidade autárquica nacional, as perspectivas e o trabalho futuro. Encerrou o Encontro o camarada Álvaro Cunhal

Págs. 1 a 5
Semana

Em Foco

Nesta edição, o habitual Em Foco é substituído por um suplemento destacável, dedicado exclusivamente ao documento «O PCP, as Eleições Autárquicas e o Mandato 1990-1993 no Poder Local», apresentado no Encontro Nacional do passado domingo.

Álvaro Cunhal:
Convergência e unidade com o PCP condição indispensável para uma alternativa democrática

Comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português reuniu no dia 9 de Outubro para apreciar a situação política, económica e social, a preparação das eleições autárquicas e outras importantes tarefas do Partido.

1. **A Comissão Política salientou a importância do Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas como uma grande contribuição para um ainda maior empenhamento dos comunistas no trabalho eleitoral no quadro da CDU e das outras coligações, «Por Lisboa», «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à Obra pela Covilhã», em que o PCP participa.**

A Comissão Política considera, no seguimento do Encontro, como tarefa central no presente momento, um esforço final dos militantes do Partido e dos outros democratas da CDU para concretizar nas próximas duas semanas o objectivo de concorrer a todos os municípios e ao maior número possível de freguesias do País, confirmando a participação nas listas da CDU com milhares de candidatos independentes e de outros partidos.

A Comissão Política analisou igualmente a preparação da pré-campanha e da campanha eleitoral, que será um processo importante de prestação de contas, de intervenção popular na elaboração dos programas, de esclarecimento, a batalha pela divulgação dos símbolos e siglas e luta por uma alternativa democrática e pelo reforço da capacidade dos comunistas e seus aliados assegurarem ou participarem na resolução dos problemas das populações.

A Comissão Política considerou importante que as campanhas eleitorais de Lisboa, Setúbal e Covilhã sejam conduzidas com base nos símbolos e siglas dos partidos componentes (formados a partir das siglas e símbolos dos partidos coligados). Considerou igualmente importante, em tais condições, com particular realce para Lisboa, o desenvolvimento de uma intensa campanha autónoma do PCP, com objectivos convergentes com as campanhas das coligações.

A Comissão Política denuncia e alerta para a vaga de medidas demagógicas anunciadas pelo Governo e amplamente propagandeadas pelos órgãos de comunicação ao aproximarem-se as eleições: crédito à habitação jovem, fiscalidade, assistência social, etc. Tais medidas reflectem, por um lado, cedências perante a força da luta e do descontentamento popular, mas inserem-se também na acção eleitoralista do Governo PSD.

Assume particular importância, no presente quadro, o papel do PCP, colocado no centro da luta pela convergência e a unidade dos democratas e das forças democráticas, na sequência da sua luta de sempre, que conduziu já a resultados muito importantes no plano das eleições autárquicas. A Comissão Política considera oportuno reiterar a convicção de que a convergência e unidade democráticas são fundamentais para a derrota da direita no plano autárquico e no plano geral, e volta a insistir na necessidade de se explorarem ainda todas as eventuais possibilidades para assegurar a integração do PRD na coligação «Por Lisboa».

2. **A Comissão Política saúda a realização da 12.ª Conferência da Reforma Agrária, como expressiva síntese da luta, resistência e capacidade criadora dos assalariados agrícolas do Alentejo e Ribatejo após treze anos de ofensiva reaccionária, de arbitrariedades, de ilegalidades e de violências.**

A 12.ª Conferência tornou mais uma vez claro que não há desenvolvimento da agricultura e da região **sem a liquidação do latifúndio.** Tornou igualmente claro que a reconstituição da propriedade latifundiária tem significado o regresso a velhas formas de exploração da terra, de subaproveitamento e improdutividade, ou pura e simplesmente ao abandono, das enormes potencialidades agrícolas das terras alentejanas e ribatejanas.

A Comissão Política protesta energicamente contra a enormidade política e moral que significa a réplica do MAPA e do Governo de Cavaco Silva à Conferência e à patriótica, criadora e fundamentada proposta dos trabalhadores para o «**Desenvolvimento da Agricultura no Sul do Ribatejo e do Alentejo**», ao desencadear um novo ataque à Reforma Agrária, com a marcação de 12 reservas com 4125 hectares nos distritos de Beja (5 reservas), Évora (6) e Portalegre (1). A perfídia deste novo golpe governamental não desviará os trabalhadores da Reforma Agrária das grandes linhas definidas na sua Conferência e deve reforçar o movimento de solidariedade com a sua luta.

A Comissão Política saúda igualmente a magnífica manifestação dos agricultores do Oeste com a marcha desde o Bombarral até Lisboa de centenas de tractores e outros veículos contra a política de Barreto-/Cavaco Silva.

Ao condenarem a política de total liberalização das importações de produtos agrícolas (frutas, hortícolas, vinho, arroz, carne, etc.), ao reclamarem preços compensadores, créditos bonificados, o gasóleo «verde» e suficientemente bonificado, um seguro agrícola capaz, a indemnização por prejuízos provocados por intempéries, os agricultores do Oeste não estão a defender só os seus interesses mas os interesses da agricultura portuguesa. Este movimento desmascara também o papel de jogue-te do Governo e de falta de representatividade da agricultura em que a CAP se arroga.

O PCP está activamente solidário com a luta e as reivindicações expressas pelos agricultores do Oeste, assumirá a sua defesa nos diferentes planos da sua intervenção na vida nacional e protesta energicamente contra obstáculos antidemocráticos desencadeados pelo Governo contra o seu direito de manifestação na cidade de Lisboa.

3. **A Comissão Política voltou a apreciar o desastroso processo de privatizações**, chamando a atenção para a privatização da **Aliança Seguradora** onde, como noticia a generalidade da imprensa, o capital estrangeiro, tal como aconteceu com outras empresas privatizadas, ladeou com toda a facilidade o pretenso limite dos 10% e assegurou o controlo de uma elevada percentagem do capital (mais de 30%, afirmam alguns jornais).

Trata-se de mais uma inquestionável confirmação das repetidas advertências feitas pelo PCP do crescente domínio do capital estrangeiro sobre os sectores básicos da economia nacional que o processo de privatizações conduzido pelo Governo Cavaco Silva está a agravar aceleradamente.

A privatização da Aliança Seguradora, como as outras privatizações, confirma também que, além do capital estrangeiro, são os grandes grupos capitalistas portugueses que fazem as grossas aquisições de acções, o que faz cair por terra a demagogia do «capitalismo popular» e do «trabalhador accionista» e confere ao grande capital um crescente poder económico, acentuando a sua pretensão de domínio do poder político.

O PCP denuncia o processo de privatizações em curso como uma escandalosa operação de esbulho de bens do Estado a favor de grandes interesses privados e exorta os trabalhadores e as forças democráticas a lutarem pela preservação e melhoramento do Sector Empresarial do Estado como elemento básico de uma política nacional de desenvolvimento, de subordinação do poder económico ao poder político e de protecção da economia nacional em relação à dominação estrangeira.

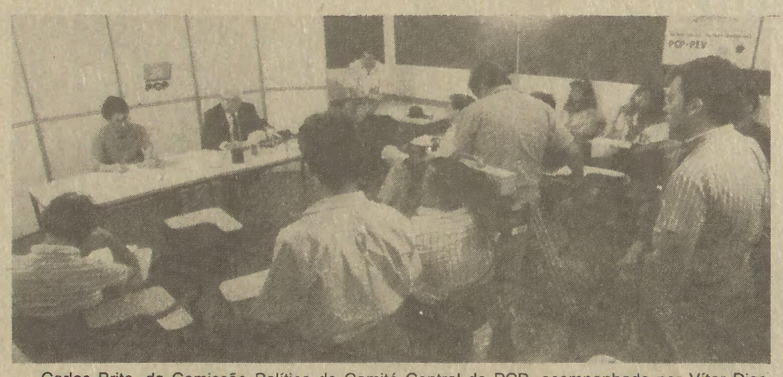
4. **A Comissão Política chama a atenção para a crescente conflitualidade e radicalização que caracteriza a situação social.**

As novas greves dos transportes previstas para os dias 10 e 11 de Outubro, envolvendo a Carris, o Metro, a Rodoviária Nacional e coincidindo com importantes lutas de outros sectores (professores, Função Pública, trabalhadores do Vestuário do Norte), são uma viva expressão do justo protesto dos trabalhadores contra a política de mão-de-obra barata do Governo Cavaco Silva e a forma arrogante e avessa ao diálogo com que se conduz nos conflitos laborais.

Os prejuízos para os trabalhadores e a população decorrentes de uma situação marcada pela instabilidade e incerteza são de exclusiva responsabilidade do Governo de Cavaco Silva que se recusa a ter em conta o severo agravamento da inflação muito para além das metas que anunciou, agrava a precarização do emprego e a ameaça do desemprego com a aplicação da lei dos despedimentos e procura impor pela força uma degradação ainda maior das condições de vida dos trabalhadores.

O PCP aponta a luta pela reposição do poder de compra dos trabalhadores como um grande objectivo da situação presente e manifesta a sua activa solidariedade a todos os trabalhadores em luta com este objectivo.

A Comissão Política assinalou a forma muito positiva como foram acolhidas pelos mais directos interessados e pela opinião pública, recentes propostas do PCP já transformadas em projectos de lei apresentados na Assembleia da República, especialmente, o que visa o aumento e a melhoria do regime de reformas e pensões e os que visam alterar o IRS, moderando a tributação dos rendimentos do trabalho (coisa que a anunciada proposta do Governo não faz), promovendo mais justiça fiscal e corrigindo a excessiva e ilegítima retenção na fonte. Foi dada indicação ao Grupo Parlamentar para assegurar o rápido agendamento destes projectos.



Carlos Brito, da Comissão Política do Comité Central do PCP, acompanhado por Vítor Dias, do CC, divulgaram na passada segunda-feira, à imprensa, as conclusões da reunião da Comissão Política, cujo documento publicamos na íntegra

5. **A Comissão Política alerta a opinião pública para a perversão por parte do Governo e do PSD das Comissões de Inquérito da Assembleia da República.**

Prevalecendo-se da sua maioria, o partido governante procura impedir a averiguação da verdade em relação a escândalos e irregularidades em que estão envolvidos membros do Governo, quer impondo o abrupto termo das discussões e a dispensa de importantes relatórios, quer pretendendo impor os seus próprios relatores e relatórios conclusivos com o objectivo de branquear e ilibar os responsáveis governamentais.

É nesta operação de perversão dos inquéritos parlamentares que se insere também a apresentação por parte do PSD de um pretenso inquérito às Câmaras do Seixal e Loures, por alegadas facilidades concedidas à Festa do «Avante!». Além do calunioso ataque à gestão exemplar da CDU naqueles dois municípios e ao PCP feito com baixos objectivos eleitoralistas, o PSD procura desviar as atenções dos escândalos que envolvem o Governo de Cavaco Silva e as suas próprias manobras partidárias nas Comissões de Inquérito da Assembleia da República para encobrir e absolver os responsáveis.

O PCP desenvolverá as suas próprias iniciativas para continuar a desmascarar e combater esta situação e manter-se-á em contacto com os outros partidos da oposição para, como já aconteceu em relação ao inquérito ao ministro Cadilhe, se encontrarem eventuais iniciativas comuns para replicar a actuação do PSD atentatória do prestígio e credibilidade da Assembleia da República.

6. **A Comissão Política chama a atenção, neste período de preparação das eleições autárquicas, para a intensa instrumentalização da RTP ao serviço da demagogia do Governo Cavaco Silva e das candidaturas do PSD e das coligações da direita em que este partido participa, especialmente a de Lisboa.** Ao mesmo tempo, o PCP, a CDU e a própria coligação «Por Lisboa» são vítimas da mais gritante e sectária discriminação por parte da televisão. Só esta atitude dos responsáveis da RTP explica que esta promova com larga cobertura as campanhas e intrigas contra a Câmara de Almada, não tenha dado qualquer cobertura ao acto público em que foi anunciado o acordo da CDU com o PRD para o município de Almada, o Encontro de Quadros do PCP preparatório da campanha comunista na capital e a apresentação pública dos cabeças de lista da CDU às Câmaras do distrito de Lisboa. É absolutamente inadmissível que a mesma televisão que impinge em praticamente todos os noticiários o candidato da direita à Câmara de Lisboa, não tenha dado uma só imagem em qualquer noticiário a um acto tão importante e largamente concorrido como foi a inauguração da sede da coligação «Por Lisboa».

O maior controlo político por parte do Governo Cavaco Silva e do PSD da informação e programação da RTP é o resultado mais evidente da chamada «reestruturação» da RTP com a nomeação para directores do 1.º e 2.º canais dos até agora director e director-adjunto da informação da RTP.

O PCP vai dirigir-se às outras forças democráticas no sentido de serem consideradas iniciativas conjuntas de correcção da actual situação na televisão e de exigência de garantias de informação isenta e pluralista na RTP.

O PCP tomará a iniciativa de propor na Assembleia da República que sejam ouvidos pela Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, o presidente do Conselho de Gestão e os nomeados directores do 1.º e 2.º canais sobre as razões e orientações da chamada reestruturação.

7. **A Comissão Política exprime a maior preocupação pelas circunstâncias políticas e diplomáticas que rodeiam a visita do Papa João Paulo II a Timor Leste.**

Os factos demonstram que independentemente dos objectivos puramente pastorais reclamados pelo Papa para a sua visita, há razões para recear que ela redunde em benefício da brutal ocupação do território pela Indonésia (como os responsáveis indonésios já anunciam), prejudicando a luta do povo de Timor Leste pelos seus direitos e antes de tudo pelo direito à autodeterminação e independência e desfavorecendo a posição a que Portugal está obrigado pela Constituição da República e pelo estatuto de potência administrante que lhe é reconhecido pelas Nações Unidas.

O PCP não pode deixar de estranhar e reprovar o silêncio e a falta de iniciativas da parte do Governo de Cavaco Silva ante uma questão de tão graves implicações para o martirizado povo de Timor Leste e para Portugal.

Lisboa, 9 de Outubro de 1989

Editorial

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 824
12 de Outubro de 1989
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Dois meses decisivos

Raramente, no historial das eleições autárquicas em Portugal após o 25 de Abril as tensões sociais assumiram um carácter tão vasto e agudo como as que vão rodear as que se realizam dentro de dois meses na segunda metade do último mês do ano.

Com uma assinalável particularidade: não são essencialmente as questões candentes e concretas do Poder Local nos 305 concelhos e nas mais 4200 freguesias do Continente e das Regiões Autónomas, apesar da sua importância na vida diária das populações, as que mais aquecem o contencioso das forças em presença, mas as da política geral do Governo PSD/Cavaco Silva que natural e fortemente não deixarão de incidir na batalha eleitoral de 17 de Dezembro e nos seus resultados.

É sintomático da verdadeira situação política nacional que, no próprio momento em que os caixeiros-viajantes do Governo, incluindo o Primeiro-Ministro, percorrem com evidente desespero o País, o inundam de promessas demagógicas eleitoralistas e o induzem numa falsa caracterização das forças políticas intervenientes no acto eleitoral, designadamente da CDU — Coligação Democrática Unitária — e dos seus objectivos, uma poderosa e firme contestação de massas contra a política social do Governo esteja na rua, e problemas cruciais de natureza económica e financeira saltem a cada passo.

De modo significativo e em consequência da grande movimentação em várias frentes contra a política do Governo avolumam-se no seio da direita governante e da direita no seu conjunto as dissensões e conflitos internos, as labaredas da corrupção e da imoralidade que iluminam com uma crua luz os esconsos do Poder. As traças da falência política roem e contraem a sua base de apoio.

É compreensível que os problemas do trabalho dominem a confrontação social actualmente em curso. Como de hábito, os governantes cavaquistas procuram iludir as questões de fundo que motivam a movimentação dos trabalhadores que se vêem forçados a recorrer a formas de luta extremas como a greve que necessariamente perturbam a vida do País.

Tentam, os responsáveis do Governo, atribuir ao potente movimento grevista que nos últimos dois dias paralisou sectores estratégicos da vida do País, objectivos políticos, escamoteando a sua própria e exclusiva responsabilidade nas perturbações da vida dos cidadãos.

Outra alternativa não deixam aos trabalhadores. Para romperem a surdez e a indiferança dos círculos do Poder face às suas sentidas e legítimas reivindicações, os trabalhadores não têm outro recurso senão frequentemente, o das formas extremas de luta para se fazerem ouvir.

E, na conjuntura actual, o mesmo se passa com os trabalhadores do ensino que mantêm para o dia 21 o pré-aviso de greve dada a resistência dos governantes a equipará-los em termos salariais a outros sectores similares da Função Pública.

E, entretanto, é indubitavelmente ao Governo PSD/Cavaco Silva que cabe a exclusiva responsabilidade da profunda instabilidade social e de acontecimentos necessariamente perturbadores da vida normal do País.

As acrobacias e os erros de aritmética de Cadilhe e do Governo na pré-determinação das taxas de inflação não alterariam em si a realidade social objectiva se, com base em números e valores deliberada e irresponsavelmente falseados, não se pretendesse impor aos trabalhadores tectos salariais injustos que no ano em curso, apesar de com a sua luta em muitos casos os terem furado, estão na base da queda de cerca de 2% nos salários reais e do correlativo poder de compra da população trabalhadora.

O desfile de 3000 agricultores e fruticultores do Oeste com máquinas e tractores até Lisboa, tendo objectivos e reivindicações específicos, entronca na mesma política atrabiliária do cavaquismo, na sua ruinosa política agrícola, no não acautelamento dos interesses nacionais no labirinto dos seus compromissos no âmbito da CEE.

Certamente os agricultores e fruticultores do Oeste devem ter sorrido ao ouvir Casqueiro, o «boss» da CAP enleado em compromissos interesseiros com Barreto, falar em «agitação comunista» na sua acção do último fim-de-semana.

A «agitação comunista» chama-se subsídios de gasóleo; energia eléctrica e empréstimos bancários sem «plafonds» e a preços e juros bonificados; subsídios à exportação de fruta; preço compensador para a batata; condições e benefícios iguais aos dos outros parceiros da CEE.

As forças repressivas a mando de Barreto não os deixaram ir até ao Terreiro do Paço expor as suas reivindicações e problemas mas não poderão impedir a continuação de uma luta em que os agricultores do Oeste certamente contam com a solidariedade e o apoio do povo.

É toda uma política económica e social com um cariz de classe que colide com os interesses fundamentais da imensa maioria dos portugueses.

É um panorama sugestivo a que deve acrescentar-se o aumento anteontem das rendas de casa em 10% — acima do «tecto» que o Governo pretende impor aos salários; a queda de 30% nos contratos de compra de casa própria por motivo das excepcionais restrições ao crédito — o que agrava numa escala preocupante a solução do agudo problema da habitação social, (que só no concelho de Oeiras condena a viver em barracas mais de 5000 seres humanos) e ainda, pelas suas gravíssimas consequências ecológicas e económicas, a criminosa incúria do Governo na prevenção e ataque aos fogos que estão dizimando a nossa riqueza florestal sem que aos serviços de ataque aos incêndios, às abnegadas corporações de Bombeiros, sejam fornecidos meios tecnológicos já em uso noutros países que contribuiram decisivamente para a redução dos estragos e dos efeitos na flora e na fauna do País e até, como se viu agora nas belas zonas florestais do Minho, na própria segurança das populações.

Noutras áreas a política económica e financeira do Governo não pode deixar de adensar a carga política das eleições autárquicas de Dezembro.

O processo das reprivatizações do sector público e empresarial do Estado, que está desencadeando operações de alta especulação e de alienação de sectores chaves da nossa economia para a posse do capital estrangeiro, é definidor do carácter de classe e do «cosmopolitismo» do Governo de Cavaco Silva em grave prejuízo dos interesses nacionais.

Na realidade desta política assume a sua verdadeira luz a cortina do chamado «capitalismo popular» com que os governantes procuram encobrir o assalto dos grandes detentores do capital — em particular das multinacionais — aos sectores estratégicos da nossa actividade económica.

As negociatas da Bolsa fazem-se já à descarada sob púdicas «restrições» do Governo — como a dos famigerados 10% como limite da compra de acções das empresas privatizadas pelo capital estrangeiro. Não somente os trabalhadores não compram como os que o fazem são imediatamente assediados pelos grupos accionistas maioritários com contratos-promessas de venda das suas acções no futuro imediato.

As consequências aí estão à vista: o negócio da reprivatização da UNICER deu aos magnates da Colômbia, onde escaldam as negoclatas da droga, 13,5% do capital; para o «Grupo Banesto», através de testas de ferro como os Roquete, ligados ao grupo multinacional Espírito Santo, foi 15% do Banco Totta & Açores; para a multinacional UAP foram já 30% das acções da Aliança Seguradora.

A forma inédita como o Governo está a dar conhecimento do Orçamento de Estado à Assembleia da República; propagandear como «benesses» financeiras numa informação oral aos deputados medidas para que não receberam até agora os instrumentos a que constitucionalmente têm direito para uma apreciação responsável da política e dos planos orçamentais do Governo, é um insulto ao Parlamento e à oposição parlamentar.

São, como é evidente, questões políticas basilares que não podem deixar de influir nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro.

E apesar de toda esta «diversão» política, as eleições autárquicas de Dezembro assumem de facto em si próprias uma enorme importância política nacional.

Primeiro, pelo volume dos problemas cometidos ao Poder Local que exigem uma gestão eficiente e isenta, e uma mobilização de recursos materiais e financeiros que o afluxo de dinheiros da CEE e o brutal aumento da carga fiscal entrados nos cofres do Estado, possibilitam numa elevada escala pôr ao serviço das populações;

Segundo, pelo jogo das alianças políticas que no plano nacional se verifica para os diversos órgãos do Poder Local e que está trazendo à luz do dia projectos e interesses definidores da política autárquica que vai presidir nos próximos 3 anos à solução dos agudos problemas respeitantes à vida diária e ao bem-estar das populações locais.

Até segunda-feira, data limite para a entrada das listas para as eleições autárquicas, 16 coligações se inscreveram para disputar o voto dos cidadãos.

A CDU — Coligação Democrática Unitária — apresenta-se na batalha eleitoral de Dezembro na totalidade dos concelhos e na quase totalidade das freguesias do País.

Mesmo lá onde os partidos que a integram — o PCP e Partido Ecologista «Os Verdes» — se coligaram com outros partidos, promissoras possibilidades se abrem para um grande sucesso democrático.

Naturalmente, pela sua importância política nacional, a coligação «Por Lisboa», entre o PCP, o PS, o PEV e o MDP, destaca-se pela sua força, pelas suas perspectivas e pelas suas consequências políticas imediatas e à distância.

Uma dinâmica de acção galvaniza desde já a CDU — Coligação Democrática Unitária — e as coligações a que está associada.

A inauguração da sede da «Por Lisboa» suscitou um largo interesse e grande entusiasmo entre os democratas da capital.

Nos encontros da CDU — Coligação Democrática Unitária — e noutros de quadros autárquicos do PCP a definição criteriosa e clara dos aliados e dos adversários (em numerosas autarquias, aliados da CDU, são adversários noutras — situação que é necessário enfrentar com determinação, vigor e visão política) um legítimo optimismo dinamiza os nossos amigos e aliados.

A dinâmica eleitoral deve desenvolver-se em pleno, as tarefas de propaganda, esclarecimento e mobilização para o voto devem incentivar-se e colocar-se no centro de toda a actividade dos comunistas nos dois meses que medeiam até às eleições.

O acto eleitoral de Dezembro pode ser — e está ao nosso alcance que o seja — um grande êxito da CDU e das forças democráticas com ela coligadas. Nesse sentido fundamental pode saldar-se por uma importante vitória da democracia, do PCP, da CDU e dos seus aliados e por uma derrota decisiva e de imprevisíveis consequências da direita restauracionista governante e das restantes forças da direita.

Tudo isso está ao nosso alcance mas não cairá do céu aos trambolhões — amassemo-lo com a nossa acção, a nossa vontade e a nossa unidade.

Resumo

3
Terça-feira

Os trabalhadores da Carris decidem efectuar uma greve de 48 horas o que coincide com as paralisações já convocadas no Metro e da Rodoviária Nacional ■ O PRD concorda em integrar as listas da CDU no concelho de Almada ■ É anunciada publicamente a constituição da comissão juvenil «Por Lisboa» que integra a Juventude Comunista Portuguesa, a Ecolojovem «Os Verdes» e os jovens do MDP/CDE ■ O Conselho de Ministros aprova o texto das Grandes Opções do Plano para o próximo ano ■ Ocorre uma tentativa de golpe de Estado no Panamá que acaba por abortar ■ O Soviete Supremo da URSS proíbe temporariamente as greves nos sectores da energia, transportes e outros considerados como essenciais ao abastecimento de alimentos e combustíveis antes do Inverno.

4
Quarta-feira

A administração da Petrogal confirma a existência de «manchas de corrupção na refinaria de Sines» ■ Efectua-se a primeira acção de esclarecimento público da coligação «Por Lisboa» que contou com a presença de José Saramago, Vasco Lourenço e Vasco Franco ■ Os partidos da oposição afirmam em comunicado que o «pretenso relatório» da comissão parlamentar de inquérito a Miguel Cadilhe é uma «intolerável operação de propaganda destinada a branquear» o ministro das finanças ■ Reúne-se em Luanda a segunda cimeira extraordinária dos chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão portuguesa ■ Três negros são enforcados na África do Sul.

5
Quinta-feira

É assinalado em todo o país o aniversário da implantação da República ■ O rendimento «per capita» do Alentejo é «cerca de um terço do da região de Lisboa» afirma no III Congresso do Alentejo o presidente da Câmara de Sines ■ Mário Soares compara, na cerimónia da implantação da República, os ideais do 5 de Outubro aos do 25 de Abril ■ A Polícia Judiciária apreende o destacável da revista «Semana Ilustrada» que continha imagens sobre as actividades sexuais do arquitecto Tomás Taveira ■ O ministro angolano dos Negócios Estrangeiros assegura que o seu Governo cumprirá o acordo sobre a retirada das tropas cubanas e acusa a África do Sul de violar o cessar-fogo.

6
Sexta-feira

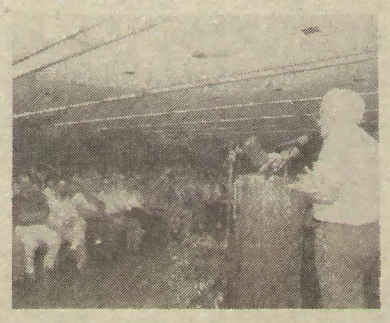
PCP e UDP firmam um acordo de «convergência eleitoral» em apoio da coligação «Por Lisboa» ■ O gabinete de imprensa do PCP emite uma nota alertando para o facto de o Governo ter apresentado uma proposta à AR para a aprovação de um acordo entre Portugal e os EUA relativo à instalação da Estação de Rastreio de Almodôvar ■ O PS e o CDS assinam um acordo que prevê a apresentação de listas conjuntas em Ponta Delgada, Velas da Vitória, Funchal e S. Vicente ■ Carlos Carvalhas e Octávio Teixeira regressam de uma visita à URSS declarando à chegada que a perestroika é um processo revolucionário com objectivos positivos ■ O governo israelita não consegue consenso para iniciar conversações com os palestinianos no Cairo ■ Dois delegados do Comité Internacional da Cruz Vermelha no Líbano são raptados no sul deste país ■ Mikhail Gorbatchov visita a RDA por ocasião das comemorações do 40.º aniversário ■ Morre a famosa actriz norte-americana Bette Davis.

7
Sábado

Termina o III Congresso sobre o Alentejo que decorreu em Elvas ■ O secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional revela em Matosinhos que as regras de acesso às verbas do Fundo Social Europeu vão ser mais restritas. ■ O Congresso do Partido Operário Socialista Húngaro decide por 80,7% do votos extinguir o próprio e criar em substituição o Partido Socialista Húngaro ■ O antigo primeiro-ministro grego líder do PASOK, Andreas Papandreu, é incumbido de formar governo na sequência do pedido de demissão de Tzannis Tzannetakis ■ A Frente Popular do Azerbaijão decide levantar o bloqueio ferroviário à Arménia.

8
Domingo

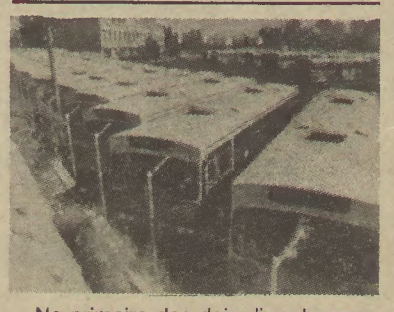
Centenas de agricultores da região Oeste utilizando cerca de duas centenas de viaturas desfilaram desde o Bombarral até Lisboa durante quase doze horas ■ Decorre em Lisboa o Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Autarcas que reúne cerca de 700 autárquicas do Partido ■ É anunciada a criação do Partido Comunista Húngaro ■ Forças Frente Polisário lançam um violento ataque contra posições defensivas marroquinas no Sara Ocidental ■ James Baker, secretário de Estado norte-americano não exclui o uso da força por parte do seu país para derrubar o general Noriega da direcção do Panamá.



9
Segunda-feira

Uma delegação da coligação «Por Lisboa» é recebida pelo presidente da RTP de quem exige a transmissão de um debate televisivo entre Vasco Graça Moura e um representante da coligação ■ O PCP e a UDP estabeleceram um acordo eleitoral para os concelhos de Amadora, Vila Franca de Xira, Sintra, Loures, Cascais, Oeiras e Azambuja ■ Realiza-se uma conferência de imprensa do PCP para apresentar as conclusões da reunião da Comissão Política do Partido ■ Trabalhadores do Teatro encontram-se com Jorge Sampaio e José Saramago para debater questões ligadas ao desenvolvimento da actividade teatral no município ■ O Papa Paulo II chega à Indonésia onde é aguardado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas e por outros membros do governo ■ O Soviete Supremo da URSS reconhece o direito à greve no âmbito de uma resolução sobre os conflitos laborais.

10
Terça-feira



No primeiro dos dois dias de greve dos transportes de Lisboa (Carris e Metro) e da greve da Rodoviária Nacional, registam-se adesões da ordem dos 95 a 100 por cento ■ O presidente da Assembleia Municipal de Sintra, brigadeiro Machado de Sousa, do CDS, manifesta apoio à acção desenvolvida pelo vereador e candidato CDU à presidência da Câmara, Lino Paulo ■ Os partidos da oposição criticaram na Assembleia da República as linhas gerais do Orçamento de Estado para 1990 ■ O Tribunal Constitucional regista, no termo do prazo para a declaração de coligações concorrentes às autárquicas, o número total de dezasseis ■ Na África do Sul, o presidente De Klerk anuncia a libertação dos presos políticos, à excepção de Nelson Mandela.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português.* Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL.* **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa
Tel. 73 22 75/76 11 31/73 48 17

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa
Tel. 32 19 16

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º, Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

ALTERAÇÕES DE ÚLTIMA HORA
Tel. 90 00 44

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra
Tel. 28394

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50
Porto – Rua do Almada, 18-2.º, Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/88

Tiragem média do mês de Setembro: 22 225 exemplares

Semana

Avante!

Ano 59 – Série VII
N.º 824
12 de Outubro de 1989
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Mobilizando cerca de 700 quadros

PCP discute Autárquicas num Encontro Nacional

***Cerca de 700 eleitos,** candidatos e quadros autárquicos comunistas participaram no Encontro Nacional do PCP sobre Eleições Autárquicas realizado no passado domingo no Hotel Altis, em Lisboa, com início às 10.00 h e encerramento às 17.00 h, com uma intervenção de Álvaro Cunhal que transcrevemos nesta edição*

Promovido pelo PCP, realizou-se no passado domingo no Hotel Altis, em Lisboa, um Encontro Nacional sobre Eleições Autárquicas que mobilizou cerca de 700 quadros do Partido, entre eleitos, candidatos e especialistas autárquicos. Como se referia na Declaração final do Encontro que publicamos a seguir, este «decorreu num momento marcado por factos e acontecimentos de grande relevância», nomeadamente o final do prazo para anotar coligações de partidos para as eleições de Dezembro próximo, bem como da apresentação de listas, a grande intensificação da luta e da intervenção política em torno deste escrutínio e, finalmente, o descontentamento crescente das pessoas em relação ao Governo, bem patente no aumento evidente das lutas dos trabalhadores e das massas populares. Nesta situação, o Encontro constatou «que o PCP tem estado no centro de importantes esforços a favor da unidade e convergência contra a direita e a favor dos interesses das populações através de múltiplos contactos e negociações com as mais diversas forças democráticas».

Produzindo dezenas de intervenções circunstanciais sobre a realidade autárquica nacional (de que destacamos algumas, nas páginas seguintes) o Encontro foi encerrado por uma intervenção do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que reproduzimos na íntegra. Publicamos igualmente, na íntegra e em separata, um documento cujas linhas gerais foram apresentadas ao Encontro e que fica ao dispor das organizações do Partido, para discussão.

Como notas dominantes deste Encontro, é de realçar a constatação da grande abertura demonstrada pelo PCP no processo de candidaturas da CDU a nível nacional, dinamizando a unidade democrática e um avanço novo da actividade do Poder Local, abrindo o espaço de intervenção e a possibilidade do reforço da operacionalidade do trabalho autárquico na base da consigna justamente emblemática da CDU — trabalho, honestidade e competência — sempre ao serviço das populações, dos seus interesses e aspirações.

Declaração do Encontro Nacional do PCP Sobre Eleições Autárquicas

1. No dia 8 de Outubro de 1989, realizou-se o Encontro Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas.

O Encontro decorreu num momento marcado por factos e acontecimentos de grande relevância: está praticamente concluído o prazo para anotar coligações de partidos; faltam duas semanas para apresentar listas para as eleições autárquicas; verifica-se uma grande intensificação da luta e da intervenção política em torno das eleições; crescem o descontentamento e as lutas dos trabalhadores e das massas populares, contra a política do Governo e do PSD.

Nesta situação, o Encontro assinala que o PCP tem estado no centro de importantes esforços a favor da unidade e convergência contra a direita e a favor dos interesses das populações através de múltiplos contactos e negociações com as mais diversas forças democráticas.

No preciso momento em que uma manobra abusiva e intolerável impôs que a sigla e o símbolo da CDU se baseassem apenas nos partidos que lhe dão suporte jurídico, o PCP e o PEV, ficou mais claro do que nunca que a CDU é um espaço de encontro que largamente os transcende: manteve-se a participação da Intervenção Democrática e de um larguíssimo número de independentes nas listas e estruturas da CDU; foram ou vão ser assegurados dezenas de acordos políticos com o PRD e outros partidos para participação nas listas e na campanha da CDU.

A CDU — Coligação Democrática Unitária, que concorrerá em 17 de Dezembro em todos os municípios do País (com excepção daqueles em que o PCP está integrado em coligações mais vastas) e a mais de 2500 freguesias, reafirma-se como um espaço em que cabem todos os que pretendem ver resolvidos os problemas das populações e querem uma gestão autárquica baseada na honestidade, trabalho e competência, com provas dadas e com um projecto de futuro baseado na cada vez maior humanização da vida individual e colectiva dos cidadãos, na solidariedade e no desenvolvimento integrado que articula harmoniosamente aspectos económicos, sociais, culturais e ecológicos.

O Encontro congratula-se e manifesta o grande empenho dos comunistas na vitória da Coligação «Por Lisboa» entre o PS, o PCP, o PEV e o MDP/CDE e das Coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à Obra pela Covilhã» entre o PCP, o PEV e o PRD que vieram coroar os esforços desenvolvidos ao longo dos anos, e as propostas apresentadas após o XII Congresso do PCP, no sentido da convergência democrática para bater a direita. Embora considerando lamentável que as propostas do PCP não tenham obtido aceitação também noutras situações em que existem igualmente possibilidades de bater a direita, o Encontro considera que a Coligação «Por Lisboa» e as coligações de partidos da CDU com o PRD correspondem a uma luta intensa e a aspirações populares profundas e têm uma grande importância não só para a conquista de uma nova gestão das respectivas autarquias como por apontarem o caminho indispensável para uma alternativa democrática ao Governo e à política de direita.

2. O PCP e a CDU apresentam-se às eleições com os programas eleitorais no essencial cumpridos e com provas claras de superioridade na gestão autárquica. Nos 47 municípios em que tem a maioria, correspondendo a cerca de 30% do território nacional, está muito mais avançada a construção de infra-estruturas e a prestação de serviços de saneamento básico, como o abastecimento de água, a drenagem de esgotos e a recolha de lixos, avançou mais a rede viária a cargo dos municípios, preservou-se mais a paisagem e alargaram-se em vez de se destruírem as zonas verdes, foram construídos, em proporção, mais equipamentos para a juventude, a infância e a terceira idade. O grande avanço noutras áreas permitiu que sejam bem maiores, nos municípios administrados pela CDU, a intervenção e as verbas atribuídas à cultura, ao desporto e à juventude.

Também em muitos municípios e freguesias em que está em minoria, a CDU deu uma contribuição essencial, quer na luta pela correcção, isenção e honestidade de gestão, quer no âmbito dos pelouros a seu cargo e no plano geral, resolvendo ou apresentando propostas de resolução dos problemas das populações.

A situação política geral, a arrumação de forças existente e o trabalho específico realizado nas autarquias permitirá à CDU cumprir os objectivos eleitorais traçados: manter a maioria onde já a tem, obter a maioria em mais municípios e freguesias, reforçar as suas posições em minoria, lutar para obter representação nos órgãos autárquicos em que ainda não a tem.

O reforço das posições da CDU é um objectivo que transcende os interesses dos partidos, forças e personalidades que participam na Coligação. Corresponde a interesses profundos das populações e será a melhor forma de contribuir, no plano eleitoral, para exprimir o descontentamento e preparar uma alternativa ao Governo e à política do PSD.

3. O Encontro reafirma a convicção de que o Poder Local, como conquista de Abril, está ameaçado pelo Governo e pela maioria do PSD: cortes de verbas, imposição de encargos e centralização de poderes, tentativa de multiplicação de ingerências e de governamentalização através da Lei da Tutela e de outras formas, bloqueamento de reformas e medidas importantes para o Poder Local.

O Encontro considera necessária a inversão desta política e, nesse sentido, renova a reclamação e as propostas do PCP no sentido de garantir os meios de trabalho e a autonomia e direitos do Poder Local, em particular:

— a correcção extraordinária ainda em 1989 das transferências do Orçamento de Estado para os municípios, tendo em conta o enorme erro da previsão do Governo quanto à inflação e a imposição de encargos sem contrapartidas;

— a transferência de verbas no quadro do Orçamento de Estado para 1990 com base na Lei de Finanças Locais e na previsão rigorosa das receitas do IVA;

— a aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas com base no projecto de lei já aprovado na generalidade;

— a revogação da Lei de Tutela Administrativa;

— a possibilidade da existência de eleitos a tempo inteiro em juntas de freguesia, pelo menos a partir de certa dimensão.

4. O Encontro proclama como objectivos centrais do trabalho dos comunistas no Poder Local para o próximo mandato a contínua melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das populações,a fruição cultural, o reforço da solidariedade social gerada pela participação e pela vivência colectiva enraizadas nos valores próprios de cada comunidade. Estes objectivos constituem contributos fundamentais para humanizar o quadro de vida das populações, inserindo-as no meio em que vivem, ligando-as num colectivo solidário e participativo.

O Encontro considera que, na década de 90, o aprofundamento, defesa e concretização prática do conceito de desenvolvimento integrado deverão constituir passos decisivos no caminho da inovação e da melhoria qualitativa da intervenção dos eleitos do PCP e da CDU nas autarquias locais.

5. O Encontro Nacional do PCP proclama que é imperioso aproveitar a oportunidade de reforçar as posições da CDU e dos democratas no Poder Local em Dezembro e de infligir uma séria derrota à direita, em particular ao PSD e ao Governo de Cavaco Silva.

Tal objectivo está ao nosso alcance. Mas depende do empenhamento e da mobilização dos trabalhadores e dos democratas portugueses.

O Encontro apela aos comunistas, aos seus aliados na CDU e noutras coligações, para um grande esforço com vista a transformar a batalha eleitoral e os resultados de 17 de Dezembro num factor de reforço da democracia em Portugal e do Poder Local democrático.

A BULGÁRIA HOJE Todor Jivkov
edições Avante!
Colecção «Paz e Socialismo»
À VENDA

aTalhe deFOICE

Estamos todos muito bem...

Olá, João.
Então isso, por aí, como vai? Por cá, estamos todos muito bem, melhor do que em qualquer outra altura, pelo menos comparando com as que tu conheceste. Talvez para ti não seja novidade, porque estás longe e assim as notícias boas chegam mais depressa e em maior abundância. Mas para nós, que aqui andamos todos os dias, é mesmo coisa nova e, não fosse a televisão, não fosse o ministro Miguel, não fosse o professor Aníbal, não fossem mais umas quantas bem formadas personalidades, como eles, não daríamos por nada.
Mas parece que as coisas vão mesmo melhor.
Não estou a falar, evidentemente, da tia Josefa, que essa lá continua a curtir as suas mágoas, nem os médicos, nem os curandeiros, nem as bruxas, nem os sobrinhos — ninguém consegue melhoras para ela, nem com a tal pulseira que lhe ofereceram há tempos.
Também não falo do Zézinho, que continua a acordar toda a gente lá em casa às três da manhã, depois de fazer na fralda, e passa todo o tempo a crescer tranquilamente sem dar pelos cuidados da mãe e do pai.
Tenho em vista, como deves calcular, coisas mais sérias, daquelas complicadas, que só os especialistas é que entendem bem. A inflação, o emprego, o consumo, o investimento, os índices, as taxas, os rendimentos — percebes?
É só ciência! E fazem por cá com cada descoberta!
Não julgues que vou contar como descobriram o filme do outro senhor muito sério e muito moderno, sabes bem que não gosto de mexeriquices. Aliás, tenho para mim que isso nem foi uma grande descoberta.
Escândalos é, hoje em dia, o que por cá mais há.
As descobertas são outras. Por exemplo, sabias que não há desemprego entre as famílias portuguesas? Sabias que os salários reais aumentaram nos últimos anos? Sabias que a venda das empresas públicas tem sido um êxito? Sabias que nunca os estrangeiros meteram tanto dinheiro em Portugal? E sabias que, por estas e por outras parecidas, é que estamos todos muito bem?
Pois é verdade.
Pelo menos, a julgar pelo que dizem os ministros, comentadores e especialistas vários. Até o FMI já nos trata por senhor país industrializado!
Pontos de vista!...
Para nós, que cá estamos muito bem, falar destas coisas boas até faz crescer água na boca.
Fala-se no desemprego — e eu lembro-me logo da Joana, que anda a ver se arranja mais um curso daqueles da CEE. E também me lembro de um amigo que deu há dias uma volta pelo Alentejo e disse que algumas terras quase sem gente fazem lembrar hoje os tempos da emigração de há vinte ou trinta anos. E daquelas imagens que os sindicatos mandaram cá para fora, com putos a carregar sacos de cimento e miúdas que picavam os dedos na fábrica de têxteis.
Essa dos salários reais aumentarem, sabes, é mais simples. Por exemplo, no ano passado: os aumentos foram decretados com uma esperança, parece-me que de 6 por cento, para a inflação, mas esta já vai lá pelo dobro. Olha os salários a subir!
Fui perguntar ao Arlindo se sabia que vivia hoje melhor. Sabes lá a cara que ele fez? Nem disse nada, mostrou-me o aumento que teve na prestação do empréstimo para a casa, num ano só. Pelo que pagam agora, devem viver à rica, ele mais a Mila e a filha — que já foi este ano para a escola.
A venda das empresas públicas tem sido um êxito. Deves ter sabido das jogadas dos accionistas grandes para verem quem come os pequeninos. Por mim, também já comecei a investir — e seguro: comprei seis bancos na semana passada... Para a cozinha, sabes, e muito bonitos.
Os estrangeiros, como sempre, é que se safam. Andam por cá a comprar tudo. No fim de contas, eles é que têm o dinheiro, não é? Por isso, eles compram, e a gente vende. E está tudo muito bem. Até um dia destes veio uma excursão do Bombarral a Lisboa, com tractores e coisas assim, do campo, para aplaudir os benefícios que vêm do estrangeiro, como a fruta. Mas o Governo parece que já sabia da questão, e não os quis ouvir dizer como vivem todos muito bem.
Nem eu te maço mais com tanta descoberta. Vai daqui um abraço, deste teu amigo que está por cá muito bem.

■ DM

PCP

Algumas intervenções do Encontro Nacional do PCP sobre

O Encontro Nacional do PCP sobre Eleições Autárquicas produziu dezenas de intervenções feitas por eleitos, candidatos e quadros autárquicos do Partido, no que constituiu uma circunstanciada abordagem das questões do Poder Local em todo o País e uma riquíssima contribuição para o melhor conhecimento dos problemas e perspectivas nas mais variadas autarquias portuguesas, bem como, naturalmente, uma ponderação da intervenção do PCP nestas eleições no quadro da CDU e dum permanente empenhamento na unidade de todos os democratas para bater a direita e defender os interesses das populações, tendo-se constatado as excelentes perspectivas de vitória que se abrem em amplas zonas do território autárquico.

É-nos evidentemente impossível dar nota de todas as intervenções produzidas, pelo que condensamos algumas das mais significativas, nomeadamente a de **Luís Sá**, membro da Comissão Política do CC do PCP, que abriu os trabalhos do Encontro, a de **Rui Godinho**, o segundo elemento da candidatura «Por Lisboa» à Câmara Municipal da capital, **Odete Santos**, candidata à presidência da Câmara Municipal de Setúbal, **Lino Paulo**, candidato à presidência do município de Sintra e **Teles André**, candidato à Câmara Municipal da Covilhã, todos pela CDU, sendo que nos casos de Setúbal e Covilhã as candidaturas são de coligação PCP/PEV/PRD.

LUÍS SÁ

Acção do Partido em defesa das populações

Extractos da intervenção de Luís Sá, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, na abertura dos trabalhos do Encontro Nacional do PCP Sobre as Eleições Autárquicas

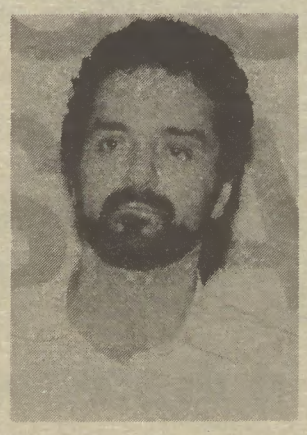
Há sete meses, como sabem, o PSD impôs a mudança da denominação, da sigla e do símbolo da CDU. Julgou que, ao impor-nos a obrigação de usar a sigla e o símbolo do PCP na sigla e símbolo da CDU beneficiaria dos preconceitos e da campanha anticomunista que ele próprio e a direita em geral semearam ao longo dos anos. Julgou também que conseguiria esconder ou diminuir o facto de a CDU não ser constituída apenas pelos comunistas, pelos Verdes, e a ID, mas contar também com a valiosa e essencial participação de milhares de democratas independentes.

Para já, asseguramos uma resposta política que creio podermos classificar como magnífica, à grosseira e abusiva manobra do PSD. No preciso momento em que a sigla da CDU passou a ser PCP-PEV e que o símbolo passou a ser a foice e martelo do PCP e o girassol de «Os Verdes», foi confirmada uma grande abertura da CDU e das suas listas: definitivamente, a CDU não se reduz ao PCP e ao PEV.

Os esforços a favor da unidade para assegurar a gestão democrática das autarquias não se limitaram ao alargamento da CDU. Nos últimos meses, na sequência da política e dos esforços realizados ao longo dos anos, o PCP esteve no centro de um intenso movimento a favor da unidade democrática.

As listas e o voto nas «regiões difíceis»

Há uma faceta do trabalho do Partido e da CDU de preparação das eleições autárquicas que não vem na comunicação social, ou a que não é dado relevo, mas que tem uma grande importância: a formação de listas para municípios e freguesias em que ainda é muito escassa a nossa implantação eleitoral. Tem um significado profundo, em quaisquer circunstâncias, apresentar listas, concretizando o objectivo de concorrer a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias.



Concorrer, significa, quaisquer que sejam as circunstâncias, estar presente junto das populações, afirmarmo-nos como uma grande força nacional, que confia em si própria como uma força de futuro e que, lutando pela unidade democrática mais larga, sabe que é a partir da sua força e não da sua fraqueza que se pode chegar à unidade, para bater a direita e conquistar uma alternativa.

O PCP e a luta pelo Poder Local

O PCP tem afirmado que o Poder Local democrático representa uma das grandes conquistas de Abril.

Neste momento, a luta continua, tendo como objectivos centrais imediatos, entre outros, a correcção extraordinária dos recursos financeiros das autarquias em 1989; a transferência de verbas para 1990 com base na lei de finanças locais e na previsão rigorosa da cobrança do IVA; a aprovação da Lei Quadro das Regiões Administrativas com base nos projectos (incluindo o do PCP) já aprovados na generalidade, até Dezembro; a revogação da lei da tutela administrativa; a instituição de eleitos a tempo inteiro nas Juntas de Freguesia.

Em contraste, o Governo corta recursos e competências e impõe encargos sem contrapartidas ou com contrapartidas insuficientes, chamando a istò hipocritamente descentralização. Ao mesmo tempo, retira às autarquias e centraliza competências no Governo, para assegurar interesses do grande capital como é o caso do licenciamento de hipermercados, das grandes alterações ao coberto vegetal ou dos empreendimentos turísticos.

A fiscalização por entidades competentes da actividade das autarquias, o combate a irregularidades e corrupção e a sua punição pelos Tribunais não são incompatíveis, bem pelo contrário, com uma política de descentralização. Temo-la defendido, com seriedade e espírito de responsabilidade, e continuá-la-emos a defender no futuro.

Fim do mandato, novo mandato

Importa agora prestar contas às populações, em cada situação concreta, do trabalho realizado, e sobretudo do cumprimento dos programas eleitorais apresentados em 1985. Para nós, os programas são compromissos de honra, para cumprir, e quando algum aspecto não foi cumprido, há que assumir e explicar por que razão isso aconteceu. A situação mais comum, porém, é a de os programas apresentados em 1985 terem sido cumpridos e em muitos casos ultrapassados.

Em termos gerais, creio que se justifica destacar quatro preocupações fundamentais para o próximo mandato.

1. O reforço da solidariedade e humanização da vida individual e colectiva dos cidadãos, através de uma mais larga participação e envolvimento popular na gestão e nas actividades das autarquias e de uma maior articulação e apoio aos diversos tipos de organizações populares, sociais e juvenis. A juventude, a par das mulheres, da infância e da terceira idade, terão que merecer uma atenção ainda maior. Em geral teremos que continuar a apostar na criação de verdadeiras comunidades onde a direita queria a verdadeira selva, trabalhadores e cidadãos isolados, mal arrumados em dormitórios sem vida, com horas e horas passadas em engarrafamentos enervantes e demorados, e em transportes colectivos degradados; teremos também que intensificar a luta contra a desertificação e atraso do interior do país, com o consequente esvaziamento de povoações inteiras.

2. O desenvolvimento integrado das comunidades municipais e locais, articulando harmoniosamente as componentes territorial, social, cultural, desportiva, ecológica e uma maior intervenção na luta e na contribuição para o desenvolvimento económico. É evidente que as decisões fundamentais no plano económico não cabem às autarquias; mas a experiência prova que algumas coisas importantes podem ser feitas directa ou indirectamente, e que pode ser muito acentuado o papel reivindicativo e de apresentação de propostas concretas de desenvolvimento a outras entidades.

3. A continuação e aprofundamento da valiosa contribuição do Poder Local democrático para o bem-estar das populações, dando especial atenção, onde foram completadas ou estão quase completadas as redes de infra-estruturas, às questões da sua melhoria e da sua qualidade e aprofundando o trabalho sociocultural, procurando não só realizar actividades para o povo mas envolver directamente o povo, com um papel criador e participativo, nas actividades a promover.

4. Uma maior atenção à concretização dos direitos dos cidadãos, em particular a maior solicitude, prontidão e humanização das informações e do atendimento, e à isenção e abertura da gestão. Nesse sentido vai desempenhar um papel importante o Seminário sobre o Poder Local e os Direitos dos Cidadãos que a CDU vai promover em 12 de Novembro e irá também nesse sentido a Carta das Garantias dos Direitos dos Cidadãos perante a Administração Local que apresentaremos na Assembleia da República como projecto de lei, que insere garantias e princípios que os nossos eleitos se esforçarão por cumprir seja qual for o seu destino na Assembleia da República.

Está ao nosso alcance um importante êxito eleitoral em Dezembro. Está ao alcance das forças democráticas impor um sério revés a Cavaco Silva e ao PSD, quer em resultado do apoio à acção passada da CDU, quer como expressão do desejo de uma alternativa à gestão de direito em muitas autarquias, e do descontentamento popular em relação ao Governo.

PCP

Eleições Autárquicas

ODETE SANTOS

«Desenvolver Setúbal» por amor a Setúbal

Também no concelho de Setúbal, nós, os comunistas estivemos e estamos no foco das atenções. Porque somos nós que estamos no eixo de uma ampla unidade democrática.

Foi o Partido o alicerce dessa unidade conseguida, o que demonstra que as nossas propostas, cuja realização foi interrompida em Setúbal em 1986, têm a aceitação de amplas camadas da população.

Ao acordo que conduziu à coligação PCP/PEV/PRD, juntam-se acordos estabelecidos com a UDP e com o PSR.

O concelho de Setúbal tem extraordinárias potencialidades e recursos. Num quadro natural privilegiado, entre a deslumbrante Arrábida — a Serra Mãe — e o Sado, temos gente de variadas aptidões, pronta a trabalhar e a lutar, gente com que contamos na nossa gestão autárquica que se iniciará em 1990.

O privilégio do extraordinário quadro ambiental do concelho deve, e tem de ser aproveitado para o desenvolvimento do concelho, para melhorar o quadro de bem-estar da população.

Não somos, portanto, dos que lamentam as desovas dos peixes e os ninhos das cegonhas, mostrando um completo desconhecimento da realidade do concelho, e uma total ausência de perspectivas do futuro.

Descendo da Arrábida à cidade e seus arredores deparamos com um quadro que vai exigir muito trabalho da nossa próxima gestão autárquica.

Propomo-nos fechar o ciclo das infra-estruturas básicas. Isto teria sido o nosso objectivo para os anos 85/89. Por motivos conhecidos, não o pudemos realizar, nem o realizou a actual gestão Mata Cáceres que demonstrou uma total incapacidade na área do planeamento.

Impõe-se que uma gestão autárquica zele pelo quadro de bem-estar da população. E é isso que faremos.

Impõe-se um olhar atento sobre a 3.ª idade, e a necessidade de equipamentos que a sirvam. E é isso que faremos.

Impõe-se que as nossas crianças disponham de espaços para desenvolverem os sonhos. Os parques infantis degradados que encontramos por aqui e por ali são, pelo contrário, uma larga margem para os pesadelos.

Temos, assim, muito que fazer para Desenvolver Setúbal.

Ao remeter a Câmara Municipal a um papel meramente passivo na A.M. do Distrito de Setúbal, a actual gestão Mata Cáceres, caracterizada pelo isolamento relativamente às populações, pela falta de diálogo lesou efectivamente os interesses dos munícipes.

O isolamento da Câmara de Setúbal torna-se, aliás, dia a dia mais evidente. A ponto de já nem sequer funcionar o tão propagandeado diálogo com o Poder Central.

Pode dizer-se que a nossa campanha, porque profundamente baseada no amor a Setúbal, tem uma exemplar síntese no título de um livro de Sebastião da Gama — «O segredo é amar».

E se é este o nosso segredo, o próxmo dia 17 de Dezembro não pode ser senão o dia da vitória para a coligação.

RUI GODINHO

PCP tem projecto «Por Lisboa»

Para nós, PCP, o ter sido possível constituir a Coligação «Por Lisboa», corresponde à concretização em Lisboa, da estratégia de unidade das forças democráticas para bater a direita, que o XII Congresso consagrou, culminando várias propostas nesse sentido do PCP que, recusadas pelo PS num primeiro momento, foram finalmente aceites em Julho.

Com efeito, apesar de limitado a Lisboa e não ser tão amplo como desejávamos, dada a não inclusão do PRD pelas razões conhecidas, este acordo das forças democráticas lançou o pânico na direita que, de imediato, se lançou numa histérica campanha de mistificação, tentando envenenar a opinião pública e travar os efeitos multiplicadores em outras zonas do País que tal entendimento era e é susceptível de proporcionar.

Ao mesmo tempo, o candidato da direita, sem programa próprio que se distinga nas questões essenciais do que foi aplicado pelo PSD e CDS nos últimos 10 anos, ensaiou uma série de manobras de diversão para confundir o eleitorado e tentar ganhar alguma credibilidade.

Aliás, nem poderia ser de outro modo, já que o PSD e o CDS demonstraram nestes 10 anos que não têm uma ideia de cidade, actuando sobre ela de forma pontual e casuística ao sabor de interesses muitas vezes ilegítimos.

Perante o evidente fracasso da direita (PSD e CDS) agora é a nossa vez.

Temos um projecto de gestão de cidade claramente alternativo, que nós, PCP, vimos construindo há anos em diálogo permanente com as populações e os diversos parceiros económicos, sociais e culturais da cidade.

Aliás, nos termos do acordo de constituição da Coligação «Por Lisboa» ficaram expressamente consagradas linhas programáticas, não só para um novo estilo de gestão, mas principalmente para uma nova vida em Lisboa que incluem o nosso projecto e que se harmonizou de forma satisfatória com as propostas dos restantes membros da Coligação.

Constituirão critérios fundamentais de gestão:

— actuar no planeamento e ordenamento da cidade por forma a travar a desordem urbanística, a terciarização (que deverá ser disciplinada) e a evitar o quase permanente bloqueamento do trânsito;

— reabilitar patrimonial, social, cultural e economicamente as zonas históricas com garantia de permanência das populações que aí vivem;

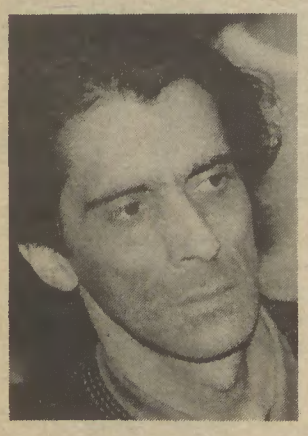
— disciplinar a promoção imobiliária, através de regras transparentes de gestão urbanística de todos conhecidas, do controlo público do solo urbano;

— garantir condições de habitação às populações carenciadas (16 000 barracas e um parque edificado em acentuado estado de degradação);

— revitalizar o espaço público e o ambiente urbano, transformando Lisboa numa cidade limpa, segura e aprazível;

— adoptar uma política aberta, eficaz e transparente na gestão municipal, descentralizando competências e meios para as freguesias, criando condições de participação das populações com destaque para a juventude, desburocratizando e combatendo a corrupção;

— desenvolver o diálogo e a cooperação com os municípios da região de Lisboa, tendo em conta as interdependências existentes, nomeadamente o papel estruturante que o Tejo e as áreas ribeirinhas poderão desempenhar.



TELES ANDRÉ

«Mãos à obra pela Covilhã!»

O concelho da Covilhã — com mais de 60 mil habitantes —, um dos mais industrializados do interior do País, mas onde a indústria transformadora está praticamente limitada aos lanifícios, há muito sofrendo de uma profunda crise estrutural, prevendo-se o encerramento de várias pequenas empresas e o desemprego de muitas centenas de trabalhadores, com o maior núcleo urbano da Beira Interior, mas onde a ausência de ordenamento urbanístico determina o caos por todo o lado, possui, cumulativamente, carências gritantes, desde infra-estruturas básicas, como é o caso da insuficiente taxa de cobertura da rede de esgotos, de abastecimento de água ao domicílio — que já não poupa sequer a cidade —, da recolha do lixo, passando pelas infra-estruturas rodoviárias, até à falta de equipamentos colectivos.

O fosso entre a cidade e as outras freguesias aumenta. Na área sociocultural existe um vazio doloroso.

Este quadro coexiste com serviços camarários desorganizados e com uma dívida de proporções gigantescas numa situação de verdadeira ruptura financeira.

As gestões praticadas na Câmara pelo PS — durante 9 anos — e pelo PSD — nos últimos 4 anos — estão desacreditadas.

Ao invés, a CDU, no plano autárquico, é a segunda força política desde 85, com 2 vereadores, tem, através dos seus eleitos, continuado a desenvolver incansável e profícua actividade a favor dos interesses das populações, mantendo intacto o seu grande prestígio.

Assim, o Encontro de Eleitos e Activistas da CDU do Distrito de Castelo Branco, de 9 de Abril último, destacou a situação particular da Covilhã, tendo aprovado, entre outros, os seguintes objectivos para as eleições autárquicas:

• Manter a presidência das 5 Juntas de Freguesia CDU e ganhar mais quatro.

• **Ganhar a presidência da Câmara Municipal da Covilhã tornando o concelho da Covilhã a primeira autarquia CDU da Beira Interior.**

Entretanto, perante a ruptura da coligação local PS/PRD, tomámos de imediato a iniciativa de solicitar uma reunião com o PRD — 4.ª força política nas últimas eleições para a Câmara e com um vereador —, visando um entendimento eleitoral. Nessa reunião, entregámos ao PRD uma proposta de acordo eleitoral sob a forma de coligação formal PCP/PRD/PEV.

A coligação PCP/PRD/PEV para a Covilhã, e tudo o que ela significa, é uma realidade.

O lema da nossa coligação compromete-nos na procura da resolução dos problemas, do desenvolvimento do concelho, assegurando o futuro.

Por isso o escolhemos.

«MÃOS À OBRA, PELA COVILHÃ!»

JINO PAULO

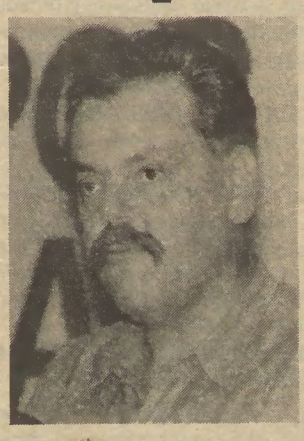
Em Sintra o «futuro apetece»

Em 1982, ficámos a 1900 votos; e em 1985 a 700 votos da vitória. Isto num concelho que tem mais de 330 mil habitantes e onde o PSD e o CDS tiveram de aparecer coligados para as tangenciais vitórias que conseguiram.

É neste quadro, reforçado com a realidade vivida no último mandato, que se apontam as metas para as eleições de 17 de Dezembro próximo: ganhar a presidência da Câmara Municipal de Sintra; reforçar a votação para todos os órgãos autárquicos do Concelho, mantendo a maioria das actuais seis freguesias de presidência CDU.

Para esta convicção contribuem: o nosso trabalho nos doze pelouros de que fomos responsáveis desde Janeiro de 1986; o nosso trabalho nas freguesias de maioria CDU; a experiência recente das eleições intercalares no Concelho; as mais elogiosas referências que se verificam à nossa candidatura, vindas dos mais variados sectores sociais, da Igreja e de destacados militantes de outros partidos; a menor qualificação das listas apresentadas pelos nossos adversários.

As perspectivas de vitória existem! Basta dizer que, no quadro eleitoral de 1985, e contando agora com a votação da UDP, que então se perdeu, teríamos já garantida a maioria dos votos.



Só que esse quadro eleitoral não é estático e num concelho como o de Sintra, sujeito ao maior crescimento urbano do País, ele é mesmo substancialmente alterado: entre 1985 e hoje, quinze mil novos eleitores chegaram ao Concelho.

São eleitores que nada sabem das experiências altamente negativas das Câmaras de maioria PS; PSD/CDS e PSD/CDS/PS que se sucederam entre 1976 e 1985. Nada sabem igualmente da actual distribuição de pelouros e consequentes responsabilidades da CDU e do PSD/CDS no que existe de bom e de mau na actual gestão municipal.

É pois no sentido do esclarecimento, aberto e claro, que teremos de orientar a nossa campanha.

Após a conferência de imprensa de terça-feira e da apresentação (ontem) no Tribunal de Sintra da nossa lista, vamos iniciar as mais diversas acções em termos já claramente eleitorais.

Para apoio a essas acções, que queremos alegres e vivas, iremos editar mais de quatrocentos mil documentos (...) iremos elaborar cartazes e outras formas de propaganda de rua (...), iremos divulgar vídeos sobre a nossa actividade e sobre as nossas propostas para o futuro.

Propostas para o futuro a discutir e a aprovar no Grande Encontro CDU a realizar no Cacém, no próximo dia 21, na linha do que foi realizado em Sintra a 8 de Abril e que contou com a participação de larguíssima maioria de cidadãos independentes.

Temos como lema das nossas candidaturas para o Concelho: «**O Progresso de Sintra é Possível. Com a CDU o Futuro Apetece!**». Apetece porque a CDU é já o futuro de Sintra.

PCP

Álvaro Cunhal
A acção do nosso Partido pela unidade dos partidos democráticos pode afirmar-se exemplar

Objectivos

(...)

O nosso Encontro Nacional definiu uma série de **objectivos eleitorais (...)**

O nosso grande objectivo político o mais imediato e que resultará directamente das eleições, **é o de assegurar nos órgãos autárquicos o reforço de uma gestão democrática ao serviço das populações e dos interesses locais, estritamente ligada às populações, capaz de resolver, no âmbito das suas competências, os problemas existentes.**

(...)

Uma grande vitória da CDU e das coligações «Por Lisboa», «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra pela Covilhã» será uma vitória dos povos para terem nas autarquias uma gestão democrática, será uma vitória do Poder Local democrático e da luta em sua defesa, será uma vitória da democracia, no caminho de uma alternativa democrática à política e ao Governo de direita.

A direita contra o Poder Local democrático

(...)

O PSD e outras forças da direita atacam o Poder Local democrático através da acção do Governo e da aprovação de leis antidemocráticas pela maioria de que dispõem conjunturalmente na Assembleia da República. Mas atacam-no também pela própria forma como exercem o Poder Local quando em maioria nos órgãos autárquicos:

O enorme atraso e estagnação na solução dos problemas mais instantes das populações (saneamento básico, água, esgotos) a subordinação dos interesses públicos a interesses privados, a especulação, a rotina, a burocratismo, o clientelismo, o compadrio, a degradação do património, o autoritarismo, o centralismo, a recusa à descentralização de decisão e de recursos para as freguesias, a falta de prestação de contas, a imposição de elevadas taxas às populações para os serviços prestados, etc.

Com tais práticas, o PSD e o CDS nos órgãos autárquicos em que dispõem de maioria (e o mesmo sucede geralmente com o PS) não só não resolvem os problemas que lhes cabe resolver, como **subvertem e pervertem características essenciais do Poder Local democrático.**

(...)

Em numerosos casos, o PSD e o CDS tomando nota do descontentamento provocado pelo mal que fizeram nos órgãos autárquicos procuram aparecer com novos candidatos, com novas promessas, como se nada tivessem a ver com a gestão anterior.

Caso típico é o de Lisboa. O PSD e o CDS directamente responsáveis pela desastrosa e desastrada gestão municipal nos últimos 12 anos procuram agora, com a candidatura de Rebelo de Sousa, desresponsabilizar-se do mal feito, lançar Abecasis ao contentor à laia de bode expiatório, declarar apoiar tudo quanto propõem à direita e à esquerda a fim de ganhar votos de todos os lados, mas, apesar da nova fachada, mal conseguem esconder o propósito de continuar (se ganhassem as eleições) grandes linhas e os grandes vícios da gestão Abecasis.

Derrotar a direita nas próximas eleições autárquicas é uma tarefa essencial dos democratas portugueses.

Não devemos menosprezar a força e as possibilidades do adversário assim como as nossas dificuldades. Como foi largamente referido neste nosso Encontro Nacional teremos de realizar a campanha em condições de escandalosa desigualdade e discriminação. Teremos que não ficar atrás da campanha dos nossos adversários, apesar de dispormos de recursos extraordinariamente mais reduzidos. Teremos de defrontar a prática monopolização pelo Governo, pela direita e pelo grande capital dos grandes meios de comunicação social controlados, manipulados e utilizados numa permanente, gigantesca e revoltante campanha contra o nosso Partido e no silenciamento ou grosseira deformação do que somos, do que queremos, do que propomos, do que fazemos. Teremos de defrontar a utilização pelo PSD e o seu Governo do poderoso aparelho, dos recursos e de outros meios do Estado. Teremos de defrontar e desmascarar uma vaga de propaganda e medidas demagógicas que já começaram a multiplicar-se com fins eleitoralistas.

Teremos também de contrariar as pressões de carácter económico e profissional desenvolvidas pelos capitalistas sobre os eleitores, como alguns camaradas referiram neste nosso Encontro Nacional.

Apesar porém destes aspectos de desigualdade e discriminação, **existem condições para libertar numerosas autarquias da gestão viciosa e antidemocrática da direita e para infligir uma grande derrota aos partidos que se encontram no poder.**

A CDU uma obra notável

Em contraste com as outras forças políticas que concorrem às eleições, **a CDU apresenta-se ao eleitorado** não com promessas que a gestão anterior desminta, mas **com uma notável obra realizada.**

Não podemos afirmar que tudo foi perfeito.

É porém uma verdade geralmente reconhecida e que tem encontrado de eleição para eleição vasto eco no eleitorado que, **na gestão das autarquias, os melhores, os mais capazes, os mais eficientes, os mais ligados ao povo, os que suscitam o diálogo e a participação das populações na actividade autárquica, os que resolvem os problemas, são os eleitos comunistas e seus aliados na CDU.**

(...)

É incontestável que o balanço das obras realizadas nas autarquias, (...) **mostra a indiscutível superioridade do trabalho realizado pelos eleitos da CDU em confronto com o balanço que podem apresentar as outras forças políticas.**

Mas nós, os comunistas e os nossos aliados na CDU, não nos apresentamos ao eleitorado apenas com o crédito ganho pela obra realizada com trabalho, honestidade e competência, com a ligação às populações.

Apresentamo-nos em cada concelho e em cada freguesia com programas de acção, com a firme determinação de melhorar os serviços autárquicos melhorando também a situação dos trabalhadores da administração local e de elevar a gestão autárquica a um nível qualitativamente superior — no quadro do conceito de «desenvolvimento integrado» largamente referido no nosso Encontro Nacional — a fim de responder com mais eficiência e **com critérios de profundo humanismo** aos problemas, situações e aspirações populares.

(...)

A luta do PCP pela unidade democrática

Tendo o PCP como a grande força política aglutinadora e mobilizadora, a CDU constitui um projecto unitário que inclui não só «Os Verdes» e a Intervenção Democrática com os seus objectivos e estilos diferenciados, mas também milhares de independentes sem filiação partidária e mesmo numerosos membros de outros partidos a título individual.

O projecto da CDU é um projecto unitário valioso e válido. Não resolve entretanto o problema da convergência e unidade dos partidos democráticos, convergência e unidade não apenas desejável nas autarquias, como necessária para uma alternativa à política e ao Governo de direita.

É geralmente conhecido e reconhecido que o nosso Partido ao longo dos anos tem lutado consequentemente pela convergência e a unidade dos partidos democráticos.

Agora, na perspectiva das eleições autárquicas, **a acção do nosso Partido pela unidade dos partidos democráticos pode afirmar-se exemplar.** Nesta fase preparatória da campanha eleitoral em que o relacionamento entre os outros partidos democráticos foi praticamente inexistente, um dos traços característicos da acção do PCP foram as relações de diálogo aberto e produtivo com todos os outros partidos democráticos e **o papel central desempenhado pelo PCP como força motora da convergência e unidade democráticas.**

(...)

A luta pela unidade não foi (...) em vão.

A coligação «Por Lisboa» — PCP, PS, PEV, MDP/CDE —, as coligações «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à obra Pela Covilhã» — PCP, PEV, PRD —, os numerosos acordos políticos sem coligação jurídica com o PRD, a UDP e o PSR do que resultou a integração de candidatos destes partidos nas listas da CDU, a integração de candidatos da UDP e PSR nas coligações alargadas e o seu apelo ao voto na CDU nos concelhos e freguesias respectivas, **constituem êxitos notáveis da política de unidade do nosso partido e importante prémio político aos esforços incansáveis para alcançá-la.**

Constituem também um testemunho da crescente, embora irregular e ainda contraditória, tomada de consciência em todos os partidos democráticos da necessidade da sua unidade e particularmente da **necessidade da convergência e unidade com o PCP como condição indispensável para assegurar uma alternativa democrática, tanto nas autarquias como no Governo do país.**

E constituem sobretudo no momento presente e no imediato passos positivos no caminho da luta contra a direita e por um avanço na gestão democrática nas autarquias.

Proibindo a sigla e o símbolo unitários da CDU e obrigando ao uso da sigla e do símbolo do PCP, a direita pensava que se restringiriam o quadro unitário da CDU e as relações e acordos do PCP com outras forças democráticas. Tem razões para estar desiludida. Sucedeu precisamente o contrário.

(...)

Se compararmos concelho por concelho a arrumação e os acordos das forças que concorrem às próximas eleições autárquicas com aqueles que se verificaram nas eleições autárquicas de 1985, desde logo ressalta uma diferença essencial. Enquanto em 1985 o PS concorreu em coligações formalizadas ou não e na base dos mais variados acordos e desistências recíprocas negociadas com o PSD e o CDS tendo como principal objectivo em numerosos concelhos retirar a Presidência e a maioria aos comunistas e seus aliados (coligados então na APU), nas próximas eleições, salvo ainda qualquer surpresa, o PS concorre separado dos partidos da direita.

É uma situação nova e favorável à democracia.

A coligação «Por Lisboa»

A coligação «Por Lisboa» adquire grande relevo nas eleições de Dezembro.

Não podemos naturalmente deixar que as atenções e os esforços se concentrem na batalha eleitoral da capital; nem poderemos depois numa apreciação global dos resultados eleitorais separar o resultado na capital dos resultados no resto do país.

Mas pelo facto de se tratar da capital, pelos partidos que compõem a coligação, especialmente pela participação do PCP e do PS, pelo propósito de pôr fim à desastrosa e desastrada gestão do PSD/CDS/Abecasis, a coligação «Por Lisboa» tem particular importância e significado.

A ninguém escapa a **importância política do acontecimento** e a possibilidade real que abre para pôr fim à omnipotência da direita na Câmara de Lisboa e criar condições para uma gestão democrática. A ninguém escapam também as profundas repercussões que terá na vida política nacional uma vitória da coligação na capital.

Por isso a coligação «Por Lisboa» surge na vida nacional e

PCP

no campo democrático como uma experiência cuja vitória há que assegurar. Anima e estimula a vontade e a esperança de milhares de democratas. **Existem condições para desenvolver uma grande campanha e alcançar a vitória.**

Entretanto, nem tudo tem sido positivo no andamento da coligação. Negativo que não se tenha encontrado uma solução (a nosso ver inteiramente possível e desejável para uma dinâmica de vitória democrática) para a integração e apoio do PRD. Negativas, tanto pelos efeitos políticos como por eventuais efeitos eleitorais, as descabeladas declarações de um anticomunismo primário de alguns dirigentes do PS há pouco divulgadas. Negativas também certas linhas de propaganda tendentes a criar a imagem de que no fim de contas se não trata da candidatura de uma coligação de partidos, mas de uma candidatura do PS apoiada por outros partidos.

Trata-se de uma coligação com objectivos limitados e únicos — a Câmara Municipal e freguesias de Lisboa. Não há «pactos secretos» para 1991. Continuam como é sabido a existir sérias divergências políticas entre o PCP e o PS acerca de numerosos aspectos da vida nacional. (...)

(...) Não somos nós certamente quem pretende ocultar tais divergências, nem naturalmente deixamos de reconhecer ao PS todo o direito de as referir.

É entretanto absolutamente necessário que, para assegurar uma dinâmica de vitória e assegurar a vitória, que não se dê curso a ataques que são mais insultos do que a exposição de divergências, a polémicas que se convertam em ofensas. É absolutamente necessário que **se insista no projecto, nas propostas e nos objectivos concretos da coligação.**

(...)

A coligação «Por Lisboa» não invalida a nossa opinião de que o PS em numerosas autarquias em que dispõe da maioria tem dado mostras de incapacidade de uma gestão correcta e de resolução dos problemas, tem noutras autarquias colaborado estreitamente com o PSD e CDS, tem em autarquias de maioria comunista conduzido na maior parte dos casos acções e campanhas, muitas vezes emparceirando com a chicana e as invencionices da direita.

Por isso **é não só inteiramente legítimo mas necessário, conduzir a campanha eleitoral, não só contra as candidaturas do PSD e CDS, mas também contra as candidaturas do PS, seja quando concorre com o objectivo de tirar a maioria à CDU, seja quando está em maioria sozinho ou em aliança com o PSD.**

(...)

Estamos empenhados no diálogo, na convergência, na cooperação, na unidade, antes e depois das eleições. Mas sempre verdadeiros, e firmes, na defesa de princípios, objectivos e valores essenciais.

Isto esclarecido, e falando ainda da coligação «Por Lisboa» devemos reafirmar que pela nossa parte (e este nosso Encontro Nacional o evidenciou) empregaremos as nossas energias, experiência e vontade para assegurar na capital do país, a derrota da direita, a vitória democrática e uma ulterior gestão que resolva os problemas populares e da nossa tão bela e tão maltratada capital.

Profundas repercussões

É indubitável que a derrota da direita em Lisboa e uma vitória da coligação «Por Lisboa», na qual sem menosprezo pelos outros participantes sobressai a participação do PCP e do PS, terá profundas repercussões, ainda difíceis de avaliar, na situação política nacional, designadamente na arrumação das forças partidárias e na perspectiva de convergência e unidade dos democratas portugueses.

Já desmentimos a afirmação mentirosa segundo a qual teria sido firmado um pacto secreto entre o PCP e o PS com vistas às eleições legislativas de 1991. É pura invenção, imprópria de um Primeiro-Ministro sobretudo se depois de claro desmentido reincida nela.

Também já tivemos ocasião de dizer que, até lamentamos que, por sérias divergências existentes, não seja possível um acordo (e não deveria ser secreto, mas público e bem público) entre o PS e o PCP com o objectivo de promover e assegurar a derrota da direita nas eleições de 1991 e uma alternativa democrática ao Governo de direita. Mas tal acordo não existe, nem se vislumbra que venha a existir a curto prazo.

Entretanto a **vitória da coligação «Por Lisboa», a confirmar-se, constituirá** sem dúvida não apenas a derrota da direita no município de Lisboa, mas **uma grande derrota da direita com significado nacional, uma experiência susceptível de desvanecer errados mitos e arreigados fantasmas, de fazer baixar barreiras e incompreensões entre democratas, de estimular o aprofundamento do diálogo, a aproximação a novas formas de entendimento entre todos os partidos democráticos, designadamente entre os dois maiores partidos democráticos: o PCP e o PS.**

Considerações semelhantes se podem fazer no que respeita à coligação «Desenvolver Setúbal», e «Mãos à obra pela Covilhã» com a participação do PCP, dos Verdes e do PRD.

São exemplos de convergência democrática que poderão exercer grande influência na vida política nacional.

As coligações com o PRD

(...)

Há motivos de satisfação pelos acordos estabelecidos com o PRD. Mas duas questões merecem algumas observações.

Uma resulta não só da conhecida busca pelo PRD de acordos de coligação formal com o PSD e mesmo com o CDS, mas da concretização de acordos e integração de militantes do PRD nas listas do PSD em vários concelhos.

Outra resulta da apresentação pelo PRD de uma lista autónoma para concorrer à Câmara Municipal de Lisboa.

Em Lisboa, somos de facto confrontados com tal situação indesejável.

Na nossa opinião a decisão do PRD não decorre à partida de um propósito divisionista das forças democráticas, uma vez que o PRD manifestou insistentemente interesse em integrar a coligação «Por Lisboa» mesmo sem coligação jurídica.

(...)

A nossa atitude tem de ser necessariamente **o apelo aos democratas e ao eleitorado que querem uma vitória democrática para não votarem na lista do PRD, porque tais votos são votos perdidos e (como se ganha e se perde por um só voto) quando seriam necessários para ainda maior garantia da vitória democrática da coligação «Por Lisboa».**

Ao mesmo tempo, **em numerosos concelhos e freguesias lutaremos empenhadamente lado a lado com o PRD para assegurar a vitória democrática: das duas coligações de que o PRD com as forças da CDU faz formalmente parte (Setúbal e Covilhã) e da CDU de cujas listas fazem parte militantes do PRD, como independentes.**

A campanha eleitoral

A campanha eleitoral que temos que desenvolver em todo o país (salvo os concelhos de Lisboa, Setúbal e Covilhã em que o nosso Partido concorre com outras coligações) é a campanha da CDU-Coligação Democrática Untiária.

(...)

É necessário que em cada caso, em cada concelho, em cada freguesia se tome em conta a situação concreta, os problemas concretos que afectam as populações, as características e nível de crédito da gestão actual, a arrumação das forças e mesmo situações pessoais específicas de candidatos da CDU e adversários. (...)

As três letras CDU conseguimos mantê-las na nova denominação, agora **CDU-Coligação Democrática Unitária.** Mas as novas siglas da CDU são as siglas do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista «Os Verdes» (PCP-PEV) e, proibido o uso dos três favos, o símbolo da CDU é obrigatoriamente constituído pelo símbolo dos dois partidos: a foice e o martelo do PCP e o girassol dos Verdes.

(..)

Como as siglas e símbolos são em cada caso os dos partidos coligados, isso significa que, nos concelhos de Lisboa, Setúbal e Covilhã temos de conduzir a campanha com os símbolos e siglas das coligações estabelecidas, enquanto que nos outros concelhos dos mesmos distritos temos a campanha da CDU-Coligação Democrática Unitária com a sigla e o símbolo respectivos.

Esta situação exige um vastíssimo e urgente esclarecimento do eleitorado e uma cuidadosa articulação das campanhas.

Há uma indicação inteiramente válida que se pode dar para que os eleitores possam identificar nos boletins de voto a participação da CDU. Seja nos concelhos onde a CDU concorre como tal, seja nos concelhos em que com as forças da CDU formamos coligações alargadas, **o denominador comum para uma opção democrática é a presença das siglas do PCP e do PEV e dos símbolos respectivos: a foice e o martelo e o girassol.**

(...)

Nos casos das coligações alargadas, as situações existentes e algumas tendências que se verificam tornam necessário que o nosso Partido esteja atento a desenvolvimentos negativos e intervenha prontamente, com o seu trabalho, o diálogo, e soluções adequadas, para a sua pronta rectificação.

Assim, a campanha de uma coligação é a campanha da coligação de partidos e forças. Não a campanha de um partido sugerindo que os outros o apoiam. A questão coloca-se particularmente no que respeita a Lisboa, em que o cabeça de lista da coligação para a CML é o secretário-geral do PS.

O PCP é parte inteira da coligação. Apoiamos a lista e naturalmente não apenas os candidatos do PCP, entre os quais o segundo nome da lista, o camarada Rui Godinho, mas a lista como tal e o cabeça de lista como futuro Presidente da CM de Lisboa. Trabalhamos com o máximo empenhamento para a vitória. Mas não podemos deixar que alguns procurem insinuar que se trata de uma lista do PS com apoio do PCP ou a integração de membros do PCP. É necessário que todos (e todos sem excepção) estejam cientes de que se trata de uma lista de coligação PS/PCP/MDP/PEV em que cada partido tem os seus representantes com direitos iguais determinados por acordos assinados.

Da mesma forma a sede da coligação é a sede da coligação e das suas componentes e organismos constituídos e não uma sede do PS em que são admitidos mas silenciados em termos de informação e de comunicação social os representantes dos outros partidos da coligação.

Finalmente: a caravela dos corvos poderá ser uma mascote da coligação «Por Lisboa» assim como a abelhinha era mascote da CDU. Mas **o que é necessário divulgar para conhecimento dos eleitores** (nos documentos, nos cartazes, nas bandeiras e pendões) **é o símbolo e a sigla da coligação.** Sigla: PS/PCP/MDP/PEV. Símbolo: um quadrado com punho fechado, a foice e o martelo, o pé de galo e o girassol.

Dados estes factores **é indispensável a par das campanhas e iniciativas eleitorais conjuntas das coligações alargadas empregar grande parte das nossas energias, capacidades e recursos nas campanhas e iniciativas autónomas e específicas do nosso Partido no quadro das coligações.**

Reforço do PCP factor essencial

A par da dinâmcia da pré-campanha e da campanha eleitoral, é da maior importância, mesmo tendo em vista as eleições autárquicas, intensificar a luta contra as medidas antidemocráticas do Governo PSD, promover as lutas de massas, e intensificar a acção institucional, designadamente na Assembleia da República, na qual o Grupo Parlamentar do PCP (como foi anunciado no nosso Encontro Nacional) lutará para que seja revogada a lei da tutela e aprovadas, entre outras, a lei que permita eleitos a tempo inteiro em Juntas de Freguesia, a lei quadro das Regiões Administrativas, e uma lei que reponha a capacidade financeira dos municípios afectada pela inflação.

(...)

Nenhuma outra força política, mais que o PCP, mostra, na sua acção, ter consciência da necessidade da convergência e da unidade democrática, da unidade dos trabalhadores, da unidade das massas populares em luta (...)

Essa consciência e a luta pela unidade são entretanto inseparáveis da consciência de uma outra realidade: a consciência da força real do nosso Partido e do seu papel na vida nacional, da força real do nosso Partido e do seu papel na gestão das autarquias e na defesa do Poder Local democrático; da força real do nosso partido e da sua participação necessária, indispensável e insubstituível para uma alternativa democrática.

Esta realidade torna indispensável por um lado a participação dinamizadora do PCP nas campanhas eleitorais de carácter unitário das diversas coligações em que participa. Torna imperiosa por outro lado (e é necessário insistir) uma intervenção autónoma, dinâmica, clara e explícita do PCP nas campanhas eleitorais ao nível da sua responsabilidade.

(...)

Poder Local

Uma equipa pelo Porto

Uma equipa pelo Porto é a aposta forte da Coligação Democrática Unitária/PCP-PEV, nas candidaturas que vai apresentar à Câmara e à Assembleia Municipal da capital do Norte.

Na lista da CDU à Câmara do Porto, cujo candidato a presidente é, como se sabe, o eng.º Oliveira Dias, são já conhecidos os nomes do dr. Emílio Peres, prestigiado médico endocrinologista e professor, do arq.º e professor da Faculdade de Arquitectura Ricardo Sá Carneiro de Figueiredo, de Helena Medina, actual deputada municipal, do Eng.º Vieira Mendes, dirigente sindical da Função Pública e da USP/CGTP-IN e do dr. Morais Cabral, licenciado em Direito, director bancário, independente.

A candidatura da CDU à Assembleia Municipal do Porto é encabeçada pelo dr. Raul de Castro, membro da Intervenção Democrática e deputado à Assembleia da República. Embora não tenham ainda sido tornados públicos os nomes de outros candidatos, a lista irá integrar, foi-nos possível confirmar, um conjunto de destacadas personalidades da vida política — pertencentes ao PCP, ao Partido Ecologista «Os Verdes», à ID, ao PRD, a outras forças políticas, além de numerosos independentes — bem como de conhecidas figuras dos meios cultural, associativo, desportivo, económico, e de diversas áreas sociais da cidade.

Entretanto, inseridas num vasto programa de contactos com personalidades e instituições do Porto, Oliveira Dias encontrou-se já com a Direcção da Associação dos Comerciantes do Porto, com o director do Instituto do Vinho do Porto, com o Conselho Directivo da Faculdade de Arquitectura do Porto, com o director do Hospital de S. João, e com colectividades da cidade, com destaque para – Clube dos Fenianos Portuenses, Associação Recreativa Montiagra do Amial, Sport Progresso e outras.

Campanhã

Na Freguesia de Campanhã, a mais populosa da cidade do Porto, foi apresentado o candidato da Coligação Democrática Unitária a presidente da Junta. Jorge Pinto, actor, com 37 anos de idade, um homem ligado há longos anos à vida cultural e social da cidade, um homem de Campanhã. Profundamente conhecedor dos problemas da população da freguesia, particularmente dos moradores dos Bairros Camarários, com os quais tem trabalhado nos últimos anos, como animador cultural e acessor do veredor da CDU, camarada Macedo Varela, responsável pelo pelouro dos Equipamentos Desportivos e Culturais dos Bairros Camarários da cidade do Porto.

Na altura, foram anunciados os objectivos eleitorais da CDU, «concorrer para a vitória», porque «a CDU tem sido a única força com crescimento efectivo ao longo dos vários actos eleitorais», passando nas últimas eleições autárquicas para 2.ª força política na Freguesia, à frente do PS e a escassos 700 votos do PSD, que detém a presidência da Junta. Como 2.ª razão para vencer, a CDU aponta o facto de «mesmo afastado da gestão da autarquia», não ter deixado de intervir na Assembleia de Freguesia para a resolução de problemas, como a passagem de S. Pedro de Azevedo a Freguesia, na defesa dos direitos das Associações Populares e dos trabalhadores dos Infantários.

Vila Nova de Gaia

Reunida recentemente, a Comissão Coordenadora da CDU de Vila Nova de Gaia fez balanço das candidaturas no Concelho e das numerosas adesões «já manifestadas por personalidades dos mais diversos sectores profissionais, artísticos e culturais, abrangendo um vasto leque de sensibilidades políticas e ideológicas».

Nas listas da CDU em Vila Nova de Gaia, para cujos órgãos municipais já foram anunciados os primeiros candidatos — Ilda Figueiredo e Maurício Ferraz, para a Câmara, e Alberto Andrade, para a Assembleia Municipal — participam conhecidos elementos ligados ao PRD e ao MDP e diversos socialistas, para além de numerosos independentes que «consideram que a CDU como a alternativa» de que o Concelho precisa. Já aceitaram participar nas listas da CDU: artistas, como Jaime Isidoro e Jaime Azinheira; quadros técnicos, destacados professores de vários níveis de ensino, como Victor Freire, Ana Maria Firmino, Margarida Almeida, José Paulo Serralheiro (dirigentes do SPN), Sofia Coutinho, Adelaide Goulart; e médicos, como José António Teixeira, Rosalvo de Almeida e Arnaldo Araújo (Delegado de Saúde em Barão do Corvo).

Está marcado para o próximo dia 21 de Outubro, na Tuna Musical de Santa Marinha, um Encontro Concelhio, onde serão apresentados os candidatos da CDU no concelho de Vila Nova de Gaia.

SANTO TIRSO

CDU alarga quadro unitário

Assegurar a participação da CDU na Câmara Municipal de Santo Tirso, como meio de garantir o diálogo democrático, o rigor e a transparência da gestão camarária, este é o primeiro e principal objectivo da candidatura da CDU neste importante concelho operário do distrito do Porto, conforme nos afirmou Avelino Gonçalves, cabeça de lista da Coligação Democrática Unitária/PCP-PEV àquele município, nas próximas eleições autárquicas.

Membro da Assembleia Municipal de Santo Tirso desde 1982, natural de Santiago de Bougado, Avelino Gonçalves, de 50 anos de idade, foi dirigente do Sindicato dos Bancários do Norte e da CGTP-IN antes e depois do 25 de Abril. Ministro do Trabalho do 1.º Governo Provisório, foi autor do decreto que instituiu o salário mínimo nacional, e deputado na Assembleia Constituinte, que elaborou e aprovou a Constituição da República. É suplente do CC do PCP.

Confiante na sua eleição como vereador, Avelino Gonçalves recordou que a FEPU e APU elegeram vereadores em 1976 e 1982, perdendo o lugar em 1985 numa conjuntura eleitoral muito especial, marcada nomeadamente por uma candidatura municipal do PRD que, não logrando afirmar-se, «comeu» no terreno eleitoral da CDU.

Este ano, conjugam-se diversos factores que sustentam o optimismo do candidato. O PS tem assumido na Câmara uma posição prepotente e antidialogante, a sua gestão não é competente nem transparente. A maioria dos eleitores vem percebendo que a existência de uma maioria absoluta na Câmara não favorece uma gestão atenta aos reais problemas do concelho. A direita concorre em listas separadas. O PRD não tem, aparentemente, nem condições nem intenção de concorrer em Santo Tirso. Nestas condições, a CDU aparece a uma larga faixa do eleitorado como a força capaz de introduzir um novo estilo de gestão.

***Avelino Gonçalves**: o candidato da CDU-Coligação Democrática Unitária mostra-se confiante na sua eleição como vereador em Santo Tirso*

O quadro unitário da CDU mantém-se ou alarga-se. Exemplo disso é a participação à cabeça da lista da CDU para a Assembleia Municipal do dr. Bernardino Neto, economista, professor da Escola Secundária Tomaz Pelaya, em Santo Tirso, homem muito prestigiado no concelho, bem conhecido pelas suas qualidades de inteligência, cultura, capacidade e dedicação à vida pública. Membro da Assembleia Municipal desde 1982, conquistou neste órgão uma posição de grande destaque.

A Coligação Democrática Unitária formulou já os princípios orientadores da candidatura, dos quais Avelino Gonçalves destacou para o «Avante!»: funcionamento democrático e colegial da Câmara; definição clara e consequente de projectos prioritários; aprovação do Plano Director Municipal; delegação de competências nas Juntas de Freguesia e reforço das transferências; rigor na gestão dos dinheiros públicos, plano anual de actividades credível (os projectos aprovados são para executar ou, em caso de impossibilidade justificada, deverão figurar como prioritários no PAO seguinte); salvaguarda e enriquecimento do património municipal; descentralização de serviços e defesa da integridade do concelho; isenção e rigor técnico no recrutamento de pessoal; informação, prestação de contas e contacto permanente com os eleitores.

A CDU, referiu por fim Avelino Gonçalves, prepara-se para apresentar listas de candidatura a todas as Assembleias de Freguesia do concelho.

Bienal no Palácio motiva debate

Debates vivos, alicerçados na realidade social do País, acontecem no **Espaço Cultural/6.ª Bienal de Artes Plásticas da Festa do «Avante!»**, que esteve patente no Palácio de Cristal, no Porto, até ao passado dia 8 de Outubro. Relevo igualmente para o colóquio sobre **Habitação e Urbanismo** também realizado na Cidade Invicta, que reuniu à mesa do debate personalidades como **Siza Vieira, Alcino Soutinho, Ricardo Figueiredo** e **Luís Oliveira Dias.** É dessa intensa actividade cultural no Porto que damos breve notícia.

«A descoberta das Artes, as Artes à descoberta» foi o tema em foco no «Espaço Cultura/6.ª Bienal», abordado por **Óscar Lopes, Araújo Moreira** e **Rodrigo Cabral.** .

Araújo Moreira, jornalista, chefe de redacção de «o diário», começou por levantar algumas das questões mais polémicas que estão em foco no mundo das artes plásticas — a arte funcionar hoje (aliás como imediatamente antes da queda do fascismo) à maneira de Bolsa de Valores, em que mais que a qualidade, a técnica, a intervenção artística, se revela o investimento, em que o artista é colocado na posição de «vendo, logo existo».

Óscar Lopes, confessando-se embora «segador em seara alheia» não deixou de dar um importante contributo. A arte, qualquer arte, como forma específica, insubstituível, de descobrir o mundo. A pintura, o desenho, especificamente, como formas de «educar o homem a ver», a ver a perspectiva, a luz, o movimento — a capacidade de percepção visual das novas gerações é muito diferente do que era.

«Vivemos num mundo profundamente transformado, onde é preciso muita imaginação — só com esta imaginação se compreende o real», afirmou Óscar Lopes.

Rodrigo Cabral, artista plástico que integrou a Comissão Executiva da Bienal e grande animador da Exposição, glosou o tema das «artes à descoberta», as artes despojando-se do cunho religioso e mítico que as caracterizava durante séculos. A arte, as artes plásticas, no concreto, nunca foram um mundo à parte. O mundo da sua evolução determina os comportamentos artísticos e o artista é sempre um homem sujeito ao meio social e, naturalmente, aos fenómenos como a moda, etc. A arte, finalmente, como meio lúdico.

***A Bienal** da Festa do «Avante!» esteve no Palácio de Cristal no Porto, despertando a curiosidade de muitos visitantes*

Habitação e urbanismo

«Questões de habitação e urbanismo» foi tema para colóquio, no Espaço Cultura do Palácio de Cristal, no passado dia 6. Os arquitectos Siza Vieira, Alcino Soutinho e Ricardo Figueiredo e o Eng.º Oliveira Dias, candidato da CDU à Presidência da Câmara Municipal do Porto animaram o debate.

Oliveira Dias começou por colocar um feixe de problemas avulsos da cidade, que não sendo exclusivamente de carácter urbanístico se prendem no seu todo com as soluções urbanísticas para o Porto, relevando desde logo dois vectores fundamentais para qualquer soluções — a participação popular e o factor económico, dependente em grande parte do poder central.

Ricardo Figueiredo, membro da Assembleia Municipal do Porto, chamou a atenção para a especificidade dos problemas do Porto, onde o fundamental não é já urbanizar, mas antes o recuperar. Em relação à área metropolitana do Porto, de que alguns falam «sem saber o que é», contrapôs «a criação da Região Administrativa que, respeitando as competências e áreas de interligação dos municípios (...), estabeleça como está constitucionalmente previsto — um efectivo poder regional, democraticamente eleito e que responda perante as populações.

O Arq.º Siza Vieira (regressado há menos de duas horas da sua viagem à Holanda e visivelmente cansado) referiu, numa reflexão como cidadão que vive no Porto, «nunca ter intervido no Porto, não sabe bem porquê...», numa crítica indirecta ao insólito facto de o município portuense não ter até hoje concretizado qualquer dos seus projectos. «O imobilismo é o aspecto da cidade que mais me impressiona», afirmou a seguir, para concluir que «no campo da habitação nada se fez desde 74, excepto o plano de recuperação das zonas ribeirinhas.

O Arq.º Alcino Soutinho referiu-se designadamente «à criação de grandes vias sem ter em conta as fracturas que provocam na cidade, quer de natureza física quer na vida das pessoas».

A «criação de uma rede de transportes verdadeiramente operativa» e a importância de «planos participados pelas pessoas, pelo menos ao nível do conhecimento», foram duas ideais que sublinhou.

A ideia lançada pelo Arq.º Siza Vieira de um grande projecto para o arranjo da encosta do Douro, nas zonas da beira-rio desde a ponte ferroviária até à foz, é uma proposta que a Coligação Democrática Unitária irá assumir no programa que vai apresentar à cidade.

Poder Local

Acordo CDU/PRD em Almada

Realizou-se no passado dia 3 de Outubro a assinatura do Acordo entre o Partido Comunista Português, o Partido Ecologista os Verdes, a Associação Intervenção Democrática e o Partido Renovador Democrático para as eleições autárquicas no concelho de Almada.
Na sessão pública participaram dirigentes locais, distritais e nacionais dos partidos envolvidos neste acordo, entre os quais Manuel Sobral, do PCP, e António Feu, do PRD.

Nas questões gerais do acordo ficou definido que os candidatos do PRD integrarão as listas da CDU — Coligação Democrática Unitária na qualidade de independentes do PRD propostos pelo PCP, sendo sempre reconhecida ao PRD, interna e externamente, a sua qualidade indeclinável de força política autónoma, comprometendo-se os partidos subscritores indicar como candidatos figuras de reconhecida idoneidade e competência, devendo procurar-se o maior consenso possível nos nomes a propor, comprometendo-se, ainda, os eleitos designados pelos partidos abrangidos no acordo a respeitar a unidade de voto no que respeita às seguintes matérias, no âmbito da Câmara Municipal: Planos de Actividades e Orçamentos, Relatórios e Contas, Revisões Orçamentais, Plano Director Municipal e Regulamentos e Taxas.

Respigamos de seguida algumas passagens da intervenção da comissão Concelhia de Almada do PCP, lida no acto da assinatura do acordo.

«O PCP traçou como linha geral para as eleições autárquicas de 89 examinar a possibilidade de acordos com o PS, o PRD e outros partidos democráticos, por se tratar de uma grande batalha política e um importante momento de avaliação, não só da influência dos partidos, mas também da força da democracia.

«Estas foram decisões do XII Congresso do PCP realizado em Dezembro de 1988.

«Foi nesse contexto que a Comissão Concelhia de Almada do PCP tomou a iniciativa de convidar todos os partidos democráticos à esquerda do PSD, estabelecendo assim conversações com o objectivo de se encontrar uma plataforma de unidade e convergência que conduzisse a uma profunda derrota política e eleitoral do PSD, donde resultaria inevitavelmente o reforço dos partidos demcráticos, o reforço da democracia.

«Numa palavra: reforçar os ideais do povo de Almada (...)

«Os programas eleitorais da CDU, com a natural participação e intervenção do PCP, nunca foram meras cartas de intenções, os eleitos comunistas nas listas da CDU sempre assumiram e assumem os seus compromissos com os seus parceiros políticos, com os seus eleitores, com a população do Concelho de Almada.

«Uma grande obra está realizada. O presente e o futuro não vão ser menos exigentes. Estamos conscientes disso (...)

«Cabe-nos a todos, dentro das possibilidades, disponibilidades e capacidades individuais, mas também colectivas, contribuir para que a nossa Almada seja, ainda mais, uma cidade onde dá gosto viver, para tal, vamos trabalhar para uma grande votação na CDU, que corresponda a mais eleitos, maior capacidade de trabalho, mais progresso, melhor futuro», concluiu-se.

***Momento da sessão pública** em que foi assinado um acordo entre a CDU e o PRD para as eleições autárquicas em Almada*

«Por Lisboa» inaugura sede

Foi inaugurada no passado dia 5 a sede da candidatura «Por Lisboa», situada na Avenida António Augusto de Aguiar, 134, junto à estação do *Metro* de S. Sebastião, com uma cerimónia breve onde usaram sucessivamente da palavra o mandatário da candidatura, **Gomes Mota**, e os cabeças de lista à Assembleia e Câmara Municipal, respectivamente **José Saramago**e **Jorge Sampaio**. No final houve um beberete no mesmo local onde decorreu a cerimónia, um pavilhão que os serviços da candidatura ergueram em tempo recorde, como foi sublinhado pelos oradores. Estiveram presentes numerosas individualidades, entre dirigentes dos partidos que integram a coligação, eleitos e candidatos autárquicos, representantes da cultura portuguesa, militares de Abril, etc. A sede (situada num belo palacete) ficou desde então à disposição (e à espera) da visita dos inúmeros apoiantes da coligação «Por Lisboa».

Apoiando «Por Lisboa»

Mil trabalhadores na Estufa Fria

Mais de 1000 trabalhadores jantaram, na passada segunda-feira, na Estufa Fria, com candidatos da Coligação por Lisboa, encontrando-se entre eles dirigentes sindicais dos mais destacados do Distrito de Lisboa, membros de Comissões de Trabalhadores, delegados sindicais das principais empresas e dirigentes sindicais nacionais. **Armando Santos**, presidente do Sindicato dos Seguros do Sul e Ilhas e membro do Secretariado Nacional da UGT e **Florival Lança**, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN fizeram as primeiras intervenções da noite, seguindo-se-lhes os candidatos da Coligação «Por Lisboa», **José Saramago e Jorge Sampaio.**

SINTRA

CDU apresenta listas

A Comissão Coordenadora da CDU – Coligação Democrática Unitária de Sintra promoveu anteontem uma conferência de imprensa em que apresentou a lista CDU às eleições para a Câmara Municipal de Sintra e deu conta das perspectivas eleitorais da Coligação naquele concelho.

Lino Paulo, actual vereador e cabeça-de-lista da coligação entre o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista os Verdes, esteve acompanhado dos quatro candidatos que se lhe seguem na lista — **Vera Dantas, Jaime da Mata, Felício Loureiro** e **Emídio Ribeirinho** — e de representantes dos partidos que integram a Coligação, o PCP e o PEV.

Na ocasião a Comissão Coordenadora da CDU – Coligação Democrática Unitária de Sintra divulgou uma carta de Lino Paulo aos eleitores do Concelho de Sintra, em que os convida a antes de votarem se informarem sobre as gestões maioritariamente PS; PSD/CDS ou PSD/CDS/PS, que se sucederam na Câmara entre 1977 e 1985, e a informarem-se sobre a forma como foram geridos, na gestão cessante, os pelouros da responsabilidade de eleitos do PSD/CDS e os pelouros da responsabilidade de eleitos da CDU.

Na sua carta aos eleitores do Concelho de Sintra, Lino Paulo salienta que a candidatura da CDU é aquela que se apresenta como alternativa viável às presidências que se vêm sucedendo na Câmara e sublinha que nas duas anteriores eleições autárquicas, em 1982 e 1985, a CDU ficou a escassas centenas de votos da vitória.

Desde que foi anunciada a candidatura de Lino Paulo como cabeça-de-lista da CDU, chegaram inúmeras demonstrações de apoio e apreço por parte de personalidades de diferentes forças políticas, e da Igreja.

O cabeça-de-lista da CDU – Coligação Democrática Unitária para a Câmara Municipal de Sintra anunciou a realização, no próximo dia 21, no salão dos Bombeiros Voluntários do Cacém, do Encontro CDU em que vai ser aprovado o Programa da candidatura.

Programa de candidatura que, revelou Lino Paulo, apontará para a criação de Gabinetes Técnicos descentralizados e para a implementação de Planos integrados de investimento e que terá como prioridades a resolução de problemas como acessibilidade e trânsito, criação de equipamentos de lazer, culturais e recreativos, bem como de espaços verdes e habitação.

O cabeça-de-lista da CDU – Coligação Democrática Unitária à Câmara Municipal de Sintra adiantou ainda que a sua candidatura, sob o lema **«O progresso de Sintra é possível — A CDU é o futuro»**, quer conseguir a classificação de Sintra como património mundial.

MAIA

Irregularidades na construção de banco

A Coligação Democrática Unitária, através do seu vereador na Câmara Municipal da Maia, Serafim Nunes, vai requerer à Câmara, à Assembleia Municipal e à tutela inquérito da actuação do presidente da Câmara, Vieira de Carvalho tendo em vista apurar as suas responsabilidades no licenciamento do projecto de construção das instalações do Banco Comercial Português na Maia, «em condições de gravíssimas irregularidades, verificando-se viciações várias no processo».

Segundo Serafim Nunes, o projecto do referido edifício, cuja construção está praticamente concluída, «não satisfaz as condições necessárias à sua aprovação e, consequentemente, não dispõe, nem poderia dispor, de licença de construção» – não foi aprovado pelo Centro de Saúde, nem pelo SMEAS, nem pela EDP e foi reprovado pelos TLP. «A situação é tanto mais grave quanto é certo que, apesar da evidência, os serviços de fiscalização da Câmara não levantaram qualquer auto à referida construção, o que é totalmente incompreensível face à sua localização (mesmo junto do edifício dos Paços do Concelho) e ao conhecimento generalizado das condições de ilegalidade em que se encontra», refere aquele vereador da CDU.

Responsabilizando por esta «bizarra» situação o presidente da Câmara Vieira de Carvalho – a quem foram cometidas, por iniciativa sua e contra a opinião da CDU, as competências de deliberação sobre licenciamento de obras –, Serafim Nunes considera ainda que «não valerá a pena invocar que à partida, o projecto reunirá todas as condições para vir a ser aprovado», pois mesmo que tal seja verdade «o Banco Comercial Português não tem mais direitos que os restantes cidadãos, os quais só podem começar a construir após o projecto aprovado, as taxas pagas e as licenças de construção emitidas».

Trabalhadores

MÉDICOS

É grave o clima laboral

• Reúne-se sábado em Coimbra o Concelho Nacional da FNAM

A Federação Nacional (FNAM) das associações sindicais dos médicos, que convocou a reunião do seu Conselho Nacional para depois de amanhã, 14, em Coimbra, assinalou entretanto «o agravamento do clima de relações laborais», com as instituições, em «múltiplas zonas do País», o que tem conduzido e conduz à movimentação sindical.

A comissão executiva da FNAM, reunida em 4 do corrente naquela cidade, depois de afirmar que se detectam «sérios conflitos em franco desenvolvimento», chama em especial a atenção para a **crise financeira hospitalar** e para **o recurso sistemático ao prolongamento excessivo de horários** de trabalho dos médicos.

Défices alarmantes

Num comunicado distribuído pela comissão executiva daquela Federação, dois dias depois da reunião de Coimbra, afirma-se que a crise financeira dos hospitais se caracteriza por «défices alarmantes», de que resulta principalmente a «quebra de fornecimentos de material indispensável ao funcionamento de alguns serviços».

Acrescenta ainda a direcção da FNAM que, «noutros casos — que não especifica — acumulam-se há longos meses dívidas aos médicos, respeitantes a horas extraordinárias e suplementares».

Nessa parte do comunicado sobre a situação geral em locais de trabalho da responsabilidade do Ministério, os dirigentes sindicais da FNAM destacam **«o recurso sistemático a prolongamento excessivo de horários, para cobrir carências de mão-de-obra médica, nos serviços de urgência, obrigando-se médicos a trabalharem com cargas horárias semanais de 80 e 90 horas, ou então a períodos consecutivos de 48 ou 72 horas»**.

A direcção da FNAM, que se solidariza com as movimentações sindicais dos médicos, chama ainda a atenção dos responsáveis para «os atrasos na aplicação dos retroactivos», respeitantes à mudança de letra, nomeadamente.

Os dirigentes sindicais dos médicos assinalam também «a resistência e o protesto», verificados nas ARS e nos hospitais onde, segundo o comunicado de 4 do corrente, se têm «sistematicamente adoptado decisões profundamente incorrectas e prepotentes em relação ao funcionamento dos serviços».

Atraso enorme nas negociações

O Governo é responsabilizado pelo «enorme atraso em que se encontra o processo negocial sobre carreiras e grelhas salariais».

Expressamente, a direcção da FNAM, falando em nome dos médicos, exige **«uma definição rápida das posições do Ministério sobre: a) a sua proposta de remunerações; b) regimes de trabalho; c) livre opção no acesso à dedicação exclusiva; d) o estatuto dos internatos; e) o quadro da clínica geral»**.

Segundo a direcção federativa dos médicos, estes não poderão «aceitar passivamente» o adiamento *sine die* na definição de problemas tão importantes para o seu futuro profissional e para o futuro dos serviços de saúde».

Pelo seu lado, a FNAM «não poderá aceitar que se confunda a disponibilidade negocial, que os médicos têm responsavelmente manifestado, com passividade ou fragilidade na defesa dos seus interesses».

Os dirigentes da FNAM concluem o seu comunicado de 4 do corrente manifestando a esperança de que «o bom senso venha a imperar e que seja possível retomar nos próximos dias o processo negocial».

Conflito em Olhão

De acordo com um *telex* emitido sexta-feira passada pela direcção do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, a situação de conflito no Centro de Saúde de Olhão não fora ultrapassada até esse dia, mantendo-se as faltas aos médicos «marcadas ilegalmente», segundo escala de urgência, imposta pela ARS (Administração Regional de Saúde.)

A direcção do Sindicato acrescentava no mesmo dia que, além dessas faltas «injustificadas», havia «alguns processos instaurados» pela ARS a médicos, que considerou estarem a cometer ilegalidades, por não cumprirem a escala de serviço imposta pela mesma Administração e que «ultrapassa o seu horário de trabalho».

Segundo a direcção sindical, essa «situação anómala» verifica-se desde meados de Agosto do ano corrente.

Sumário sindical

Frustrações. «Não há motivos, nem tempo, para frustrações», escreve Fátima Amaral, no número de Agosto do boletim «O Bancário», ao concluir um artigo sobre a revisão salarial na banca. Depois de destacar que «a conflitualidade social tem sido uma constante» e que «a dignidade da luta derrotou o tecto salarial do Governo» (no que respeita ao sector) aquela sindicalista, subdirectora de «O Bancário», órgão de informação do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), recorda no final do seu artigo que «é necessário começar a preparar a Proposta Sindical de Revisão do ACTV (acordo colectivo de trabalho vertical), contanto com a participação do maior número de bancários, e definir a estratégia que melhor sirva a defesa, quer do que já se conquistou, quer do conjunto de alterações a introduzir em matérias que hoje já não correspondem à situação sociolaboral existente nas IC's» (instituições de crédito). O número de Agosto de «O Bancário» contém ainda variada matéria de interesse, sobretudo no que respeita à revisão salarial no sector. O artigo de Fátima Amaral intitula-se «Não há justiça social/Injusta distribuição dos rendimentos/Progressiva baixa do salário real». Recorde-se que os bancários conseguiram aumentos salariais de 12,16 por cento, após greve. Mas, para aquela sindicalista, e «perante os dados objectivos que existem, era justo os bancários terem uma tabela salarial próxima dos valores contidos na Proposta Sindical apresentada, em Maio, à Associação Portuguesa de Bancos: reajustamento salarial de 4 por cento, com aplicação retroactiva a Julho de 1988, e Tabela Salarial de 13,7 por cento, de Julho de 1989 a Julho de 90». Fátima Amaral sublinha as dificuldades da batalha contratual que se aproxima. Salienta nomeadamente que «será uma contratação que se cruza com **as profundas e rápidas modificações do sector; uma política de pessoal que privilegia a discriminação, o arbítrio, a instabilidade; um Governo a querer definir, desde já, um tecto salarial, para 1990, de 9 por cento**».

O Braz tem. A firma Braz & Braz, da bem conhecida retórica publicitária, é acusada pelo CESL — Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Distrito de Lisboa, de sucessivos bloqueamentos à sua própria viabilização. O pessoal daquela empresa lisboeta tem protestado publicamente (plenários e concentrações) contra «o processo de afundamento» levado a cabo, segundo o CESL, pela **Geofinança**, grupo que se apresenta como principal credor de Rui Teixeira Santos, sendo este último «responsável pelos sucessivos bloqueamentos, que têm entravado os projectos de viabilização do Braz & Braz». Para o CESL, os trabalhadores da empresa estariam «à beira de perder a pouca paciência que o arrastamento deste doloroso processo lhes deixou, preparando-se então (29.9) para decidir sobre acções mais contundentes» que os plenários e as concentrações.

Espanhóis. A Federação dos Sindicatos das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos, organização da CGTP, assinou recentemente em Lisboa um comunicado conjunto com uma delegação da sua congénere espanhola, representante dos trabalhadores do ramo, filiados nas Comisiones Obreras (CCOO). Além das informações trocadas sobre a situação político-sindical nos respectivos países, o comunicado conjunto regista que «esta visita a Portugal da delegação espanhola permitiu às duas organizações o estabelecimento formal de relações de cooperação e de trabalho conjunto, visto que, nas conversações efectuadas, se analisaram em detalhe questões ligadas aos sectores que as duas federações representam», bem como «à situação do movimento sindical, nos dois países, e a nível internacional». Lê-se no extenso comunicado, vindo a público no passado dia 2, que as federações portuguesa e espanhola focaram «detalhadamente a situação que advirá do Mercado Único de 1992. Ambas as delegações reafirmaram a sua exigência de que medidas de carácter económico e financeiro, já aprovadas ou a aprovar pela CEE, têm obrigatoriamente de ser acompanhadas por outras de carácter social, tendo-se, assim, declarado favoráveis (as duas federações) à adopção da Carta Europeia dos Direitos Sociais Fundamentais, com carácter vinculativo», lê-se ainda no comunicado conjunto das duas organizações sindicais.

Comunicações. Nove organizações sindicais e representativas a nível das empresas (CTT, TLP e Marconi) do sector das comunicações e telecomunicações manifestam-se dispostas a combater, juntamente com os trabalhadores que representam, a política adoptada pelo Governo no que respeita àquele mesmo sector. O Governo Cavaco Silva é acusado pelas organizações sindicais de «abertura à iniciativa privada, liberalização e concorrência de produtos e serviços; **desmantelamento dos CTT**, com separação do sector postal das telecomunicações, e privatização da totalidade dos sectores rentáveis; liberalização dos produtos e serviços, em regime de concorrência por empresas privadas, o que significa o fim da exclusividade da prestação de serviços por parte dos operadores de serviço público (CTT, TLP, Marconi)». Recorde-se que a Lei de Bases das Telecomunicações, feita aprovar pelo Governo na Assembleia da República, mereceu a rejeição total dos sindicatos, que se mostram dispostos a mobilizar os trabalhadores, principalmente nos locais de trabalho, a sensibilizar as autarquias e a opinião pública para o facto de o Governo ter adoptado uma atitude de «total submissão» a interesses que nada têm a ver com o interesse nacional e de estar a utilizar a CEE como argumento, como «forma de pressão», para concretizar a política governamental «em questões completamente alheias à CEE».

Transportes

Novas acções nas mãos do Governo

Afirmava a Festru em 4 do corrente: Se o Governo e os gestores quiserem, «a população não será mais uma vez afectada por uma greve nos transportes»

Depois das 48 horas de paralisação dos transportes, vários sindicatos filiados numa e noutra central, salientaram que a greve se destinou a obter resultados, e que novas formas de luta poderão ser adoptadas para os conseguir, se o Governo mantiver a mesma intransigência verificada durante a greve por aumentos salariais intercalares.

Ao manterem no passado fim-de-semana os pré-avisos de greve, que teve uma adesão praticamente total, os sindicatos reafirmavam, como fez nomeadamente a Festru, que «os trabalhadores não vão lutar mais uma vez por sua culpa», pois continuam «inteiramente disponíveis para negociar».

A Festru (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos), com sede em Lisboa, lembrava naquela altura, suficientemente a tempo de evitar a greve, que o Ministério da tutela, ainda no passado dia 27 tinha reconhecido a justeza das reivindicações apresentadas pelos sindicatos.

Os mil pares de trabalhadores abrangidos pela greve reclamam um aumento salarial intercalar da ordem dos 7 por cento pois, segundo a Festru, perderam nos dois últimos anos dez pontos percentuais e, se não houver «um ajustamento dos salários no corrente ano, tal influenciará negativamente os salários de 1990».

Além disso, há ainda outros problemas específicos de cada uma das empresas, cujos trabalhadores aderiram em massa às paralisações desta semana e parecem decididos a continuar a luta, segundo afirmaram os seus representantes sindicais.

Apesar da aparente abertura às negociações por parte do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a verdade é que o Governo «se encolheu» de tal modo que os sindicatos se viram forçados a manter a greve e a anunciar novas formas de luta.

Conscientes dos prejuízos de uma luta deste tipo no sector, para os trabalhadores e a população, os sindicatos procuraram até ao último minuto evitar a concretização das paralisações.

Salienta, por exemplo a Festru, que «nas reuniões realizadas entretanto com os conselhos de gerência» foram produzidas alegações, segundo as quais «não é possível resolver os problemas, por falta de orientações superiores».

Como se sabe, essas orientações são as do Ministério, as do Governo.

Os sindicatos recordam, por outro lado, que as decisões de greve foram aprovadas em plenários de trabalhadores, «amplamente participados — afirma a Festru — e precedidos de reuniões com diversas organizações de cada uma das empresas».

As associações sindicais responsáveis pelos pré-avisos continuam agora, como antes da greve, inteiramente disponíveis para negociar.

Em 4 do corrente a Festru salientava que, «se o Governo e os conselhos de gerência quiseram, a população não será mais uma vez afectada por uma greve nos transportes».

Mantinha-se, entretanto, na CP, o calendário das paralisações para as quais o plenário das ORTs da empresa chamou a atenção, em 3 do corrente, ao mandatar a respectiva Federação sindical para as pôr em prática, se não forem satisfeitas «as reivindicações desde há muito apresentadas» pelos ferroviários e pelas suas organizações representativas ao Ministério da tutela e aos gestores.

Era entretanto anunciado pelo Siesi (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas) uma greve de 24 horas para ontem, que, a realizar-se, terá afectado o fornecimento de gás «de cidade» à capital do País.

Outras lutas

Os trabalhadores dos SMGE (Serviços de Gás e Electricidade) do Porto estiveram mais uma vez em greve (a luta vem de Fevereiro do ano passado), nos dias 2 e 3 do corrente, pela integração no regime remuneratório da EDP.

Em greve estiveram também, em 9 do corrente, os trabalhadores do vestuário do distrito do Porto. Nas grandes empresas exportadoras a adesão à greve oscilou entre os 65 e os 95 por cento.

***Táxis e alternativos** insuficientes (Lisboa, 10.10)*

Empresas públicas Plenário hoje

Está convocado para hoje, 12, às 10 da manhã, no auditório do grupo desportivo do BESCL (Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa) um plenário nacional de activistas do sector empresarial do Estado.

O SEE engloba, como se sabe, as empresas nacionalizadas, participadas e públicas.

Sob lema geral da defesa daquele importante sector da nossa economia, o plenário tem o encerramento previsto para as 17 horas, com uma intervenção de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP.

Administração Pública

3 dias de paralisação na Informática provocam atrasos significativos

• *Afectada a preparação do Orçamento do Estado*

Questões de carreira e de ordem salarial levaram à greve os trabalhadores da Informática da Administração Pública entre 2 e 4 do corrente.

Segundo os sindicatos, designadamente os da Função Pública do Sul e Ilhas (STFPSI) e da Zona Centro (STFPZC) a adesão dos trabalhadores foi quase total.

O STFPSI, com sede em Lisboa, ao fim dos três dias de greve, referia que o sector da Segurança Social foi um dos mais afectados por esta paralisação e que «a adesão total dos trabalhadores da Informática da Direcção-Geral da Contabilidade Pública» provocou «atrasos significativos na fase terminal de preparação» dos documentos que farão parte da proposta do OGE (Orçamento Geral do Estado) para o próximo ano.

Vencimentos atrasados em 6 Ministérios

No último dia de greve – 4 do corrente – a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) acrescentava que a participação dos técnicos de Informática naquela Direcção-Geral implicara também «o atraso de alguns dias no pagamento de vencimentos aos funcionários de seis Ministérios».

A mesma Federação acrescentava em 4 do corrente que todos os sectores da Segurança Social foram afectados pela greve. Aderiram a essa forma de luta «quase todos os centros de Informática da rede nacional de Centros Regionais, quer no Continente quer no Arquipélago dos Açores».

Além do Centro Nacional de Pensões, em Lisboa, foram desactivados pela greve de três dias os Centros Regionais de Segurança Social dos distritos de Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Ponta de Delgada, Porto, Santarém e Viseu.

A FNSFP conclui afirmando que em todas essas instituições se registaram «atrasos significativos no processamento de prestações pecuniárias».

Além disso, «os serviços de informação ao público viram a sua capacidade de resposta extremamente diminuída, e largos milhares de trabalhadores administrativos ficaram privados dos meios informáticos indispensáveis ao cabal cumprimento das suas tarefas».

Ilegalidades

Os dirigentes da União dos Sindicatos de Lisboa e da CGTP intervieram a semana passada junto do Ministério do Emprego e Segurança Social, no sentido de contrariar as ilegalidades cometidas pelos gestores da **Petrogal** relativamente à CT (comissão de trabalhadores) daquela empresa do sector empresarial do Estado.

Além da comissão executiva da CGTP-IN, que pediu ao ministro Silva Peneda a intervenção da Inspecção-Geral do Trabalho, Florival Lança, em nome da comissão executiva do conselho distrital da USL, assinava uma nota pública de protesto com os pontos seguintes:

«1. Condenar veementemente a atitude do conselho de gerência da Petrogal de recusa ao diálogo com as organizações representativas dos trabalhadores;

«2. Repudiar a tentativa do CG da **Petrogal** de impedir o funcionamento da CT da empresa, retirando-lhe os meios e espaços necessários à actividade desta, e, desta forma, violando os direitos e liberdades legalmente consagrados;

«3. Manifestar o seu mais profundo apoio e solidariedade à Comissão de Trabalhadores da Petrogal e aos trabalhadores daquela empresa;

«4. Exigir do conselho de gerência o diálogo com as organizações dos trabalhadores e o cumprimento da legalidade, factores essenciais à normal laboração das empresas.»

Recorde-se que a Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da **Petrogal** denunciou em Lisboa, na conferência de imprensa de 28 de Setembro findo, os abusos que, no seu entender, estão a ser cometidos naquela empresa, nomeadamente com o objectivo principal de a entregar ao capital estrangeiro.

Manifestação em Lisboa no passado dia 3

PCP

ALGARVE

Uma falsa ideia de desenvolvimento...

Continua a não verificar-se uma dinamização significativa na actividade produtiva dos vários sectores da economia da região. O crescimento desordenado e caótico que se continua a registar no sector imobiliário turístico cria não só uma falsa ideia de desenvolvimento, como contribui para aprofundar as contradições e problemas em que permanece a actividade económica mais importante da região — sublinha a DORAL do PCP, de acordo com as conclusões do recente plenário daquela Direcção Regional do Partido, que «apreciou a situação política e social da região e a preparação das eleições autárquicas de Dezembro».

A penetração do capital estrangeiro continua a verificar-se de forma avassaladora, sobretudo através da especulação imobiliária, sem que o Governo demonstre vontade de resistir e a iniciativa privada capacidade para suster tal impacto, refere a DORAL, que acrescenta:

«Assim, a actividade económica da região continua a ser marcada por factores que pouco têm a ver com a dinamização e com um real desenvolvimento do sector produtivo.»

O clima de euforia que se verifica em alguns sectores assenta em factores circunstanciais e aleatórios, marcados profundamente por actividades especulativas, associadas ao imobiliário turístico, com todos os perigos e instabilidade daí decorrentes, alerta o plenário da DORAL do PCP.

Tal situação está fortemente e intimamente ligada à acção governativa do actual executivo PSD/Cavaco Silva e ao fracasso da sua política, comentam os comunistas algarvios.

Exploração e desemprego

No plano social assiste-se a um aumento significativo de conflitos e à instabilidade e precaridade do trabalho, acompanhado da degradação das condições de vida da maioria dos trabalhadores.

A coberto da política do actual Governo e apoiado na nova lei dos despedimentos, o patronato intensifica ritmos de exploração, reduz substancialmente os postos de trabalho, prepara uma larga ofensiva visando o despedimento de trabalhadores efectivos, na tentativa de os substituir por contratados a prazo. O número de desempregados sazonais aumentou substancialmente a partir da segunda quinzena de Setembro.

A defesa dos postos de trabalho, associada à melhoria das condições de vida constitui, no presente, linha de acção e luta que envolvem já e vão envolver num futuro próximo largos milhares de trabalhadores da região.

Objectivos eleitorais

Em relação à preparação das eleições autárquicas, o plenário da DORAL procedeu a um aprofundado debate e balanço da situação particularmente no que respeita à formação de listas nos vários concelhos e para os diversos órgãos.

O trabalho em curso permite concluir que antes do prazo previsto para a entrega das listas a CDU – Coligação Democrática Unitária — PCP/PEV, está em condições de apresentar processos de candidatura para todos os órgãos autárquicos da região.

Algarve: *especulação imobiliária não se pode confundir com desenvolvimento económico — alerta a DORAL do PCP*

A coligação confirma-se como a única força política, na região capaz de aglutinar e congregar amplos sectores democráticos, estando desde já assegurada a participação nas suas listas de elevado número de candidatos sem qualquer filiação partidiária, bem como de elementos de outras forças políticas, nomeadamente PRD, MDP/CDE e UDP, através de acordos políticos já firmados ou em vias de concretização.

A Coligação Democrática Unitária PCP/PEV está em condições de travar com êxito a batalha eleitoral próxima e conseguir os importantes objectivos eleitorais já anunciados: manter e reforçar a maioria existente em Silves, recuperar as maiorias existentes em Silves e Vila do Bispo, recuperar a maioria em Vila Real de Santo António, bater-se para ganhar a maioria em Aljezur, aumentar substancialmente o número dos seus eleitos nos diversos órgãos autárquicos, através de uma expressiva votação em todo o distrito.

Plenário distrital a 29 deste mês

O plenário da DORAL do PCP apreciou ainda algumas linhas de trabalho para o período de pré-campanha, das quais sublinha a realização de um vasto conjunto de acções de propaganda para a divulgação do novo símbolo da coligação, de uma reunião da Coordenadora Regional da CDU a fim de apreciar o conjunto de candidaturas já avançadas, a marcação de uma conferência de Imprensa da Coordenadora da CDU para apresentação pública do corpo essencial das diversas candidaturas, a proposta de realização de um plenário distrital de eleitos e activistas para o dia 29 de Outubro a fim de discutir as principais linhas da acção eleitoral e o início de uma campanha de fundos para custear despesas do trabalho eleitoral.

PORTO

Campanha de fundos «Eleições/Natal-89»

Conseguir conciliar a intensa actividade de contactos e iniciativas eleitorais, com a recolha de contribuições de militantes e amigos do Partido, é um dos objectivos a preencher com a **Campanha de Fundos Eleições/Natal-89** lançada na Organização Regional do Porto (ORP). Do êxito desta iniciativa de fundos depende também o êxito da própria campanha eleitoral, que envolve gastos enormes no distrito do Porto, afirmaram ao «Avante!» camaradas responsáveis pela dinamização desta importante tarefa.

A meta a atingir é **uma grande quantia** que vai exigir muito trabalho das diferentes organizações do Partido no distrito. Neste momento, está já distribuída a «lotaria» (a sortear nofim de ano) e os cupões de contribuição estão a chegar às organizações. Definir metas parciais, fazer listas de abordagens, contactar o máximo de pessoas, fazer iniciativas próprias são tarefas em discussão nas freguesias e empresas, nos vários organismos do Partido. Tarefas às quais é importante juntar um esforço para que as receitas normais de fundos consigam corresponder às necessidades que o trabalho e a luta exigem.

A Estação de Rastreio de Almodôvar e as manobras do Governo

• *Nota do Gabinete de Imprensa do PCP*

O PCP chama a atenção dos portugueses para o facto de o Governo ter apresentado em 20 de Setembro, na Assembleia da República, uma proposta de resolução com o objectivo da aprovação do acordo dos governos de Portugal e dos EUA relativo à instalação da **Estação de Rastreio de Almódovar (GEODSS).**

Esclarece-se que esse acordo, publicado sob a forma de simples troca de notas, tinha sido declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, por acórdão datado de 13 de Julho de 1988.

Decorrido mais de um ano de silêncio, o Governo de Cavaco Silva vem agora retomar o propósito de autorização da Estação de Rastreio de Almodôvar, propondo desta vez que seja a Assembleia da República a apor-lhe a chancela.

Esta insólita e tardia retomada de um acordo que data de Março de 1984 (de há mais de cinco anos!) e que há mais de um ano deixou de vigorar na ordem jurídica portuguesa, ocorre num momento em que, tendo-se alterado profundamente as condições de relacionamento internacional na área de defesa, a instalação da Estação se traduziria num passo atrás na política e nos esforços de desanuviamento e de paz e numa nova e grave limitação da soberania nacional em favor dos EUA.

Ao mesmo tempo que denuncia esta proposta retrógrada e antinacional do Governo Cavaco Silva, proposta que agrava a vulnerabilidade de Portugal acrescentando novos encargos e submissões, o PCP apela ao povo português, às organizações e movimentos democráticos para que manifestem a sua oposição à instalação da estação de rastreio projectada e prossigam a luta em defesa dos interesses nacionais.

O Gabinete de Imprensa do PCP, 6-10-89

MDM reforça acção em defesa dos direitos das mulheres

O reforço da acção do MDM em defesa dos direitos das mulheres, particularmente na promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho, na formação e promoção profissional, na protecção da maternidade, direito à saúde e por uma mudança de mentalidades, constitui uma das principais direcções de trabalho definidas pela Direcção daquele Movimento no decorrer da sua mais recente reunião, efectuada em final de Setembro último.

Destinada fundamentalmente a analisar a situação das mulheres face às alterações económicas, sociais e políticas que se verificam na sociedade portuguesa, a reunião destacou como aspectos potencialmente gravosos para a situação das mulheres a privatização dos sectores básicos da economia, a tentativa de desmantelamento da Reforma Agrária e, bem assim, a demissão do Governo das suas responsabilidades em áreas tão importantes como a educação e a saúde.

Na acção em defesa dos direitos das mulheres, particular importância é atribuída, de acordo com o documento saído da reunião, ao aparecimento para breve de «Mulheres Magazine», publicação que na continuidade da revista «Mulheres» vem preencher, na opinião das dirigentes do MDM, «um espaço de informação e de debate dos anseios, lutas e conquistas do movimento feminino e das mulheres».

Realce ainda para as próximas eleições autárquicas — tema amplamente debatido na reunião —, relativamente às quais foi expresso o desejo de que as mulheres sejam incluídas em maior número nas listas e os seus anseios contemplados nos programas eleitorais.

Uma nota final para o programa de actividades relativo ao próximo ano de onde relevam, entre outras iniciativas, as comemorações do 45.º aniversário da FDIM, o 80.º aniversário do Dia Internacional da Mulher, o 5.º aniversário da adopção das estratégias futuras de Nairobi e o Ano Internacional da Alfabetização, a decorrer precisamente em 1990.

PCP

Álvaro Cunhal em Alcântara

As autárquicas aproximam-se — o esclarecimento é uma batalha de grande envergadura

A necessidade de «**não** separar a nossa luta nas eleições autárquicas, da continuação da luta contra o Governo e a sua política» no plano nacional, foi sublinhada pelo camarada Álvaro Cunhal em sessão de esclarecimento sobre «o PCP e as eleições autárquicas»; realizada na passada semana na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa.

Falando perante centenas de pessoas, o secretário-geral do Partido realçou a importância das eleições autárquicas do próximo mês de Dezembro, a necessidade do voto democrático nessas eleições, para o reforço do poder local, para o enfraquecimento da direita. Salientou a propósito que uma vitória democrática, animará as forças democráticas a intensificarem a luta contra um Governo enfraquecido, e a lutar «não apenas por uma vitória nas autarquias, mas para uma alternativa democrática ao nível de Governo, ao nível da maioria na Assembleia da República».

Na sua intervenção o camarada abordou as diversas formas como o Partido se apresenta a estas eleições: em mais de 300 concelhos nas listas da CDU-Coligação Democrática Unitária, formalmente constituída pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista Os Verdes, com o apoio da Intervenção Democrática e milhares de democratas que não pertencem a qualquer partido. CDU que tem as suas tradições de trabalho exercido nas autarquias com honestidade e com competência ao serviço das populações; Álvaro Cunhal recordou aqui a publicação da lei que obrigou a eliminar os três favos que eram o símbolo da Coligação; sigla e símbolo que eram «a imagem de um projecto unitário com provas dadas, com prestígio ganho através do trabalho, da competência e da solução dos problemas do nosso povo».

Explicou a propósito que agora, o nome é CDU-Coligação Democrática Unitária, a sigla é PCP-PEV, e o símbolo do PCP é o símbolo do Partido Ecologista Os Verdes. **O que nos traz dificuldades acrescidas em termos de imagem, em termos de propaganda.**

Por Lisboa

Mas, acrescentou o camarada Álvaro Cunhal, não é apenas na CDU que os comunistas concorrem às eleições autárquicas. E salientou a situação particular existente no concelho de Lisboa, em que os comunistas concorrem no quadro da Coligação **Por Lisboa**, constituída pelo PCP, o PS, o MDP/CDE e o PEV, com o objectivo de «derrotar a direita, correr com Abecasis, com o PSD e o CDS da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, e assegurar uma gestão capaz de enfrentar os problemas da cidade».

Salientando que «nem tudo são facilidades nesta Coligação», o secretário-geral do Partido mencionou os esforços dos comunistas para que uma coligação democrática contra a direita na Câmara Municipal de Lisboa e nas freguesias da capital estivesse aberta a todos os partidos democráticos. O camarada recordou a falta de abertura do Partido Socialista à participação do PRD na Coligação Por Lisboa. Sublinhou também a acção do PCP junto de outros partidos como a UDP e o PSR ganhando-os para a convergência democrática em Lisboa.

Álvaro Cunhal mencionou as divergências conhecidas entre o PCP e o PS, em relação a questões como as privatizações, a reforma agrária, a revisão constitucional, mas sublinhou que «há convergência em muitos pontos programáticos referentes à Câmara Municipal de Lisboa e à gestão autárquica na cidade», e que está neste momento criada uma dinâmica de vitória que não deve ser prejudicada por declarações polémicas, insultuosas para com o PCP.

Símbolo

Referindo-se ainda à Coligação Por Lisboa o camarada salientou que ela é uma coligação de quatro partidos que concorrem às eleições, não se trata da candidatura de um partido apoiado por outros partidos.

Falando do símbolo da Coligação Por Lisboa, Álvaro Cunhal lembrou que este é o símbolo dos quatro partidos, do PCP, do PS, do MDP/CDE e do PEV; alertou para que o símbolo não é a caravela «que apareceu quase como símbolo exclusivo na inauguração da sede da Coligação».

Alertou para a necessidade de um grande esforço de propaganda, para que no dia das eleições não haja gente a procurar no boletim de voto a caravela, que não estará lá. O que lá estará, acrescentou «são os símbolos dos quatro partidos, socialistas, comunista, verdes e MDP/CDE.

Abordando a campanha eleitoral, o camarada Álvaro Cunhal salientou que o PCP vai participar nas iniciativas comuns com os outros partidos da Coligação Por Lisboa, mas referiu que cada partido pode fazer a sua campanha; apelou ao desenvolvimento de iniciativas próprias, que afirme a presença, a intervenção, a dinâmica própria e a criatividade dos comunistas.

Votos perdidos

Voltando à questão da não integração do PRD na Coligação Por Lisboa, Álvaro Cunhal referiu que «o PRD não teve um propósito divisionista» apresentando uma lista própria em Lisboa. «Foi conduzido a isso pelo processo que não permitiu, ao contrário da opinião dos comunistas, que aparecessem integrados e a apoiar a Coligação Por Lisboa». Mas, acrescentou, «há que não votar no PRD porque são votos perdidos, são votos que podem levar a que a lista Por Lisboa não tenha o resultado necessário para derrotar a direita».

Para finalizar, o secretário-geral do Partido referiu-se às coligações firmadas com o PRD; para a Câmara Municipal de Setúbal, a coligação «Desenvolver Setúbal», integrada pelo PCP, o PEV e o PRD; para a Câmara Municipal da Covilhã, integrada também pelos partidos que compõem a CDU — PCP e PEV — e o PRD.

Campanha dos 150 mil *Prosseguir o esforço*

Reunida na passada semana, a comissão coordenadora da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do «Avante!» apela às organizações e militantes do Partido para prosseguirem o esforço de divulgação desta importante tarefa e a recolha dos fundos financeiros, iniciada na última Festa do «Avante!», em Loures.

Neste momento, quando se aproxima a batalha eleitoral de Dezembro, há que, de forma adequada e de acordo com a situação concreta, levar a campanha dos 150 mil para acções e iniciativas da pré-campanha e da campanha eleitoral das autárquicas.

A partir de Janeiro a campanha dos 150 mil terá de assumir uma dinâmica qualitativamente diferente e mais exigente no plano organizativo, público e de massas, como sublinha a circular entretanto enviada aos organismos de direcção do Partido em todo o País.

Camarada Falecido

Joaquim Costa

Natural do Cartaxo (distrito de Santarém) faleceu recentemente o nosso camarada **Joaquim Valente da Costa,** de 73 anos, antigo trabalhador da EPAC, reformado. Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

S. João da Madeira

A abertura das listas CDU aos democratas interessados no progresso de São João da Madeira, o conhecimento e o estudo das soluções para os diversos problemas e atrasos que se verificam na cidade e o empenhamento dos comunistas na campanha de esclarecimento da CDU com vista às autárquicas foram alguns dos temas abordados pelo recente plenário de militantes comunistas daquela organização concelhia do distrito de Aveiro.

Naquele encontro foram igualmente debatidas questões da organização partidária.

Os presentes analisaram as propostas da Comissão Distrital de Aveiro do PCP no sentido da aplicação das resoluções do XII Congresso do Partido, tendo por fim uma maior responsabilização dos quadros, o aumento da militância e o reforço da organização no concelho.

Sorteio dos Pioneiros

Os Pioneiros de Portugal realizaram o sorteio de uma bicicleta «Montanha» no passado dia 30 de Setembro, tendo sido premiado o n.º **1075.**

Os Pioneiros agradecem ao feliz contemplado que os contacte através do telefone 7261575, de Lisboa.

PCP

ALGARVE

Uma falsa ideia de desenvolvimento...

Continua a não verificar-se uma dinamização significativa na actividade produtiva dos vários sectores da economia da região. O crescimento desordenado e caótico que se continua a registar no sector imobiliário turístico cria não só uma falsa ideia de desenvolvimento, como contribui para aprofundar as contradições e problemas em que permanece a actividade económica mais importante da região — sublinha a DORAL do PCP, de acordo com as conclusões do recente plenário daquela Direcção Regional do Partido, que «apreciou a situação política e social da região e a preparação das eleições autárquicas de Dezembro».

A penetração do capital estrangeiro continua a verificar-se de forma avassaladora, sobretudo através da especulação imobiliária, sem que o Governo demonstre vontade de resistir e a iniciativa privada capacidade para suster tal impacto, refere a DORAL, que acrescenta:

«Assim, a actividade económica da região continua a ser marcada por factores que pouco têm a ver com a dinamização e com um real desenvolvimento do sector produtivo.»

O clima de euforia que se verifica em alguns sectores assenta em factores circunstanciais e aleatórios, marcados profundamente por actividades especulativas, associadas ao imobiliário turístico, com todos os perigos e instabilidade daí decorrentes, alerta o plenário da DORAL do PCP.

Tal situação está fortemente e intimamente ligada à acção governativa do actual executivo PSD/Cavaco Silva e ao fracasso da sua política, comentam os comunistas algarvios.

Exploração e desemprego

No plano social assiste-se a um aumento significativo de conflitos e à instabilidade e precaridade do trabalho, acompanhado da degradação das condições de vida da maioria dos trabalhadores.

A coberto da política do actual Governo e apoiado na nova lei dos despedimentos, o patronato intensifica ritmos de exploração, reduz substancialmente os postos de trabalho, prepara uma larga ofensiva visando o despedimento de trabalhadores efectivos, na tentativa de os substituir por contratados a prazo. O número de desempregados sazonais aumentou substancialmente a partir da segunda quinzena de Setembro.

A defesa dos postos de trabalho, associada à melhoria das condições de vida constitui, no presente, linha de acção e luta que envolvem já e vão envolver num futuro próximo largos milhares de trabalhadores da região.

Objectivos eleitorais

Em relação à preparação das eleições autárquicas, o plenário da DORAL procedeu a um aprofundado debate e balanço da situação particularmente no que respeita à formação de listas nos vários concelhos e para os diversos órgãos.

O trabalho em curso permite concluir que antes do prazo previsto para a entrega das listas a CDU – Coligação Democrática Unitária — PCP/PEV, está em condições de apresentar processos de candidatura para todos os órgãos autárquicos da região.

Algarve: *especulação imobiliária não se pode confundir com desenvolvimento económico — alerta a DORAL do PCP*

A coligação confirma-se como a única força política, na região capaz de aglutinar e congregar amplos sectores democráticos, estando desde já assegurada a participação nas suas listas de elevado número de candidatos sem qualquer filiação partidiária, bem como de elementos de outras forças políticas, nomeadamente PRD, MDP/CDE e UDP, através de acordos políticos já firmados ou em vias de concretização.

A Coligação Democrática Unitária PCP/PEV está em condições de travar com êxito a batalha eleitoral próxima e conseguir os importantes objectivos eleitorais já anunciados: manter e reforçar a maioria existente em Silves, recuperar as maiorias existentes em Silves e Vila do Bispo, recuperar a maioria em Vila Real de Santo António, bater-se para ganhar a maioria em Aljezur, aumentar substancialmente o número dos seus eleitos nos diversos órgãos autárquicos, através de uma expressiva votação em todo o distrito.

Plenário distrital a 29 deste mês

O plenário da DORAL do PCP apreciou ainda algumas linhas de trabalho para o período de pré-campanha, das quais sublinha a realização de um vasto conjunto de acções de propaganda para a divulgação do novo símbolo da coligação, de uma reunião da Coordenadora Regional da CDU a fim de apreciar o conjunto de candidaturas já avançadas, a marcação de uma conferência de Imprensa da Coordenadora da CDU para apresentação pública do corpo essencial das diversas candidaturas, a proposta de realização de um plenário distrital de eleitos e activistas para o dia 29 de Outubro a fim de discutir as principais linhas da acção eleitoral e o início de uma campanha de fundos para custear despesas do trabalho eleitoral.

PORTO

Campanha de fundos «Eleições/Natal-89»

Conseguir conciliar a intensa actividade de contactos e iniciativas eleitorais, com a recolha de contribuições de militantes e amigos do Partido, é um dos objectivos a preencher com a **Campanha de Fundos Eleições/Natal-89** lançada na Organização Regional do Porto (ORP). Do êxito desta iniciativa de fundos depende também o êxito da própria campanha eleitoral, que envolve gastos enormes no distrito do Porto, afirmaram ao «Avante!» camaradas responsáveis pela dinamização desta importante tarefa.

A meta a atingir é **uma grande quantia** que vai exigir muito trabalho das diferentes organizações do Partido no distrito. Neste momento, está já distribuída a «lotaria» (a sortear nofim de ano) e os cupões de contribuição estão a chegar às organizações. Definir metas parciais, fazer listas de abordagens, contactar o máximo de pessoas, fazer iniciativas próprias são tarefas em discussão nas freguesias e empresas, nos vários organismos do Partido. Tarefas às quais é importante juntar um esforço para que as receitas normais de fundos consigam corresponder às necessidades que o trabalho e a luta exigem.

A Estação de Rastreio de Almodôvar e as manobras do Governo

• *Nota do Gabinete de Imprensa do PCP*

O PCP chama a atenção dos portugueses para o facto de o Governo ter apresentado em 20 de Setembro, na Assembleia da República, uma proposta de resolução com o objectivo da aprovação do acordo dos governos de Portugal e dos EUA relativo à instalação da **Estação de Rastreio de Almódovar (GEODSS).**

Esclarece-se que esse acordo, publicado sob a forma de simples troca de notas, tinha sido declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional, por acórdão datado de 13 de Julho de 1988.

Decorrido mais de um ano de silêncio, o Governo de Cavaco Silva vem agora retomar o propósito de autorização da Estação de Rastreio de Almodôvar, propondo desta vez que seja a Assembleia da República a apor-lhe a chancela.

Esta insólita e tardia retomada de um acordo que data de Março de 1984 (de há mais de cinco anos!) e que há mais de um ano deixou de vigorar na ordem jurídica portuguesa, ocorre num momento em que, tendo-se alterado profundamente as condições de relacionamento internacional na área de defesa, a instalação da Estação se traduziria num passo atrás na política e nos esforços de desanuviamento e de paz e numa nova e grave limitação da soberania nacional em favor dos EUA.

Ao mesmo tempo que denuncia esta proposta retrógrada e antinacional do Governo Cavaco Silva, proposta que agrava a vulnerabilidade de Portugal acrescentando novos encargos e submissões, o PCP apela ao povo português, às organizações e movimentos democráticos para que manifestem a sua oposição à instalação da estação de rastreio projectada e prossigam a luta em defesa dos interesses nacionais.

O Gabinete de Imprensa do PCP, 6-10-89

MDM reforça acção em defesa dos direitos das mulheres

O reforço da acção do MDM em defesa dos direitos das mulheres, particularmente na promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao trabalho, na formação e promoção profissional, na protecção da maternidade, direito à saúde e por uma mudança de mentalidades, constitui uma das principais direcções de trabalho definidas pela Direcção daquele Movimento no decorrer da sua mais recente reunião, efectuada em final de Setembro último.

Destinada fundamentalmente a analisar a situação das mulheres face às alterações económicas, sociais e políticas que se verificam na sociedade portuguesa, a reunião destacou como aspectos potencialmente gravosos para a situação das mulheres a privatização dos sectores básicos da economia, a tentativa de desmantelamento da Reforma Agrária e, bem assim, a demissão do Governo das suas responsabilidades em áreas tão importantes como a educação e a saúde.

Na acção em defesa dos direitos das mulheres, particular importância é atribuída, de acordo com o documento saído da reunião, ao aparecimento para breve de «Mulheres Magazine», publicação que na continuidade da revista «Mulheres» vem preencher, na opinião das dirigentes do MDM, «um espaço de informação e de debate dos anseios, lutas e conquistas do movimento feminino e das mulheres».

Realce ainda para as próximas eleições autárquicas — tema amplamente debatido na reunião —, relativamente às quais foi expresso o desejo de que as mulheres sejam incluídas em maior número nas listas e os seus anseios contemplados nos programas eleitorais.

Uma nota final para o programa de actividades relativo ao próximo ano de onde relevam, entre outras iniciativas, as comemorações do 45.º aniversário da FDIM, o 80.º aniversário do Dia Internacional da Mulher, o 5.º aniversário da adopção das estratégias futuras de Nairobi e o Ano Internacional da Alfabetização, a decorrer precisamente em 1990.

PCP

Álvaro Cunhal em Alcântara

As autárquicas aproximam-se — o esclarecimento é uma batalha de grande envergadura

A necessidade de «**não** separar a nossa luta nas eleições autárquicas, da continuação da luta contra o Governo e a sua política» no plano nacional, foi sublinhada pelo camarada Álvaro Cunhal em sessão de esclarecimento sobre «o PCP e as eleições autárquicas»; realizada na passada semana na Junta de Freguesia de Alcântara, em Lisboa.

Falando perante centenas de pessoas, o secretário-geral do Partido realçou a importância das eleições autárquicas do próximo mês de Dezembro, a necessidade do voto democrático nessas eleições, para o reforço do poder local, para o enfraquecimento da direita. Salientou a propósito que uma vitória democrática, animará as forças democráticas a intensificarem a luta contra um Governo enfraquecido, e a lutar «não apenas por uma vitória nas autarquias, mas para uma alternativa democrática ao nível de Governo, ao nível da maioria na Assembleia da República».

Na sua intervenção o camarada abordou as diversas formas como o Partido se apresenta a estas eleições: em mais de 300 concelhos nas listas da CDU-Coligação Democrática Unitária, formalmente constituída pelo Partido Comunista Português e pelo Partido Ecologista Os Verdes, com o apoio da Intervenção Democrática e milhares de democratas que não pertencem a qualquer partido. CDU que tem as suas tradições de trabalho exercido nas autarquias com honestidade e com competência ao serviço das populações; Álvaro Cunhal recordou aqui a publicação da lei que obrigou a eliminar os três favos que eram o símbolo da Coligação; sigla e símbolo que eram «a imagem de um projecto unitário com provas dadas, com prestígio ganho através do trabalho, da competência e da solução dos problemas do nosso povo».

Explicou a propósito que agora, o nome é CDU-Coligação Democrática Unitária, a sigla é PCP-PEV, e o símbolo do PCP é o símbolo do Partido Ecologista Os Verdes. **O que nos traz dificuldades acrescidas em termos de imagem, em termos de propaganda.**

Por Lisboa

Mas, acrescentou o camarada Álvaro Cunhal, não é apenas na CDU que os comunistas concorrem às eleições autárquicas. E salientou a situação particular existente no concelho de Lisboa, em que os comunistas concorrem no quadro da Coligação **Por Lisboa**, constituída pelo PCP, o PS, o MDP/CDE e o PEV, com o objectivo de «derrotar a direita, correr com Abecasis, com o PSD e o CDS da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, e assegurar uma gestão capaz de enfrentar os problemas da cidade».

Salientando que «nem tudo são facilidades nesta Coligação», o secretário-geral do Partido mencionou os esforços dos comunistas para que uma coligação democrática contra a direita na Câmara Municipal de Lisboa e nas freguesias da capital estivesse aberta a todos os partidos democráticos. O camarada recordou a falta de abertura do Partido Socialista à participação do PRD na Coligação Por Lisboa. Sublinhou também a acção do PCP junto de outros partidos como a UDP e o PSR ganhando-os para a convergência democrática em Lisboa.

Álvaro Cunhal mencionou as divergências conhecidas entre o PCP e o PS, em relação a questões como as privatizações, a reforma agrária, a revisão constitucional, mas sublinhou que «há convergência em muitos pontos programáticos referentes à Câmara Municipal de Lisboa e à gestão autárquica na cidade», e que está neste momento criada uma dinâmica de vitória que não deve ser prejudicada por declarações polémicas, insultuosas para com o PCP.

Símbolo

Referindo-se ainda à Coligação Por Lisboa o camarada salientou que ela é uma coligação de quatro partidos que concorrem às eleições, não se trata da candidatura de um partido apoiado por outros partidos.

Falando do símbolo da Coligação Por Lisboa, Álvaro Cunhal lembrou que este é o símbolo dos quatro partidos, do PCP, do PS, do MDP/CDE e do PEV; alertou para que o símbolo não é a caravela «que apareceu quase como símbolo exclusivo na inauguração da sede da Coligação».

Alertou para a necessidade de um grande esforço de propaganda, para que no dia das eleições não haja gente a procurar no boletim de voto a caravela, que não estará lá. O que lá estará, acrescentou «são os símbolos dos quatro partidos, socialistas, comunista, verdes e MDP/CDE.

Abordando a campanha eleitoral, o camarada Álvaro Cunhal salientou que o PCP vai participar nas iniciativas comuns com os outros partidos da Coligação Por Lisboa, mas referiu que cada partido pode fazer a sua campanha; apelou ao desenvolvimento de iniciativas próprias, que afirme a presença, a intervenção, a dinâmica própria e a criatividade dos comunistas.

Votos perdidos

Voltando à questão da não integração do PRD na Coligação Por Lisboa, Álvaro Cunhal referiu que «o PRD não teve um propósito divisionista» apresentando uma lista própria em Lisboa. «Foi conduzido a isso pelo processo que não permitiu, ao contrário da opinião dos comunistas, que aparecessem integrados e a apoiar a Coligação Por Lisboa». Mas, acrescentou, «há que não votar no PRD porque são votos perdidos, são votos que podem levar a que a lista Por Lisboa não tenha o resultado necessário para derrotar a direita».

Para finalizar, o secretário-geral do Partido referiu-se às coligações firmadas com o PRD; para a Câmara Municipal de Setúbal, a coligação «Desenvolver Setúbal», integrada pelo PCP, o PEV e o PRD; para a Câmara Municipal da Covilhã, integrada também pelos partidos que compõem a CDU — PCP e PEV — e o PRD.

Campanha dos 150 mil *Prosseguir o esforço*

Reunida na passada semana, a comissão coordenadora da campanha dos 150 mil contos para a compra dos terrenos da Festa do «Avante!» apela às organizações e militantes do Partido para prosseguirem o esforço de divulgação desta importante tarefa e a recolha dos fundos financeiros, iniciada na última Festa do «Avante!», em Loures.

Neste momento, quando se aproxima a batalha eleitoral de Dezembro, há que, de forma adequada e de acordo com a situação concreta, levar a campanha dos 150 mil para acções e iniciativas da pré-campanha e da campanha eleitoral das autárquicas.

A partir de Janeiro a campanha dos 150 mil terá de assumir uma dinâmica qualitativamente diferente e mais exigente no plano organizativo, público e de massas, como sublinha a circular entretanto enviada aos organismos de direcção do Partido em todo o País.

Camarada Falecido

Joaquim Costa

Natural do Cartaxo (distrito de Santarém) faleceu recentemente o nosso camarada **Joaquim Valente da Costa,** de 73 anos, antigo trabalhador da EPAC, reformado. Aos familiares e amigos do comunista falecido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

S. João da Madeira

A abertura das listas CDU aos democratas interessados no progresso de São João da Madeira, o conhecimento e o estudo das soluções para os diversos problemas e atrasos que se verificam na cidade e o empenhamento dos comunistas na campanha de esclarecimento da CDU com vista às autárquicas foram alguns dos temas abordados pelo recente plenário de militantes comunistas daquela organização concelhia do distrito de Aveiro.

Naquele encontro foram igualmente debatidas questões da organização partidária.

Os presentes analisaram as propostas da Comissão Distrital de Aveiro do PCP no sentido da aplicação das resoluções do XII Congresso do Partido, tendo por fim uma maior responsabilização dos quadros, o aumento da militância e o reforço da organização no concelho.

Sorteio dos Pioneiros

Os Pioneiros de Portugal realizaram o sorteio de uma bicicleta «Montanha» no passado dia 30 de Setembro, tendo sido premiado o n.º **1075.**

Os Pioneiros agradecem ao feliz contemplado que os contacte através do telefone 7261575, de Lisboa.

Nacional

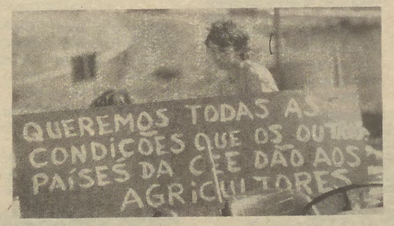
Agricultores lançam aviso ao Governo

Vinda a Lisboa é sinal do descontentamento nos campos

Sinal incontroverso do descontentamento que grassa nos campos, a vinda a Lisboa de várias centenas de agricultores da região Oeste autotransportados em tractores e outras viaturas agrícolas, constituiu simultaneamente o mais recente e sério aviso ao Governo quanto à necessidade de uma urgente inversão da sua política neste domínio, sob pena de se acentuarem os graves problemas com que se defronta a lavoura portuguesa.

Para os agricultores que se deslocaram a Lisboa — num sentimento que se generaliza hoje aos homens do campo um pouco por todo o País — os problemas com que se confrontam assumem contornos de uma crescente gravidade, sendo cada vez mais evidente, como foi sublinhado no plenário que realizaram às portas de Lisboa, que «com a política do Governo não vale a pena ser agricultor em Portugal», porquanto, frisaram, «o que ele quer é transformar tudo em madeira para as celuloses».

Para obviar a um tal desfecho, de acordo com o caderno reivindicativo que os manifestantes pretendiam entregar ao Ministério da Agricultura



— objectivo não concretizado pela recusa deste em os receber — os agricultores reclamam, entre outros pontos, a concessão de juros bonificados e a retirada de *plafonds* de crédito, um subsídio de gasóleo idêntico ao que existe no sector das pescas e o fornecimento de luz eléctrica a preços bonificados, designadamente, para o equipamento de rega e para a rede de frio.

No Ralis, às portas de Lisboa, local onde se concentraram na noite de domingo após serem impedidos de entrar na capital por uma barreira policial, os agricultores tiveram ensejo de se encontrar com o deputado comunista Rogério de Brito, tendo este disponibilizado a vontade do seu grupo Parlamentar para convocar uma reunião das comissões de Agricultura e dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, em ordem a que sejam apreciados com a máxima profundidade os problemas que atingem os agricultores do Oeste.

Igualmente significativo não deixa de ser, entretanto, a opinião que os agricultores daquela região têm acerca da CAP e do seu dirigente José Manuel Casqueiro. Conforme foi acentuadamente repetido por variadíssimos agricultores, «Casqueiro é um traidor da agricultura nacional», sendo lembrado a propósito que aquele deputado do PSD «vendeu as suas terras», passando a fazer «exclusivamente o jogo do Governo contra os interesses de quem trabalha a terra».

Considerando esta vinda a Lisboa como uma etapa da sua luta, os agricultores manifestam-se dispostos a não cruzar os braços, deixando claro antes de partirem para as suas terras a sua intenção de não «parar com as formas de luta», admitindo mesmo a adopção de posições «mais drásticas».

III Congresso sobre o Alentejo
O desenvolvimento na ordem do dia

As questões que se prendem com o desenvolvimento constituíram um dos temas mais em foco no Congresso do Alentejo, realizado na semana finda, em Elvas. Na sua terceira edição, este importante **fórum** que se realiza de dois em dois anos — palco como nenhum outro da mais profunda e séria reflexão sobre os problemas que se colocam a esta região — voltou assim a ter como pano de fundo o modelo de desenvolvimento capaz de subtrair ao abandono do Poder Central um espaço que corresponde a um terço do território nacional.

Como salientou Francisco Pacheco, presidente da Câmara de Sines, ao falar em nome da Comissão Promotora na sessão de abertura do Congresso, «não pretendemos favoritismos nem benesses. Recusamo-los. Exigimos de todos os órgãos de soberania critérios justos, sérios e equilibrados porque, com tais critérios, seremos tratados de forma igual ao resto do País».

Ora, como se sabe, nem sempre os governos têm pautado a sua actuação pela adopção de tais critérios, facto que levaria aquele autarca a afirmar que «nunca pedimos o Céu e a Terra, por isso jamais admitiremos que nos atirem com o Inferno. O nosso tempo ainda é o tempo da honra e da palavra. A nossa verticalidade não necessita de reconhecimento notarial nem de selo branco».

E mais adiante, equacionando a problemática da região nos seus precisos termos, disse ainda Francisco Pacheco: «somos seis por cento da população residente, pouco mais de meio milhão de portugueses; poderíamos ser o dobro. Os nossos rendimentos *per capita* são cerca de um terço dos da região de Lisboa. Quem fala de nós, sistematicamente, identifica-nos como: região em processo contínuo de desertificação; população envelhecida; taxa de desemprego superior à média nacional; elevada taxa de analfabetismo; estrutura empresarial extremamente débil. Mas, contraditoriamente, também somos uma região de grandes e variadas potencialidades, cujo pleno aproveitamento alterará radicalmente esta velha planície do Além-Tejo».

E foi precisamente esta última realidade que os congressistas em número que ultrapassou as quatro centenas e meia trataram de comprovar no decorrer de um animado debate repartido pelos três dias de trabalhos que preencheram o Congresso.

Distribuídas por vários painéis temáticos, foram ao todo perto de 150 comunicações (na sua grande maioria trabalhos de elevada qualidade técnica e política) versando questões tão diversas como a política agrícola da Comunidade Europeia e a estratégia do desenvolvimento; as potencialidades industriais e turísticas; a investigação científica e a extensão rural; o Acto Único Europeu e o processo de Regionalização; o papel da utilização dos fundos comunitários na valorização e fixação dos recursos humanos; o património cultural, natural e histórico.

De entre as principais propostas saídas deste III Congresso, nota de realce merece, entretanto, a que aponta para a criação de um movimento para o desenvolvimento do Alentejo que fortaleça a acção intermunicipal e intervenha de forma permanente junto do Poder Central em defesa de toda a região.

A implementação de uma medida desta natureza — acompanhada pela criação de uma estrutura permanente — assume na opinião dos congressistas uma enorme importância.

Situação social dos jovens
agrava-se – conclui Direcção Nacional da JCP

A manutenção no fundamental de alguns problemas como a falta de instalações, a falta de verbas, a superlotação das escolas e a inexistência de um apoio social escolar digno desse nome, continua a ser um aspecto marcante da política governamental na área do ensino.

Esta, uma das conclusões a que chegou a Direcção Nacional da JCP no decorrer da sua mais recente reunião, encontro onde se considerou simultaneamente não ser melhor a situação dos jovens trabalhadores, confrontados também eles com o agravar dos seus problemas, com destaque para o aumento do trabalho precário, o mesmo é dizer, com o acréscimo dos contratos a prazo e o trabalho sem qualquer vínculo contratual.

Na análise que efectuou à problemática juvenil — um dos pontos que preencheu a ordem de trabalhos a par da preparação das autárquicas, das principais linhas de actividade e de questões relacionadas com a organização — ressalta ainda aquilo que a Direcção Nacional da JCP qualifica como o «sensível agravamento da situação social dos jovens», aspecto agravado no plano estudantil pela imposição de uma lei de acesso que nega a possibilidade de ingresso no ensino superior a 60 mil jovens candidatos.

Motivo de preocupação para os dirigentes da Juventude Comunista constituem também os propósitos do ministro Roberto Carneiro de a curto prazo aumentar significativamente as propinas no ensino superior bem como a restrição drástica no acesso dos jovens à habitação, sem que se vislumbrem perspectivas de resolução deste grave problema.

Neste quadro, na perspectiva da Juventude Comunista, dois traços caracterizam a política de juventude levada a cabo pelo Governo, a saber: «a manipulação e a demagogia, por um lado, e a não resolução e agravamento dos problemas que afectam os jovens portugueses, por outro».

Empenho nas eleições autárquicas

A dinamização de amplas listas de unidade que concorram às eleições associativas no ensino secundário e superior constitui, por sua vez, uma das linhas fundamentais de actividade definidas pela Direcção da JCP no que diz respeito à actividade futura da organização, dinamização que será extensiva, por outro lado, ao relançamento da actividade dos jovens comunistas junto da juventude trabalhadora.

As próximas eleições autárquicas, como não podia deixar de ser, estiveram também no centro das atenções desta reunião dos dirigentes da Juventude Comunista. A este respeito, foi expresso um voto de congratulação pela ampla discussão realizada em torno da constituição das listas e pela perspectiva de integração de um elevado número de jovens nas listas CDU, sendo ao mesmo tempo divulgado um apelo ao envolvimento e participação dos jovens na elaboração e definição dos programas juvenis da Coligação Democrática Unitária.

Ainda neste domínio, a Direcção Nacional discutiu aprofundadamente a preparação do Encontro Nacional da Juventude CDU a realizar no próximo dia 29 por iniciativa da JCP na cidade da Amadora, tendo realçado que ele constituirá «um grande momento de debate e de convívio e uma demonstração do dinamismo da juventude na campanha autárquica da CDU».

Dinamização da actividade

Um Encontro Nacional da Organização do Ensino Secundário, um Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas e a realização da V Conferência Nacional da Organização do Ensino Superior constituem entretanto as três grandes iniciativas que a JCP se propõe levar a cabo no primeiro trimestre de 1990 no quadro do reforço da sua organização, de acordo com o comunicado divulgado no final da reunião da Direcção Nacional.

No mesmo documento, apela-se ainda à dinamização em todo o País das iniciativas que comemorarão durante o mês de Novembro o X aniversário da JCP e dão-se conta dos projectos de lei que os deputados jovens do PCP apresentarão em breve na Assembleia da República, versando temáticas como o combate ao tráfico de droga, reforço da prevenção e tratamento de toxicodependentes.

Leiria

Entretanto, também a Direcção Distrital de Leiria da JCP, segundo uma nota chegada à nossa redacção, reuniu no passdo fim-de-semana, tendo como principais pontos da ordem de trabalhos a preparação das eleições autárquicas e a definição das principais linhas de actividade a desenvolver nos próximos meses.

Realce, no plano da actividade futura, para o 3.º Festival da Juventude «Viva a Festa», a realizar de 1 a 12 de Novembro próximos e do qual se destaca em concurso de fotografia, um vídeo gigante, torneios desportivos e um espectáculo musical.

Entre as decisões aprovadas no decorrer da reunião conta-se ainda a realização, no 1.º trimestre de 1990, da 5.ª Assembleia da Organização.

Homenagem Nacional a Armando de Castro

É já no próximo domingo, dia 15 de Outubro, pelas 13 horas, que se realiza no Palácio de Cristal, no Porto a Homenagem Nacional a Armando de Castro.

A sua actividade enquanto cidadão lúcido e interveniente, exemplo de democrata aberto ao diálogo e ao debate das ideias e, ao mesmo tempo, assumindo coerentemente a sua opção ideológica e partidária, humanista eminente e um dos grandes vultos da vida intelectual portuguesa deste século fazem de Armando de Castro o homem inteiro a quem é justo homenagear.

Entre as muitas centenas de pessoas, seus amigos e admiradores, que manifestaram já o seu apoio entusiástico, destacam-se nomes como Alberto Amaral, Alberto Andrade, Alcino Soutinho, A. Ferreira Alves, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Gomes Sá, Avelãs Nunes, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Costa, Carlos Pimenta, Corino de Andrade, Deniz Jacinto, Dulce Rebelo, Edgar Correia, Falcão de Freitas, Frederico Pereira, Gilberto Lindim Ramos, Ivo Cortesão, João Pacheco, J. Gomes Canotilho, J. Madureira Pinto, José Morgado, José Rodrigues, J. Salvado Sampaio, José Saramago, Júlio Resende, Nuno Grande, Lino Lima, Luís Francisco Rebelo, Oliveira Dias, Mário D. Soares, Mário Neves, Óscar Lopes, Raul de Castro, Rui Alarcão, Rui Grácio, Siza Vieira, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Gonçalves, Vasco Magalhães Vilhena, Viana de Lima, Virgínia Moura.

Novas adesões, bem como o pedido de inscrições para o almoço podem ainda ser dirigidas para os serviços de apoio à Homenagem, na Universidade Popular do Porto, Rua Augusto Lusa, 68-1.º — 4000 Porto, telefone 69 86 45/Porto, ou para o Sindicato dos Professores do Norte, Rua do Heroísmo, 3 — 4300 Porto, telefone 57 91 23/Porto.

Parlamento Europeu

Europa Económica e Monetária versus Europa dos Cidadãos

O Parlamento Europeu está reunido desde o início da semana, em Estrasburgo, para mais uma sessão plenária que no essencial será preenchida com o debate de questões relativas à concretização do Mercado Interno. Simultaneamente, no Luxemburgo, tem estado reunido o Conselho de Ministros, dedicado também ele à problemática do Mercado Único, mas numa perspectiva de resolução dos problemas que se colocam à coesão económica e monetária no seio da Comunidade.

Seria certamente redutor e demasiado simplista afirmar que esta semana, no Luxemburgo e em Estrasburgo, decorre mais uma etapa do processo «Europa económica e monetária versus Europa dos cidadãos», mas não deixa de ser pertinente o levantamento de tal questão.

Na verdade, enquanto o Conselho de Ministros tinha agendada a discussão de temas como o direito de permanência e o regulamento sobre o controlo e concentração de empresas, designadamente a definição dos montantes a partir dos quais deverá haver controlo e quais os critérios para a autorização da concentração de empresas, já o Parlamento Europeu se manifestava mais preocupado com o atraso existente no que respeita à coesão económica e social.

Com efeito, de acordo com um novo relatório do PE sobre a situação em que se encontra a preparação da Comunidade para o Mercado Interno, não há razões para optimismos.

A Europa dos cidadãos continua a marcar passo, à medida que vai escasseando o tempo que nos separa de 1993. Das 127 medidas aprovadas pelo Conselho, sob a forma de directivas ou decisões, apenas 7 (sete) tiveram expressão jurídica nas legislações de todos os Estados-membros. Entretanto, o prazo de transposição para o domínio jurídico nacional já terminou para 68 dessas medidas e apenas 2 foram aceites.

Importa referir que até à data não se registou qualquer avanço em questões como a abolição dos controlos fronteiriços, o direito de permanência nos países da Comunidade de estudantes, reformados e outras camadas não activas, não se chegou ainda a acordo sobre as formas de aproximação das taxas de IVA e outros impostos, etc., etc., etc.

Isto para já não falar, evidentemente, da carta social europeia e do seu carácter vinculativo, alvo permanente de interessantes declarações de princípio e pouco mais do que isso.

A este estado de coisas não é estranha a duplicidade de inúmeros governos, incluindo o português, que através dos deputados da sua cor política no PE afirmam defender posições que os representantes governamentais se encarregam depois de contrariar nos organismos executivos.

Mas a sessão do PE que amanhã termina — e a que voltaremos na próxima semana mais pormenorizadamente — analisou ainda diversas outras questões de interesse. É o caso da apresentação de propostas e de inúmeras perguntas respeitantes ao Orçamento para 1990, que apesar de protelado para a segunda sessão de Outubro, de 23 a 27, não deixou de mobilizar as atenções dos eurodeputados.

Por outro lado, a sessão analisou ainda propostas sobre a protecção do meio ambiente, a concessão de crédito ao consumo, a alteração do sistema de medidas britânico, e a reciclagem de matérias-primas, entre outras.

Incapacidade governamental está na base do não aproveitamento dos fundos do PEDIP (foto de arquivo)

Fundos comunitários desaproveitados

Em nome do grupo Coligação de Esquerda, os deputados Joaquim Miranda e Silvye Mayer subscreveram uma pergunta oral com debate nas Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental.

A pergunta, dirigida à Comissão visa a «avaliação dos dados relativos à execução das rubricas orçamentais à luz quer da aplicação da nova regulamentação financeira que fixa o princípio da anualidade em matéria de transições, anulações e reconstituição de dotações, quer do enquadramento do orçamento nas «perspectivas financeiras».

Para os subscritores da pergunta, em causa está a aplicação dos novos regimes, a que a Comissão procedeu no início do exercício de 1988.

Assim, a aplicação do princípio da anualidade «teve como consequência uma acentuada redução das cotações orçamentais: foram anulados 125 milhões de ecus de dotações de autorização, o que equivale a 1,1 por cento do total das dotações disponíveis». Por outro lado, «foram anulados 709 milhões de ecus de autorizações, com anulação definitiva das dotações correspondentes, o que representa 5 por cento das autorizações por liquidar no princípio do exercício de 1988», para além da anulação de «819 milhões de ecus de dotações de pagamento do exercício mais dotações transitadas do exercício precedente, o que equivale a 8,4 por cento do total de dotações de pagamento disponíveis».

Acresce que a «adaptação das perspectivas financeiras, na qual haveria que atender àquele grande volume de anulações, só lhes atendeu minimamente (37 milhões de ecus)», o que viria a ser lamentado pelo próprio PE numa resolução aprovada em Abril último.

Como faz notar a exposição das Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental, torna-se «indispensável fazer uma análise severa do estado de execução das rubricas do orçamento para 1989», por forma a evitar que se repitam os prejuízos e também que se inscrevam no orçamento de 1990 dotações não executáveis, condenadas a serem anuladas.

A propósito, recorda-se a necessidade de evitar que se «repita a situação de confusão gerada pelo debate da execução do orçamento para 1988», com a Comissão a afirmar que as dotações de fundos estruturais seriam utilizadas na íntegra, o que não correspondeu à realidade. Com efeito, «os fundos registaram mais de 60 milhões de ecús de anulações de dotações de autorização não utilizadas, mais de 650 milhões de ecus de anulações de autorizações que deram lugar à anulação definitiva da dotação de autorização correspondente e mais de 350 milhões de ecus de anulações de dotações de pagamento».

Problemas já detectados

No final do primeiro semestre deste ano, segundo se afirma na exposição que vimos citando, «as anulações de autorizações ascendem já a 110 milhões de ecus», o que «parece confirmar a tendência negativa que caracterizou o exercício precedente».

Salienta-se, por outro lado, que há um certo número de sectores, considerados prioritários pelo Parlamento Europeu, que registam uma execução deficiente. É o caso do mercado interno, em que apenas 39 por cento das dotações de autorização foram executadas; da política social, que regista 60 milhões de ecus de autorizações anuladas; do emprego, protecção social e saúde pública, com apenas 36 por cento das dotações de autorização executadas; da política de ambiente, com escassos 20 por cento das dotações de autorização executadas.

Também a política de intervenção estrutural acusa dificuldades. No FEOGA — Secção «Orientação», só 38 por cento das dotações de autorização foram aproveitadas; no FEDER, 19 por cento; na preparação de quadros comunitários de apoio, 24 por cento; e a execução do PEDIP não ultrapassa os 32 por cento.

Cabe aqui abrir um parêntesis no respeitante ao Plano Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), já que **em causa está a incapacidade do Governo de Cavaco Silva para aproveitar os melos comunitários postos à sua disposição.**

Dos 100 milhões de ecus atribuídos ao PEDIP para 1989, o Governo português utilizou apenas 13 milhões. Como estas verbas não transitam para o ano seguinte, estamos perante uma situação de desaproveitamento de mais de 80 milhões de ecus, o que representa não só um total desabono para o Governo como, sobretudo, um sério prejuízo para o País.

Perante esta situação, as Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental — de que faz parte o deputado comunista Joaquim Miranda — pretendem que a Comissão as Comunidades informe se espera que as «previsões para 1989 acerca do orçamento e das perspectivas financeiras plurienais sejam confirmadas», bem como as previsões que faz para os principais sectores em causa, como os da agricultura e de acções estruturais, entre outros.

Pretende-se ainda saber que medidas se propõe a Comissão tomar para fazer face a situações como as descritas e de que forma isso se vai reflectir no orçamento de 1990.

Questões da maior importância, como se compreende, e que vão certamente «animar» o debate sobre o orçamento agendado para a segunda sessão de Outubro.

Propostas de Gorbatchov à espera de resposta

... «Se a segurança constitui os fundamentos da casa comum europeia, o seu esqueleto é a cooperação multifacetada» — as palavras são do dirigente soviético Mikhail Gorbatchov e foram proferidas no passado dia 6 de Julho, em Estrasburgo, aquando da sua visita histórica à sede do Parlamento Europeu.

Pode parecer extemporâneo trazer de novo à liça as declarações então proferidas por Gorbatchov, mas na realidade não é. Acontece que naquela ocasião o presidente do Soviete Supremo da URSS fez importantes propostas de cooperação do seu país com a Comunidade Económica Europeia e todas as instituições comunitárias, aos mais diversos níveis. Que não se tratava de um discurso de circunstância prova-o o facto de em carta endereçada, em 14 de Julho, ao presidente François Mitterrand, na sua qualidade de presidente da Cimeira dos Sete realizada em Paris, Mikhail Gorbatchov ter reafirmado as suas propostas de cooperação.

A Comunidade, sempre tão lesta na tomada de posições, parece no caso vertente ter perdido a capacidade de resposta. Já lá vão quase três meses e nada foi adiantado sobre o assunto.

Considerando que as propostas do dirigente soviético abrem «perspectivas novas de cooperação multiforme mutuamente vantajosa entre a Comunidade e os países socialistas, de estabilidade e paz na Europa e no Mundo», o grupo Coligação de Esquerda, por iniciativa do eurodeputado do PCP, Carlos Carvalhas, decidiu questionar a Comissão e o Conselho das Comunidades Europeias sobre a questão.

Numa pergunta escrita, o grupo interrogá a Comissão se esta tenciona «corresponder positivamente às propostas feitas e apresentar, com a brevidade que a situação requer, um conjunto de iniciativas e medidas que venham ao encontro das propostas e projectos manifestados por Gorbatchov, designadamente a nível da cooperação económica, da pesquisa de novas tecnologias e energias não poluentes, da ecologia, de infra-estruturas (linha ferroviárias transeuropeia de grande velocidade, por exemplo), da cultura e da defesa do património».

O mesmo grupo pergunta ao Conselho se, por seu turno, este pensa responder de forma positiva às referidas propostas, salientando que as mesmas «correspondem aos anseios de progresso e de paz dos trabalhadores e dos povos», aprofundando assim «um diálogo construtivo que permita consolidar e desenvolver a cooperação através de medidas e de projectos mutuamente vantajosos».

Esperemos que as respostas aos deputados da Coligação de Esquerda não tardem tanto como a resposta a Gorbatchov.

Nacional

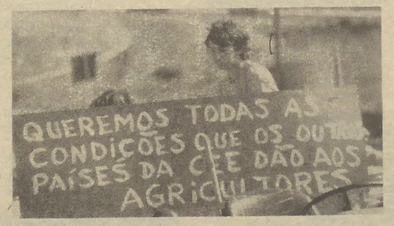
Agricultores lançam aviso ao Governo

Vinda a Lisboa é sinal do descontentamento nos campos

Sinal incontroverso do descontentamento que grassa nos campos, a vinda a Lisboa de várias centenas de agricultores da região Oeste autotransportados em tractores e outras viaturas agrícolas, constituiu simultaneamente o mais recente e sério aviso ao Governo quanto à necessidade de uma urgente inversão da sua política neste domínio, sob pena de se acentuarem os graves problemas com que se defronta a lavoura portuguesa.

Para os agricultores que se deslocaram a Lisboa — num sentimento que se generaliza hoje aos homens do campo um pouco por todo o País — os problemas com que se confrontam assumem contornos de uma crescente gravidade, sendo cada vez mais evidente, como foi sublinhado no plenário que realizaram às portas de Lisboa, que «com a política do Governo não vale a pena ser agricultor em Portugal», porquanto, frisaram, «o que ele quer é transformar tudo em madeira para as celuloses».

Para obviar a um tal desfecho, de acordo com o caderno reivindicativo que os manifestantes pretendiam entregar ao Ministério da Agricultura



— objectivo não concretizado pela recusa deste em os receber — os agricultores reclamam, entre outros pontos, a concessão de juros bonificados e a retirada de *plafonds* de crédito, um subsídio de gasóleo idêntico ao que existe no sector das pescas e o fornecimento de luz eléctrica a preços bonificados, designadamente, para o equipamento de rega e para a rede de frio.

No Ralis, às portas de Lisboa, local onde se concentraram na noite de domingo após serem impedidos de entrar na capital por uma barreira policial, os agricultores tiveram ensejo de se encontrar com o deputado comunista Rogério de Brito, tendo este disponibilizado a vontade do seu grupo Parlamentar para convocar uma reunião das comissões de Agricultura e dos Assuntos Europeus da Assembleia da República, em ordem a que sejam apreciados com a máxima profundidade os problemas que atingem os agricultores do Oeste.

Igualmente significativo não deixa de ser, entretanto, a opinião que os agricultores daquela região têm acerca da CAP e do seu dirigente José Manuel Casqueiro. Conforme foi acentuadamente repetido por variadíssimos agricultores, «Casqueiro é um traidor da agricultura nacional», sendo lembrado a propósito que aquele deputado do PSD «vendeu as suas terras», passando a fazer «exclusivamente o jogo do Governo contra os interesses de quem trabalha a terra».

Considerando esta vinda a Lisboa como uma etapa da sua luta, os agricultores manifestam-se dispostos a não cruzar os braços, deixando claro antes de partirem para as suas terras a sua intenção de não «parar com as formas de luta», admitindo mesmo a adopção de posições «mais drásticas».

III Congresso sobre o Alentejo
O desenvolvimento na ordem do dia

As questões que se prendem com o desenvolvimento constituíram um dos temas mais em foco no Congresso do Alentejo, realizado na semana finda, em Elvas. Na sua terceira edição, este importante **fórum** que se realiza de dois em dois anos — palco como nenhum outro da mais profunda e séria reflexão sobre os problemas que se colocam a esta região — voltou assim a ter como pano de fundo o modelo de desenvolvimento capaz de subtrair ao abandono do Poder Central um espaço que corresponde a um terço do território nacional.

Como salientou Francisco Pacheco, presidente da Câmara de Sines, ao falar em nome da Comissão Promotora na sessão de abertura do Congresso, «não pretendemos favoritismos nem benesses. Recusamo-los. Exigimos de todos os órgãos de soberania critérios justos, sérios e equilibrados porque, com tais critérios, seremos tratados de forma igual ao resto do País».

Ora, como se sabe, nem sempre os governos têm pautado a sua actuação pela adopção de tais critérios, facto que levaria aquele autarca a afirmar que «nunca pedimos o Céu e a Terra, por isso jamais admitiremos que nos atirem com o Inferno. O nosso tempo ainda é o tempo da honra e da palavra. A nossa verticalidade não necessita de reconhecimento notarial nem de selo branco».

E mais adiante, equacionando a problemática da região nos seus precisos termos, disse ainda Francisco Pacheco: «somos seis por cento da população residente, pouco mais de meio milhão de portugueses; poderíamos ser o dobro. Os nossos rendimentos *per capita* são cerca de um terço dos da região de Lisboa. Quem fala de nós, sistematicamente, identifica-nos como: região em processo contínuo de desertificação; população envelhecida; taxa de desemprego superior à média nacional; elevada taxa de analfabetismo; estrutura empresarial extremamente débil. Mas, contraditoriamente, também somos uma região de grandes e variadas potencialidades, cujo pleno aproveitamento alterará radicalmente esta velha planície do Além-Tejo».

E foi precisamente esta última realidade que os congressistas em número que ultrapassou as quatro centenas e meia trataram de comprovar no decorrer de um animado debate repartido pelos três dias de trabalhos que preencheram o Congresso.

Distribuídas por vários painéis temáticos, foram ao todo perto de 150 comunicações (na sua grande maioria trabalhos de elevada qualidade técnica e política) versando questões tão diversas como a política agrícola da Comunidade Europeia e a estratégia do desenvolvimento; as potencialidades industriais e turísticas; a investigação científica e a extensão rural; o Acto Único Europeu e o processo de Regionalização; o papel da utilização dos fundos comunitários na valorização e fixação dos recursos humanos; o património cultural, natural e histórico.

De entre as principais propostas saídas deste III Congresso, nota de realce merece, entretanto, a que aponta para a criação de um movimento para o desenvolvimento do Alentejo que fortaleça a acção intermunicipal e intervenha de forma permanente junto do Poder Central em defesa de toda a região.

A implementação de uma medida desta natureza — acompanhada pela criação de uma estrutura permanente — assume na opinião dos congressistas uma enorme importância.

Situação social dos jovens
agrava-se – conclui Direcção Nacional da JCP

A manutenção no fundamental de alguns problemas como a falta de instalações, a falta de verbas, a superlotação das escolas e a inexistência de um apoio social escolar digno desse nome, continua a ser um aspecto marcante da política governamental na área do ensino.

Esta, uma das conclusões a que chegou a Direcção Nacional da JCP no decorrer da sua mais recente reunião, encontro onde se considerou simultaneamente não ser melhor a situação dos jovens trabalhadores, confrontados também eles com o agravar dos seus problemas, com destaque para o aumento do trabalho precário, o mesmo é dizer, com o acréscimo dos contratos a prazo e o trabalho sem qualquer vínculo contratual.

Na análise que efectuou à problemática juvenil — um dos pontos que preencheu a ordem de trabalhos a par da preparação das autárquicas, das principais linhas de actividade e de questões relacionadas com a organização — ressalta ainda aquilo que a Direcção Nacional da JCP qualifica como o «sensível agravamento da situação social dos jovens», aspecto agravado no plano estudantil pela imposição de uma lei de acesso que nega a possibilidade de ingresso no ensino superior a 60 mil jovens candidatos.

Motivo de preocupação para os dirigentes da Juventude Comunista constituem também os propósitos do ministro Roberto Carneiro de a curto prazo aumentar significativamente as propinas no ensino superior bem como a restrição drástica no acesso dos jovens à habitação, sem que se vislumbrem perspectivas de resolução deste grave problema.

Neste quadro, na perspectiva da Juventude Comunista, dois traços caracterizam a política de juventude levada a cabo pelo Governo, a saber: «a manipulação e a demagogia, por um lado, e a não resolução e agravamento dos problemas que afectam os jovens portugueses, por outro».

Empenho nas eleições autárquicas

A dinamização de amplas listas de unidade que concorram às eleições associativas no ensino secundário e superior constitui, por sua vez, uma das linhas fundamentais de actividade definidas pela Direcção da JCP no que diz respeito à actividade futura da organização, dinamização que será extensiva, por outro lado, ao relançamento da actividade dos jovens comunistas junto da juventude trabalhadora.

As próximas eleições autárquicas, como não podia deixar de ser, estiveram também no centro das atenções desta reunião dos dirigentes da Juventude Comunista. A este respeito, foi expresso um voto de congratulação pela ampla discussão realizada em torno da constituição das listas e pela perspectiva de integração de um elevado número de jovens nas listas CDU, sendo ao mesmo tempo divulgado um apelo ao envolvimento e participação dos jovens na elaboração e definição dos programas juvenis da Coligação Democrática Unitária.

Ainda neste domínio, a Direcção Nacional discutiu aprofundadamente a preparação do Encontro Nacional da Juventude CDU a realizar no próximo dia 29 por iniciativa da JCP na cidade da Amadora, tendo realçado que ele constituirá «um grande momento de debate e de convívio e uma demonstração do dinamismo da juventude na campanha autárquica da CDU».

Dinamização da actividade

Um Encontro Nacional da Organização do Ensino Secundário, um Encontro Nacional dos Jovens Trabalhadores Comunistas e a realização da V Conferência Nacional da Organização do Ensino Superior constituem entretanto as três grandes iniciativas que a JCP se propõe levar a cabo no primeiro trimestre de 1990 no quadro do reforço da sua organização, de acordo com o comunicado divulgado no final da reunião da Direcção Nacional.

No mesmo documento, apela-se ainda à dinamização em todo o País das iniciativas que comemorarão durante o mês de Novembro o X aniversário da JCP e dão-se conta dos projectos de lei que os deputados jovens do PCP apresentarão em breve na Assembleia da República, versando temáticas como o combate ao tráfico de droga, reforço da prevenção e tratamento de toxicodependentes.

Leiria

Entretanto, também a Direcção Distrital de Leiria da JCP, segundo uma nota chegada à nossa redacção, reuniu no passdo fim-de-semana, tendo como principais pontos da ordem de trabalhos a preparação das eleições autárquicas e a definição das principais linhas de actividade a desenvolver nos próximos meses.

Realce, no plano da actividade futura, para o 3.º Festival da Juventude «Viva a Festa», a realizar de 1 a 12 de Novembro próximos e do qual se destaca em concurso de fotografia, um vídeo gigante, torneios desportivos e um espectáculo musical.

Entre as decisões aprovadas no decorrer da reunião conta-se ainda a realização, no 1.º trimestre de 1990, da 5.ª Assembleia da Organização.

Homenagem Nacional a Armando de Castro

É já no próximo domingo, dia 15 de Outubro, pelas 13 horas, que se realiza no Palácio de Cristal, no Porto a Homenagem Nacional a Armando de Castro.

A sua actividade enquanto cidadão lúcido e interveniente, exemplo de democrata aberto ao diálogo e ao debate das ideias e, ao mesmo tempo, assumindo coerentemente a sua opção ideológica e partidária, humanista eminente e um dos grandes vultos da vida intelectual portuguesa deste século fazem de Armando de Castro o homem inteiro a quem é justo homenagear.

Entre as muitas centenas de pessoas, seus amigos e admiradores, que manifestaram já o seu apoio entusiástico, destacam-se nomes como Alberto Amaral, Alberto Andrade, Alcino Soutinho, A. Ferreira Alves, Aquilino Ribeiro Machado, Armando Gomes Sá, Avelãs Nunes, Blasco Hugo Fernandes, Carlos Costa, Carlos Pimenta, Corino de Andrade, Deniz Jacinto, Dulce Rebelo, Edgar Correia, Falcão de Freitas, Frederico Pereira, Gilberto Lindim Ramos, Ivo Cortesão, João Pacheco, J. Gomes Canotilho, J. Madureira Pinto, José Morgado, José Rodrigues, J. Salvado Sampaio, José Saramago, Júlio Resende, Nuno Grande, Lino Lima, Luís Francisco Rebelo, Oliveira Dias, Mário D. Soares, Mário Neves, Óscar Lopes, Raul de Castro, Rui Alarcão, Rui Grácio, Siza Vieira, Urbano Tavares Rodrigues, Vasco Gonçalves, Vasco Magalhães Vilhena, Viana de Lima, Virgínia Moura.

Novas adesões, bem como o pedido de inscrições para o almoço podem ainda ser dirigidas para os serviços de apoio à Homenagem, na Universidade Popular do Porto, Rua Augusto Lusa, 68-1.º — 4000 Porto, telefone 69 86 45/Porto, ou para o Sindicato dos Professores do Norte, Rua do Heroísmo, 3 — 4300 Porto, telefone 57 91 23/Porto.

Parlamento Europeu

Europa Económica e Monetária versus Europa dos Cidadãos

O Parlamento Europeu está reunido desde o início da semana, em Estrasburgo, para mais uma sessão plenária que no essencial será preenchida com o debate de questões relativas à concretização do Mercado Interno. Simultaneamente, no Luxemburgo, tem estado reunido o Conselho de Ministros, dedicado também ele à problemática do Mercado Único, mas numa perspectiva de resolução dos problemas que se colocam à coesão económica e monetária no seio da Comunidade.

Seria certamente redutor e demasiado simplista afirmar que esta semana, no Luxemburgo e em Estrasburgo, decorre mais uma etapa do processo «Europa económica e monetária versus Europa dos cidadãos», mas não deixa de ser pertinente o levantamento de tal questão.

Na verdade, enquanto o Conselho de Ministros tinha agendada a discussão de temas como o direito de permanência e o regulamento sobre o controlo e concentração de empresas, designadamente a definição dos montantes a partir dos quais deverá haver controlo e quais os critérios para a autorização da concentração de empresas, já o Parlamento Europeu se manifestava mais preocupado com o atraso existente no que respeita à coesão económica e social.

Com efeito, de acordo com um novo relatório do PE sobre a situação em que se encontra a preparação da Comunidade para o Mercado Interno, não há razões para optimismos.

A Europa dos cidadãos continua a marcar passo, à medida que vai escasseando o tempo que nos separa de 1993. Das 127 medidas aprovadas pelo Conselho, sob a forma de directivas ou decisões, apenas 7 (sete) tiveram expressão jurídica nas legislações de todos os Estados-membros. Entretanto, o prazo de transposição para o domínio jurídico nacional já terminou para 68 dessas medidas e apenas 2 foram aceites.

Importa referir que até à data não se registou qualquer avanço em questões como a abolição dos controlos fronteiriços, o direito de permanência nos países da Comunidade de estudantes, reformados e outras camadas não activas, não se chegou ainda a acordo sobre as formas de aproximação das taxas de IVA e outros impostos, etc., etc., etc.

Isto para já não falar, evidentemente, da carta social europeia e do seu carácter vinculativo, alvo permanente de interessantes declarações de princípio e pouco mais do que isso.

A este estado de coisas não é estranha a duplicidade de inúmeros governos, incluindo o português, que através dos deputados da sua cor política no PE afirmam defender posições que os representantes governamentais se encarregam depois de contrariar nos organismos executivos.

Mas a sessão do PE que amanhã termina — e a que voltaremos na próxima semana mais pormenorizadamente — analisou ainda diversas outras questões de interesse. É o caso da apresentação de propostas e de inúmeras perguntas respeitantes ao Orçamento para 1990, que apesar de protelado para a segunda sessão de Outubro, de 23 a 27, não deixou de mobilizar as atenções dos eurodeputados.

Por outro lado, a sessão analisou ainda propostas sobre a protecção do meio ambiente, a concessão de crédito ao consumo, a alteração do sistema de medidas britânico, e a reciclagem de matérias-primas, entre outras.

Incapacidade governamental está na base do não aproveitamento dos fundos do PEDIP (foto de arquivo)

Fundos comunitários desaproveitados

Em nome do grupo Coligação de Esquerda, os deputados Joaquim Miranda e Silvye Mayer subscreveram uma pergunta oral com debate nas Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental.

A pergunta, dirigida à Comissão visa a «avaliação dos dados relativos à execução das rubricas orçamentais à luz quer da aplicação da nova regulamentação financeira que fixa o princípio da anualidade em matéria de transições, anulações e reconstituição de dotações, quer do enquadramento do orçamento nas «perspectivas financeiras».

Para os subscritores da pergunta, em causa está a aplicação dos novos regimes, a que a Comissão procedeu no início do exercício de 1988.

Assim, a aplicação do princípio da anualidade «teve como consequência uma acentuada redução das cotações orçamentais: foram anulados 125 milhões de ecus de dotações de autorização, o que equivale a 1,1 por cento do total das dotações disponíveis». Por outro lado, «foram anulados 709 milhões de ecus de autorizações, com anulação definitiva das dotações correspondentes, o que representa 5 por cento das autorizações por liquidar no princípio do exercício de 1988», para além da anulação de «819 milhões de ecus de dotações de pagamento do exercício mais dotações transitadas do exercício precedente, o que equivale a 8,4 por cento do total de dotações de pagamento disponíveis».

Acresce que a «adaptação das perspectivas financeiras, na qual haveria que atender àquele grande volume de anulações, só lhes atendeu minimamente (37 milhões de ecus)», o que viria a ser lamentado pelo próprio PE numa resolução aprovada em Abril último.

Como faz notar a exposição das Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental, torna-se «indispensável fazer uma análise severa do estado de execução das rubricas do orçamento para 1989», por forma a evitar que se repitam os prejuízos e também que se inscrevam no orçamento de 1990 dotações não executáveis, condenadas a serem anuladas.

A propósito, recorda-se a necessidade de evitar que se «repita a situação de confusão gerada pelo debate da execução do orçamento para 1988», com a Comissão a afirmar que as dotações de fundos estruturais seriam utilizadas na íntegra, o que não correspondeu à realidade. Com efeito, «os fundos registaram mais de 60 milhões de ecús de anulações de dotações de autorização não utilizadas, mais de 650 milhões de ecus de anulações de autorizações que deram lugar à anulação definitiva da dotação de autorização correspondente e mais de 350 milhões de ecus de anulações de dotações de pagamento».

Problemas já detectados

No final do primeiro semestre deste ano, segundo se afirma na exposição que vimos citando, «as anulações de autorizações ascendem já a 110 milhões de ecus», o que «parece confirmar a tendência negativa que caracterizou o exercício precedente».

Salienta-se, por outro lado, que há um certo número de sectores, considerados prioritários pelo Parlamento Europeu, que registam uma execução deficiente. É o caso do mercado interno, em que apenas 39 por cento das dotações de autorização foram executadas; da política social, que regista 60 milhões de ecus de autorizações anuladas; do emprego, protecção social e saúde pública, com apenas 36 por cento das dotações de autorização executadas; da política de ambiente, com escassos 20 por cento das dotações de autorização executadas.

Também a política de intervenção estrutural acusa dificuldades. No FEOGA — Secção «Orientação», só 38 por cento das dotações de autorização foram aproveitadas; no FEDER, 19 por cento; na preparação de quadros comunitários de apoio, 24 por cento; e a execução do PEDIP não ultrapassa os 32 por cento.

Cabe aqui abrir um parêntesis no respeitante ao Plano Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), já que **em causa está a incapacidade do Governo de Cavaco Silva para aproveitar os melos comunitários postos à sua disposição.**

Dos 100 milhões de ecus atribuídos ao PEDIP para 1989, o Governo português utilizou apenas 13 milhões. Como estas verbas não transitam para o ano seguinte, estamos perante uma situação de desaproveitamento de mais de 80 milhões de ecus, o que representa não só um total desabono para o Governo como, sobretudo, um sério prejuízo para o País.

Perante esta situação, as Comissões de Orçamento e do Controlo Orçamental — de que faz parte o deputado comunista Joaquim Miranda — pretendem que a Comissão as Comunidades informe se espera que as «previsões para 1989 acerca do orçamento e das perspectivas financeiras plurienais sejam confirmadas», bem como as previsões que faz para os principais sectores em causa, como os da agricultura e de acções estruturais, entre outros.

Pretende-se ainda saber que medidas se propõe a Comissão tomar para fazer face a situações como as descritas e de que forma isso se vai reflectir no orçamento de 1990.

Questões da maior importância, como se compreende, e que vão certamente «animar» o debate sobre o orçamento agendado para a segunda sessão de Outubro.

Propostas de Gorbatchov à espera de resposta

... «Se a segurança constitui os fundamentos da casa comum europeia, o seu esqueleto é a cooperação multifacetada» — as palavras são do dirigente soviético Mikhail Gorbatchov e foram proferidas no passado dia 6 de Julho, em Estrasburgo, aquando da sua visita histórica à sede do Parlamento Europeu.

Pode parecer extemporâneo trazer de novo à liça as declarações então proferidas por Gorbatchov, mas na realidade não é. Acontece que naquela ocasião o presidente do Soviete Supremo da URSS fez importantes propostas de cooperação do seu país com a Comunidade Económica Europeia e todas as instituições comunitárias, aos mais diversos níveis. Que não se tratava de um discurso de circunstância prova-o o facto de em carta endereçada, em 14 de Julho, ao presidente François Mitterrand, na sua qualidade de presidente da Cimeira dos Sete realizada em Paris, Mikhail Gorbatchov ter reafirmado as suas propostas de cooperação.

A Comunidade, sempre tão lesta na tomada de posições, parece no caso vertente ter perdido a capacidade de resposta. Já lá vão quase três meses e nada foi adiantado sobre o assunto.

Considerando que as propostas do dirigente soviético abrem «perspectivas novas de cooperação multiforme mutuamente vantajosa entre a Comunidade e os países socialistas, de estabilidade e paz na Europa e no Mundo», o grupo Coligação de Esquerda, por iniciativa do eurodeputado do PCP, Carlos Carvalhas, decidiu questionar a Comissão e o Conselho das Comunidades Europeias sobre a questão.

Numa pergunta escrita, o grupo interrogá a Comissão se esta tenciona «corresponder positivamente às propostas feitas e apresentar, com a brevidade que a situação requer, um conjunto de iniciativas e medidas que venham ao encontro das propostas e projectos manifestados por Gorbatchov, designadamente a nível da cooperação económica, da pesquisa de novas tecnologias e energias não poluentes, da ecologia, de infra-estruturas (linha ferroviárias transeuropeia de grande velocidade, por exemplo), da cultura e da defesa do património».

O mesmo grupo pergunta ao Conselho se, por seu turno, este pensa responder de forma positiva às referidas propostas, salientando que as mesmas «correspondem aos anseios de progresso e de paz dos trabalhadores e dos povos», aprofundando assim «um diálogo construtivo que permita consolidar e desenvolver a cooperação através de medidas e de projectos mutuamente vantajosos».

Esperemos que as respostas aos deputados da Coligação de Esquerda não tardem tanto como a resposta a Gorbatchov.

Internacional

NATO
As novas-velhas estratégias

No final da sessão de Outono da Assembleia Parlamentar da Aliança Atlântica, em Roma, Manfred Woerner, secretário-geral da NATO, fez afirmações deveras significativas. Não porque em si sejam propriamente novidade. Mas porque têm o mérito de traduzir com particular clareza as ambições e as ilusões que a NATO (ainda que com vozes dissonantes em seu seio) continua a alimentar. A persistência na aposta em opções que na prática significariam o suicídio da humanidade.

De como as «novas estratégias», tanto no plano militar, como no domínio de provocação contra o socialismo, nada têm de novo.

Disse o actual secretário-geral da NATO que «politicamente, a divisão da Europa tornou-se impossível de sustentar». Porquê? Porque terá chegado a hora de estimular a cooperação, no respeito de opções e de evoluções sociopolíticas diferenciadas? Não. Para o secretário-geral da NATO, «o comunismo fracassou» e «agora que as janelas se abriram nas fechadas sociedades da Europa do Leste, os aliados não tencionam deixar que elas voltem a fechar-se brutalmente: não é possível congelar a evolução política a Leste usando para tal o argumento da estabilidade».

Assim, uma clara componente do discurso de Woerner, tem a ver com as pretensões do imperialismo, e/ou dificuldades económicas e sociopolíticas particularmente sensíveis em períodos de transformação, para pôr em causa a própria realidade do socialismo. Uma política que se tem traduzido na prática, quer em campanhas directamente anti-socialistas, quer fazendo pesar a arma económica. E que se alimenta de factos e problemas reais, mas também de ilusões e pretensões.

A este respeito é oportuno relembrar aqui palavras de Gorbatchov no Conselho da Europa — inequívocas: «O facto de os Estados europeus pertencerem a diferentes sistemas sociais é uma realidade. O reconhecimento desta realidade histórica e o respeito pelo direito soberano de todos os povos a escolherem livremente o sistema social é **a principal premissa** de desenvolvimento da cooperação na Europa».

A aposta no militarismo

Woerner não se ateve nas suas declarações às afirmações anti-socialista. Foi igualmente claro no que respeita à continuidade da aposta no militarismo, e de facto mesmo na corrida aos armamentos.

«Mesmo com a espectacular melhoria nas relações Leste-Oeste», disse, «a aliança não pode permitir-se uma segurança desvalorizada. As armas e os conceitos, que conservaremos no final de uma redução multilateral de forças, deverão manter-se modernas e eficazes».

Note-se que tal afirmação simultaneamente significa: que a Nato é de facto obrigada a caminhar no sentido da redução de armamentos — um facto cuja importância nunca será de mais sublinhar; que a NATO tenta tornear esta realidade, a que já não pode fugir, apostando em manter algumas portas, ou frinchas que sejam, abertas a uma prática particularmente perigosa — a «melhoria qualitativa» dos armamentos.

No mesmo sentido cai aliás a decisão do presidente Bush, que segundo o jornal «The Washington Times» afirmou que os Estados Unidos continuarão a produzir armas químicas, mesmo depois de entrar em vigor um novo tratado internacional sobre a sua destruição. Uma decisão que, a ser de facto real, surge como uma barreira num momento em que amplas perspectivas se abrem para a aprovação de uma convenção internacional sobre a proibição de armas químicas.

Os planos oeste-alemães

As necessidades — geradas pelas rivalidades objectivas deste nosso mundo contemporâneo de desanuviamento, desarmamento, cooperação, continuam a não ser entendidas enquanto tal (ou seja, como necessidades objectivas) pelo imperialismo.

Assim se compreendem as declarações do secretário-geral da NATO, como a proposta aposta em novas e mais sofisticadas armas (como fórmula de tornear o processo de desarmamento).

Um outro facto — de hoje — testemunha deste «desentendimento» e dos perigos que lhe são subjacentes.

Utilizando (e estimulando) um momento difícil na vida sociopolítica da RDA, e cozinhando a seu modo (na verdade pervertendo-a) a ideia de uma Europa unida no respeito da sua diversidade, a RFA está a apostar forte em velhos sonhos de uma Alemanha reunificada... sob a tutela do capitalismo.

«O objectivo é acabar com o actual *status quo* na Europa», diz o jornal «Die Welt», precisando que uma Alemanha reunificada deverá instaurar em todo o seu território «uma democracia semelhante à que reina na RFA» (ou seja, com interdições profissionais, perseguições aos imigrantes, generalizado controlo policial dos cidadãos, desemprego...).

Para a concretização de tal objectivo, representantes da RFA na NATO esforçam-se por fazer aceitar por parte dos seus aliados um plano em várias etapas, que, numa primeira fase, deveria impor aos Estados a Leste do Oder, de um «estatuto de neutralidade». Uma primeira fase seria baptizada de «etapa de autodeterminação interna», e uma segunda «etapa de autonomia limitada». Assim se atingiria uma «neutralidade» muito especial, pois, segundo os autores do plano, ela deveria conduzir a «uma comunidade europeia alargada, não excluindo a adesão de novos membros à aliança atlântica»!

É bem outro o sentido das propostas por parte do socialismo.

«Esperamos que o espírito de realismo prevaleça também no futuro já que todos os povos do continente estão interessados nisso, — diz Gorbatchov **é o único sentido em que pode avançar o processo benéfico de aproximação entre o leste e o ocidente que fará ruir todos os muros de inimizade, alienação e desconfiança entre os povos europeus».**

Uma opção bem diversa das que se afirmam em Bona, Bruxelas, ou Washington.

Após tentativa abortada de golpe

EUA estão prontos a apoiar nova intentona no Panamá

Na semana passada o Panamá foi novamente abalado por uma tentativa de golpe desencadeado por 20 oficiais superiores com o objectivo de derrubar o general Noriega. Após sete horas de sangrentos combates os militares rebeldes capitularam, no entanto as reacções norte-americanas que se seguiram ao fracasso da intentona deixam claramente antever que a situação naquele país continuará conturbada e que novas tentativas serão empreendidas para afastar o «incómodo» Noriega da direcção do Panamá.

Os acontecimentos tiveram início no interior do quartel-general das Forças de Defesa do Panamá (FDP) onde deflagrou um tiroteio entre os homens do Batalhão Urracá e as tropas panamianas que se mantiveram ao lado de Noriega, o qual terá ficado em poder dos revoltosos durante cinco horas. Apesar disso, graças à acção de unidades como os Batalhões Dignidade, compostos por civis armados e a divisão especial Batalhão Elite 2000 a revolta foi esmagada.

Entretanto, a rádio nacional emitiu um comunicado em que os golpistas anunciavam ser sua intenção «convocar eleições gerais com a maior brevidade possível e solicitar a intervenção da Organização dos Estados Americanos para a preparação do acto eleitoral».

Logo após a rendição dos insurrectos, o general Manuel António Noriega fez uma declaração perante as câmaras de televisão em que acusou os Estados Unidos de serem os «principais responsáveis» pelo ocorrido que considerou ser «uma consequência da perpétua agressão dos EUA contra a tranquilidade do nosso país».

Por seu turno os Estados Unidos apressaram-se a desmentir qualquer participação na tentativa de golpe de Estado e tanto o presidente Bush como o porta-voz do Pentágono, Pete Williams, asseguraram que o seu país é alheio àqueles acontecimentos. Contudo, embora sem participarem directamente nas operações, tropas do Comando Sul do Exército dos EUA, acantonado no Canal do Panamá, bloquearam possíveis vias por onde se poderiam deslocar forças fiéis a Noriega. De acrescentar que o secretário da Defesa dos EUA, Dick Cheney, teve conhecimento de que a intentona seria executada por oficiais da confiança do general.

Neste contexto, é significativa a declaração do secretário de Estado norte-americano, James Baker, segundo o qual «os EUA conservam a opção de utilizar as forças americanas» tendo desta vez mantido «as distâncias porque os rebeldes tinham poucas probabilidades de conseguir vencer». James Baker viria mais tarde a confirmar uma notícia do «Washington Post» de que os Estados Unidos chegaram a considerar a possibilidade de deter Noriega, de uma ou de outra forma, durante a abortada tentativa de golpe, autorizando para isso o comandante das forças americanas no Panamá a capturar secretamente o general para uma base norte-americana, o que só não se concretizou porque a rebelião foi rapidamente contida. Baker admitiu mesmo a hipótese de o seu país apoiar uma nova tentativa de golpe de Estado no Panamá usando para isso «todos os meios disponíveis».

É pois provável que os Estados Unidos estejam à espera de uma oportunidade mais favorável, esperançados de que Noriega se encontre mais fraco do que antes do golpe, vendo este último como uma prova do isolamento crescente que ameaça o general. O conflito armado latente pode assim rebentar a qualquer momento uma vez que os bloqueios económicos que arruínam o país não parecem capazes de vergar a vontade do povo panamiano que exige a devolução do canal no ano 2000, e os Estados Unidos declararam já que não entregarão aquele objectivo estratégico ao governo actual cuja legitimidade não reconhecem, numa clara violação do tratado Torrijos-Carter assinado entre os dois Estados.

HUNGRIA

Congresso do POSH cria novo partido

O congresso do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH), decidiu, por uma maioria de 80,7% dos votos, a extinção do próprio POSH, que é substituído pelo Partido Socialista Húngaro (PSH).

Os estatutos do PSH definem o novo partido como organização política marxista, combinando «as tradições do socialismo e do comunismo».

O programa aprovado apoia a propriedade privada (de acordo com as leis húngaras já existentes, são autorizadas empresas privadas ocupando até um máximo de 500 pessoas) e preconiza o termo do que considera «os preconceitos relativamente à propriedade privada, uma das forças condutoras indispensáveis do crescimento».

O secretário-geral do POSH, Haroly Grosz, votou contra a extinção do partido, juntamente com outros 159 delegados.

Reszoe Nyers, presidente do POSH, afirmou que «a criação do novo partido implica uma ruptura definitiva com a ditadura do proletariado e a sua ideologia e com as reminiscências ainda existentes do centralismo democrático».

O jornal do POSH, agora do PSH, apareceu sem a frase «Proletários de todos os países, uni-vos». O emblema do novo partido, que se afirma «sucessor legítimo do POSH», é um cravo vermelho.

Entretanto, e no que refere a uma importante questão – a organização das bases do partido, com necessários reflexos na sua composição e carácter – uma proposta apresentada pela maioria dos principais dirigentes da nova formação, no sentido de que fosse vedado ao novo partido a constituição de organizações partidárias nas empresas, foi derrotada por grande maioria.

É de salientar que cerca de 10% dos militantes do POSH – 78 mil – abandonaram o partido entre 1 de Janeiro e 1 de Outubro deste ano. 2600 novas adesões registaram-se este ano. A maior taxa de abandonos registou-se nas regiões industriais do país.

Internacional

Cimeira dos «Cinco» condena apoios à Unita

Os chefes de Estado dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) apelaram aos EUA e à África do Sul para cessarem o seu apoio à Unita, de modo a permitir a aplicação integral dos acordos de Nova Iorque e a criação de condições favoráveis ao processo de paz em Angola, sob a mediação do presidente zairense.

O apelo consta do comunicado oficial divulgado no final da cimeira extraordinária dos «Cinco», a semana passada em Luanda, em que se salienta de forma positiva os esforços desenvolvidos pelo governo angolano e particularmente pelo presidente Eduardo dos Santos na procura da paz para Angola.

No comunicado, os presidentes da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola referem a má-fé e a falta de seriedade com que a Unita participa no processo negocial para a paz em Angola, de que a rejeição dos entendimentos de Gbadolite é prova evidente.

A cimeira, cujos trabalhos decorreram em Luanda, procedeu à análise da situação na África Austral, a cooperação mútua e a evolução da conjuntura mundial. De acordo com o presidente coordenador dos «Cinco» e presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, «Nino» Vieira, os objectivos da cimeira foram «plenamente atingidos», tendo os trabalhos decorrido num espírito construtivo e de abertura.

Profundamente preocupados com a «inobservância por parte da Unita dos compromissos solenemente assumidos em Gbadolite», que tem tido como consequência o prolongamento do luto e do sofrimento do povo angolano», os «Cinco» decidiram exortar aquela organização a adoptar uma posição que favoreça a «implementação dos entendimentos de Gbadolite», clarificados nas cimeiras de Harare e de Kinshasa, realizadas a 22 de Agosto e 18 de Setembro, respectivamente.

Os chefes de Estado manifestaram ainda o seu apoio à iniciativa de paz do governo moçambicano e os princípios que o orientam, considerando-os «realistas e consentâneos» com as aspirações do povo de Moçambique com vista ao estabelecimento da paz e à reconciliação nacional.

Depois de analisarem o processo de implementação da Resolução 435/78 da ONU sobre a Namíbia, os «Cinco» instam o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, a prosseguir os esforços, através do seu representante na Namíbia, para a criação de condições que permitam a realização de eleições livres e justas naquele território.

Também a cooperação entre os «Cinco» e Portugal foi tema de debate, tendo os representantes dos PALOPs acordado «no princípio da realização de reuniões de consultas dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros» respectivos sempre que necessário, tendo em vista a promoção de relações que contribuam para o seu desenvolvimento económico.

Finalmente, os chefes de Estado regozijaram-se pela crescente importância que assume a cooperação político-diplomática entre os seus países, que se tem traduzido numa estreita coordenação da sua aceitação e participação nos esforços da comunidade internacional tendentes a encontrar soluções para os principais problemas da Humanidade.

De regresso da RDA conversa com Octávio Pato

De regresso da RDA, onde participou nas comemorações oficiais do 40.º aniversário da criação da Alemanha Democrática, o camarada Octávio Pato deu conta, em breve conversa com o «Avante!», de algumas das suas impressões.

Na conversa havida, Octávio Pato destacou, antes do mais, o «grande significado e projecção» das comemorações, que contaram com a presença de 70 delegações estrangeiras, «com os mais altos dirigentes dos países socialistas e dirigentes de muitos outros países de todos os continentes dos países socialistas e dirigentes de muitos outros países de todos os continentes, de partidos comunistas e operários e de movimento de libertação».

Como Octávio Pato quis salientar, o que mais o impressionou nas comemorações, foi o desfile da juventude na noite de dia 6. Um desfile de «enorme grandeza». «Ao longo de duas horas e meia, numa avenida equivalente à faixa central da nossa Av. da Liberdade, desfilaram de forma compacta mais de 100 mil jovens. Com eles, desfilaram umas 16 ou 18 bandas de música, compostas de jovens, muitos deles com a idade de 10 a 15 anos». Um «desfile inesquecível!», nas palavras do dirigente comunista.

Pato sublinhou, por outro lado que «convém lembrar que o regime socialista da RDA fez do seu país um dos mais desenvolvidos do mundo. E essa enorme transformação fez-se sem a exploração de outros povos ou países e sem riquezas naturais especiais, enfrentando simultaneamente sérias dificuldades, em vários períodos, devidas à pressão imperialista».

Realizações e realidades que não têm apenas significado para o povo da RDA. Antes assumem projecção internacional e antes do mais no quadro europeu.

Octávio Pato realça que «a RDA se tornou um poderoso pilar de estabilidade e de segurança na Europa, um posto avançado da paz», para comentar de seguida: «Por isso não é de estranhar que aqueles que pretendem rever as fronteiras do pós-guerra, assim como os revanchistas nazi-fascistas que na RFA levantam cabeça, procurem atiçar dificuldades e escolham a RDA como alvo».

Na opinião de Pato, «os dirigentes do PSUA e do governo não ignoram os problemas e as dificuldades que existem, apesar do povo da RDA possuir em todos os domínios um dos mais elevados níveis de vida e de desenvolvimento do mundo».

Afirmando que «a guerra ideológica e psicológica ultimamente desencadeada contra a RDA, não se pode desligar da campanha mais geral que pretende pôr em causa o socialismo e as suas conquistas», Octávio Pato diz vizar esta campanha múltiplos objectivos, «designadamente atrair para a RFA quadros especializados que se formaram na RDA». E refere as ofertas de trabalho, avançadas pela RFA, utilizando nomeadamente a televisão. Isto apesar do desemprego existente na Alemanha Ocidental.

A concluir, Pato sublinhou que «temos confiança na RDA e no socialismo».

Delegações do PCP visitaram a RDA

A convite do Comité Distrital de Erfurt do PSUA, visitou aquele distrito da RDA uma delegação da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, constituída pelo camarada Jorge Matos, membro do CC e dos camaradas José Manuel Lobato e Manuel Fernandes da Silva, membros da Comissão Distrital de Braga.

Também uma delegação da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP), integrada pela camarada Helena Medina, membro do CC e do executivo e secretariado da DORP, e pelos camaradas António Filipe, membro do secretariado da DORP e Valdemar Madureira, membro da DORP e da Comissão Concelhia de Matosinhos, visitou a RDA, a convite da organização distrital de Leipzig do PSUA.

As duas visitas, integradas no quadro das relações de amizade e cooperação entre as referidas organizações dos dois partidos, visaram a participação dos camaradas da DORM e da DORP nas cerimónias comemorativas do 40.º aniversário da Fundação da RDA.

***Os camaradas** Carlos Carvalhas, membro suplente da Comissão Política e deputado ao Parlamento Europeu, e Octávio Teixeira, membro suplente do Comité Central e deputado à Assembleia da República, no regresso da União Soviética onde, em representação do PCP, se deslocaram para contactar e informar do desenvolvimento do processo de reestruturação económica em curso naquele país*

Conferência CAME/CEE em Moscovo

Tem início no sábado, em Moscovo, uma conferência internacional sobre as perspectivas e principais orientações de desenvolvimento das relações entre o CAME e a CEE. Na iniciativa participam representantes da Comissão das Comunidades Europeias, do Parlamento Europeu e firmas ocidentais, dirigentes do Comité Executivo e do Secretariado do CAME, da Comissão para as Relações Económicas Exteriores do Conselho de Ministros da URSS, da Câmara do Comércio Externo e Indústria e ainda cientistas soviéticos e estrangeiros.

Em debate vão estar as perspectivas de cooperação a nível de empresas, organizações científico-técnicas e financeiras dos países membros do CAME e da CEE e eventuais consequências de um mercado único na Europa ocidental para a cooperação económica entre as duas comunidades.

Recorda-se que foram já assinados alguns acordos bilaterais da CEE com a Checoslováquia, Hungria e Polónia, mas que o diálogo entre as duas organizações propriamente ditas tem sido limitado a temas gerais, sem resultados concretos.

Problemas de habitação agravam-se nos EUA

Cerca de duzentas mil pessoas manifestaram-se no passado sábado, em Washington, exigindo uma habitação condigna e protestando contra os cortes nos programas federais de habitação.

De acordo com a estimativa divulgada pela associação de 250 grupos que promoveu o protesto, há actualmente cerca de três milhões de pessoas, incluindo famílias com crianças, que não possuem casa, prevendo-se que até ao ano dois mil atinjam os 19 milhões, se não forem tomadas medidas.

Também o aumento do analfabetismo funcional preocupa os norte-americanos. Segundo um responsável do Instituto de Estudos de Southport, «a América está perante uma crise de analfabetismo funcional» e «setenta e cinco por cento daqueles que vão constituir a mão-de-obra americana no ano 2000 já deixaram de estudar», estimando-se que «27 milhões desses jovens apresentam graves lacunas na sua preparação básica».

O analfabetismo funcional entre a população adulta nos EUA atingiu tais proporções que empresários norte-americanos decidiram contribuir com 25 mil milhões de dólares anuais para elevar o nível escolar dos seus trabalhadores. Num recente encontro de John Akers, presidente da IBM, com o presidente Bush, aquele transmitiu as preocupações do patronato sobre a matéria. No final da audiência, em declarações aos jornalista, Akers afirmou ser necessário «criar um sistema educativo eficiente nos próximos dez anos» se os EUA quiserem «manter o desenvolvimento económico num mundo onde a competição é cada vez maior».

Presidente do Afeganistão não se demite

O presidente do Afeganistão, Najibullah, rejeitou a sugestão do Paquistão para que se demita do seu cargo de presidente do país e do Partido Democrático Popular, no poder, a fim de favorecer as negociações com os «mujeheddines».

Em declarações à imprensa, Najibullah considerou ser «absurdo quando alguém pretende negociar com um partido e indica ao mesmo tempo quem deve chefiá-lo», salientando que se os EUA e o Paquistão estivessem seriamente interessados em solucionar o problema afegão levariam em conta as realidades existentes no país. E a realidade é que, após a retirada das tropas soviéticas, o seu partido ganhou coesão, enquanto os «mujaheddines» a perderam, frisou.

O presidente afegão defendeu a realização de negociações directas entre o governo de Cabul e os «mujaheddines», a convocação de uma conferência nacional de paz com a participação de todos os agrupamentos existentes no país, um cessar-fogo de seis meses e a formação de um governo de coligação. Admitiu ainda a convocação do conselho de chefes tribais para a adopção de uma nova Constituição e uma lei sobre eleições gerais, a realizar sob o controlo de organismos internacionais.

Nujoma defende reconciliação na Namíbia

O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, apelou há dias à reconciliação nacional namibiana, incluindo os elementos que integram as forças de segurança da Namíbia, organização criada pela África do Sul.

Discursando perante cerca de 70 mil pessoas em Oshakati, na Ovambolândia, Nujoma alertou no entanto que a SWAPO não aceitaria «nem a ilegalidade, nem a humilhação, nem a degradação do país por qualquer poder».

Internacional

NATO
As novas-velhas estratégias

No final da sessão de Outono da Assembleia Parlamentar da Aliança Atlântica, em Roma, Manfred Woerner, secretário-geral da NATO, fez afirmações deveras significativas. Não porque em si sejam propriamente novidade. Mas porque têm o mérito de traduzir com particular clareza as ambições e as ilusões que a NATO (ainda que com vozes dissonantes em seu seio) continua a alimentar. A persistência na aposta em opções que na prática significariam o suicídio da humanidade.

De como as «novas estratégias», tanto no plano militar, como no domínio de provocação contra o socialismo, nada têm de novo.

Disse o actual secretário-geral da NATO que «politicamente, a divisão da Europa tornou-se impossível de sustentar». Porquê? Porque terá chegado a hora de estimular a cooperação, no respeito de opções e de evoluções sociopolíticas diferenciadas? Não. Para o secretário-geral da NATO, «o comunismo fracassou» e «agora que as janelas se abriram nas fechadas sociedades da Europa do Leste, os aliados não tencionam deixar que elas voltem a fechar-se brutalmente: não é possível congelar a evolução política a Leste usando para tal o argumento da estabilidade».

Assim, uma clara componente do discurso de Woerner, tem a ver com as pretensões do imperialismo, e/ou dificuldades económicas e sociopolíticas particularmente sensíveis em períodos de transformação, para pôr em causa a própria realidade do socialismo. Uma política que se tem traduzido na prática, quer em campanhas directamente anti-socialistas, quer fazendo pesar a arma económica. E que se alimenta de factos e problemas reais, mas também de ilusões e pretensões.

A este respeito é oportuno relembrar aqui palavras de Gorbatchov no Conselho da Europa — inequívocas: «O facto de os Estados europeus pertencerem a diferentes sistemas sociais é uma realidade. O reconhecimento desta realidade histórica e o respeito pelo direito soberano de todos os povos a escolherem livremente o sistema social é **a principal premissa** de desenvolvimento da cooperação na Europa».

A aposta no militarismo

Woerner não se ateve nas suas declarações às afirmações anti-socialista. Foi igualmente claro no que respeita à continuidade da aposta no militarismo, e de facto mesmo na corrida aos armamentos.

«Mesmo com a espectacular melhoria nas relações Leste-Oeste», disse, «a aliança não pode permitir-se uma segurança desvalorizada. As armas e os conceitos, que conservaremos no final de uma redução multilateral de forças, deverão manter-se modernas e eficazes».

Note-se que tal afirmação simultaneamente significa: que a Nato é de facto obrigada a caminhar no sentido da redução de armamentos — um facto cuja importância nunca será de mais sublinhar; que a NATO tenta tornear esta realidade, a que já não pode fugir, apostando em manter algumas portas, ou frinchas que sejam, abertas a uma prática particularmente perigosa — a «melhoria qualitativa» dos armamentos.

No mesmo sentido cai aliás a decisão do presidente Bush, que segundo o jornal «The Washington Times» afirmou que os Estados Unidos continuarão a produzir armas químicas, mesmo depois de entrar em vigor um novo tratado internacional sobre a sua destruição. Uma decisão que, a ser de facto real, surge como uma barreira num momento em que amplas perspectivas se abrem para a aprovação de uma convenção internacional sobre a proibição de armas químicas.

Os planos oeste-alemães

As necessidades — geradas pelas rivalidades objectivas deste nosso mundo contemporâneo de desanuviamento, desarmamento, cooperação, continuam a não ser entendidas enquanto tal (ou seja, como necessidades objectivas) pelo imperialismo.

Assim se compreendem as declarações do secretário-geral da NATO, como a proposta aposta em novas e mais sofisticadas armas (como fórmula de tornear o processo de desarmamento).

Um outro facto — de hoje — testemunha deste «desentendimento» e dos perigos que lhe são subjacentes.

Utilizando (e estimulando) um momento difícil na vida sociopolítica da RDA, e cozinhando a seu modo (na verdade pervertendo-a) a ideia de uma Europa unida no respeito da sua diversidade, a RFA está a apostar forte em velhos sonhos de uma Alemanha reunificada... sob a tutela do capitalismo.

«O objectivo é acabar com o actual *status quo* na Europa», diz o jornal «Die Welt», precisando que uma Alemanha reunificada deverá instaurar em todo o seu território «uma democracia semelhante à que reina na RFA» (ou seja, com interdições profissionais, perseguições aos imigrantes, generalizado controlo policial dos cidadãos, desemprego...).

Para a concretização de tal objectivo, representantes da RFA na NATO esforçam-se por fazer aceitar por parte dos seus aliados um plano em várias etapas, que, numa primeira fase, deveria impor aos Estados a Leste do Oder, de um «estatuto de neutralidade». Uma primeira fase seria baptizada de «etapa de autodeterminação interna», e uma segunda «etapa de autonomia limitada». Assim se atingiria uma «neutralidade» muito especial, pois, segundo os autores do plano, ela deveria conduzir a «uma comunidade europeia alargada, não excluindo a adesão de novos membros à aliança atlântica»!

É bem outro o sentido das propostas por parte do socialismo.

«Esperamos que o espírito de realismo prevaleça também no futuro já que todos os povos do continente estão interessados nisso, — diz Gorbatchov **é o único sentido em que pode avançar o processo benéfico de aproximação entre o leste e o ocidente que fará ruir todos os muros de inimizade, alienação e desconfiança entre os povos europeus».**

Uma opção bem diversa das que se afirmam em Bona, Bruxelas, ou Washington.

Após tentativa abortada de golpe

EUA estão prontos a apoiar nova intentona no Panamá

Na semana passada o Panamá foi novamente abalado por uma tentativa de golpe desencadeado por 20 oficiais superiores com o objectivo de derrubar o general Noriega. Após sete horas de sangrentos combates os militares rebeldes capitularam, no entanto as reacções norte-americanas que se seguiram ao fracasso da intentona deixam claramente antever que a situação naquele país continuará conturbada e que novas tentativas serão empreendidas para afastar o «incómodo» Noriega da direcção do Panamá.

Os acontecimentos tiveram início no interior do quartel-general das Forças de Defesa do Panamá (FDP) onde deflagrou um tiroteio entre os homens do Batalhão Urracá e as tropas panamianas que se mantiveram ao lado de Noriega, o qual terá ficado em poder dos revoltosos durante cinco horas. Apesar disso, graças à acção de unidades como os Batalhões Dignidade, compostos por civis armados e a divisão especial Batalhão Elite 2000 a revolta foi esmagada.

Entretanto, a rádio nacional emitiu um comunicado em que os golpistas anunciavam ser sua intenção «convocar eleições gerais com a maior brevidade possível e solicitar a intervenção da Organização dos Estados Americanos para a preparação do acto eleitoral».

Logo após a rendição dos insurrectos, o general Manuel António Noriega fez uma declaração perante as câmaras de televisão em que acusou os Estados Unidos de serem os «principais responsáveis» pelo ocorrido que considerou ser «uma consequência da perpétua agressão dos EUA contra a tranquilidade do nosso país».

Por seu turno os Estados Unidos apressaram-se a desmentir qualquer participação na tentativa de golpe de Estado e tanto o presidente Bush como o porta-voz do Pentágono, Pete Williams, asseguraram que o seu país é alheio àqueles acontecimentos. Contudo, embora sem participarem directamente nas operações, tropas do Comando Sul do Exército dos EUA, acantonado no Canal do Panamá, bloquearam possíveis vias por onde se poderiam deslocar forças fiéis a Noriega. De acrescentar que o secretário da Defesa dos EUA, Dick Cheney, teve conhecimento de que a intentona seria executada por oficiais da confiança do general.

Neste contexto, é significativa a declaração do secretário de Estado norte-americano, James Baker, segundo o qual «os EUA conservam a opção de utilizar as forças americanas» tendo desta vez mantido «as distâncias porque os rebeldes tinham poucas probabilidades de conseguir vencer». James Baker viria mais tarde a confirmar uma notícia do «Washington Post» de que os Estados Unidos chegaram a considerar a possibilidade de deter Noriega, de uma ou de outra forma, durante a abortada tentativa de golpe, autorizando para isso o comandante das forças americanas no Panamá a capturar secretamente o general para uma base norte-americana, o que só não se concretizou porque a rebelião foi rapidamente contida. Baker admitiu mesmo a hipótese de o seu país apoiar uma nova tentativa de golpe de Estado no Panamá usando para isso «todos os meios disponíveis».

É pois provável que os Estados Unidos estejam à espera de uma oportunidade mais favorável, esperançados de que Noriega se encontre mais fraco do que antes do golpe, vendo este último como uma prova do isolamento crescente que ameaça o general. O conflito armado latente pode assim rebentar a qualquer momento uma vez que os bloqueios económicos que arruínam o país não parecem capazes de vergar a vontade do povo panamiano que exige a devolução do canal no ano 2000, e os Estados Unidos declararam já que não entregarão aquele objectivo estratégico ao governo actual cuja legitimidade não reconhecem, numa clara violação do tratado Torrijos-Carter assinado entre os dois Estados.

HUNGRIA

Congresso do POSH cria novo partido

O congresso do Partido Operário Socialista Húngaro (POSH), decidiu, por uma maioria de 80,7% dos votos, a extinção do próprio POSH, que é substituído pelo Partido Socialista Húngaro (PSH).

Os estatutos do PSH definem o novo partido como organização política marxista, combinando «as tradições do socialismo e do comunismo».

O programa aprovado apoia a propriedade privada (de acordo com as leis húngaras já existentes, são autorizadas empresas privadas ocupando até um máximo de 500 pessoas) e preconiza o termo do que considera «os preconceitos relativamente à propriedade privada, uma das forças condutoras indispensáveis do crescimento».

O secretário-geral do POSH, Haroly Grosz, votou contra a extinção do partido, juntamente com outros 159 delegados.

Reszoe Nyers, presidente do POSH, afirmou que «a criação do novo partido implica uma ruptura definitiva com a ditadura do proletariado e a sua ideologia e com as reminiscências ainda existentes do centralismo democrático».

O jornal do POSH, agora do PSH, apareceu sem a frase «Proletários de todos os países, uni-vos». O emblema do novo partido, que se afirma «sucessor legítimo do POSH», é um cravo vermelho.

Entretanto, e no que refere a uma importante questão – a organização das bases do partido, com necessários reflexos na sua composição e carácter – uma proposta apresentada pela maioria dos principais dirigentes da nova formação, no sentido de que fosse vedado ao novo partido a constituição de organizações partidárias nas empresas, foi derrotada por grande maioria.

É de salientar que cerca de 10% dos militantes do POSH – 78 mil – abandonaram o partido entre 1 de Janeiro e 1 de Outubro deste ano. 2600 novas adesões registaram-se este ano. A maior taxa de abandonos registou-se nas regiões industriais do país.

Internacional

Cimeira dos «Cinco» condena apoios à Unita

Os chefes de Estado dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPs) apelaram aos EUA e à África do Sul para cessarem o seu apoio à Unita, de modo a permitir a aplicação integral dos acordos de Nova Iorque e a criação de condições favoráveis ao processo de paz em Angola, sob a mediação do presidente zairense.

O apelo consta do comunicado oficial divulgado no final da cimeira extraordinária dos «Cinco», a semana passada em Luanda, em que se salienta de forma positiva os esforços desenvolvidos pelo governo angolano e particularmente pelo presidente Eduardo dos Santos na procura da paz para Angola.

No comunicado, os presidentes da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola referem a má-fé e a falta de seriedade com que a Unita participa no processo negocial para a paz em Angola, de que a rejeição dos entendimentos de Gbadolite é prova evidente.

A cimeira, cujos trabalhos decorreram em Luanda, procedeu à análise da situação na África Austral, a cooperação mútua e a evolução da conjuntura mundial. De acordo com o presidente coordenador dos «Cinco» e presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, «Nino» Vieira, os objectivos da cimeira foram «plenamente atingidos», tendo os trabalhos decorrido num espírito construtivo e de abertura.

Profundamente preocupados com a «inobservância por parte da Unita dos compromissos solenemente assumidos em Gbadolite», que tem tido como consequência o prolongamento do luto e do sofrimento do povo angolano», os «Cinco» decidiram exortar aquela organização a adoptar uma posição que favoreça a «implementação dos entendimentos de Gbadolite», clarificados nas cimeiras de Harare e de Kinshasa, realizadas a 22 de Agosto e 18 de Setembro, respectivamente.

Os chefes de Estado manifestaram ainda o seu apoio à iniciativa de paz do governo moçambicano e os princípios que o orientam, considerando-os «realistas e consentâneos» com as aspirações do povo de Moçambique com vista ao estabelecimento da paz e à reconciliação nacional.

Depois de analisarem o processo de implementação da Resolução 435/78 da ONU sobre a Namíbia, os «Cinco» instam o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, a prosseguir os esforços, através do seu representante na Namíbia, para a criação de condições que permitam a realização de eleições livres e justas naquele território.

Também a cooperação entre os «Cinco» e Portugal foi tema de debate, tendo os representantes dos PALOPs acordado «no princípio da realização de reuniões de consultas dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros» respectivos sempre que necessário, tendo em vista a promoção de relações que contribuam para o seu desenvolvimento económico.

Finalmente, os chefes de Estado regozijaram-se pela crescente importância que assume a cooperação político-diplomática entre os seus países, que se tem traduzido numa estreita coordenação da sua aceitação e participação nos esforços da comunidade internacional tendentes a encontrar soluções para os principais problemas da Humanidade.

De regresso da RDA conversa com Octávio Pato

De regresso da RDA, onde participou nas comemorações oficiais do 40.º aniversário da criação da Alemanha Democrática, o camarada Octávio Pato deu conta, em breve conversa com o «Avante!», de algumas das suas impressões.

Na conversa havida, Octávio Pato destacou, antes do mais, o «grande significado e projecção» das comemorações, que contaram com a presença de 70 delegações estrangeiras, «com os mais altos dirigentes dos países socialistas e dirigentes de muitos outros países de todos os continentes dos países socialistas e dirigentes de muitos outros países de todos os continentes, de partidos comunistas e operários e de movimento de libertação».

Como Octávio Pato quis salientar, o que mais o impressionou nas comemorações, foi o desfile da juventude na noite de dia 6. Um desfile de «enorme grandeza». «Ao longo de duas horas e meia, numa avenida equivalente à faixa central da nossa Av. da Liberdade, desfilaram de forma compacta mais de 100 mil jovens. Com eles, desfilaram umas 16 ou 18 bandas de música, compostas de jovens, muitos deles com a idade de 10 a 15 anos». Um «desfile inesquecível!», nas palavras do dirigente comunista.

Pato sublinhou, por outro lado que «convém lembrar que o regime socialista da RDA fez do seu país um dos mais desenvolvidos do mundo. E essa enorme transformação fez-se sem a exploração de outros povos ou países e sem riquezas naturais especiais, enfrentando simultaneamente sérias dificuldades, em vários períodos, devidas à pressão imperialista».

Realizações e realidades que não têm apenas significado para o povo da RDA. Antes assumem projecção internacional e antes do mais no quadro europeu.

Octávio Pato realça que «a RDA se tornou um poderoso pilar de estabilidade e de segurança na Europa, um posto avançado da paz», para comentar de seguida: «Por isso não é de estranhar que aqueles que pretendem rever as fronteiras do pós-guerra, assim como os revanchistas nazi-fascistas que na RFA levantam cabeça, procurem atiçar dificuldades e escolham a RDA como alvo».

Na opinião de Pato, «os dirigentes do PSUA e do governo não ignoram os problemas e as dificuldades que existem, apesar do povo da RDA possuir em todos os domínios um dos mais elevados níveis de vida e de desenvolvimento do mundo».

Afirmando que «a guerra ideológica e psicológica ultimamente desencadeada contra a RDA, não se pode desligar da campanha mais geral que pretende pôr em causa o socialismo e as suas conquistas», Octávio Pato diz vizar esta campanha múltiplos objectivos, «designadamente atrair para a RFA quadros especializados que se formaram na RDA». E refere as ofertas de trabalho, avançadas pela RFA, utilizando nomeadamente a televisão. Isto apesar do desemprego existente na Alemanha Ocidental.

A concluir, Pato sublinhou que «temos confiança na RDA e no socialismo».

Delegações do PCP visitaram a RDA

A convite do Comité Distrital de Erfurt do PSUA, visitou aquele distrito da RDA uma delegação da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP, constituída pelo camarada Jorge Matos, membro do CC e dos camaradas José Manuel Lobato e Manuel Fernandes da Silva, membros da Comissão Distrital de Braga.

Também uma delegação da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP), integrada pela camarada Helena Medina, membro do CC e do executivo e secretariado da DORP, e pelos camaradas António Filipe, membro do secretariado da DORP e Valdemar Madureira, membro da DORP e da Comissão Concelhia de Matosinhos, visitou a RDA, a convite da organização distrital de Leipzig do PSUA.

As duas visitas, integradas no quadro das relações de amizade e cooperação entre as referidas organizações dos dois partidos, visaram a participação dos camaradas da DORM e da DORP nas cerimónias comemorativas do 40.º aniversário da Fundação da RDA.

***Os camaradas** Carlos Carvalhas, membro suplente da Comissão Política e deputado ao Parlamento Europeu, e Octávio Teixeira, membro suplente do Comité Central e deputado à Assembleia da República, no regresso da União Soviética onde, em representação do PCP, se deslocaram para contactar e informar do desenvolvimento do processo de reestruturação económica em curso naquele país*

Conferência CAME/CEE em Moscovo

Tem início no sábado, em Moscovo, uma conferência internacional sobre as perspectivas e principais orientações de desenvolvimento das relações entre o CAME e a CEE. Na iniciativa participam representantes da Comissão das Comunidades Europeias, do Parlamento Europeu e firmas ocidentais, dirigentes do Comité Executivo e do Secretariado do CAME, da Comissão para as Relações Económicas Exteriores do Conselho de Ministros da URSS, da Câmara do Comércio Externo e Indústria e ainda cientistas soviéticos e estrangeiros.

Em debate vão estar as perspectivas de cooperação a nível de empresas, organizações científico-técnicas e financeiras dos países membros do CAME e da CEE e eventuais consequências de um mercado único na Europa ocidental para a cooperação económica entre as duas comunidades.

Recorda-se que foram já assinados alguns acordos bilaterais da CEE com a Checoslováquia, Hungria e Polónia, mas que o diálogo entre as duas organizações propriamente ditas tem sido limitado a temas gerais, sem resultados concretos.

Problemas de habitação agravam-se nos EUA

Cerca de duzentas mil pessoas manifestaram-se no passado sábado, em Washington, exigindo uma habitação condigna e protestando contra os cortes nos programas federais de habitação.

De acordo com a estimativa divulgada pela associação de 250 grupos que promoveu o protesto, há actualmente cerca de três milhões de pessoas, incluindo famílias com crianças, que não possuem casa, prevendo-se que até ao ano dois mil atinjam os 19 milhões, se não forem tomadas medidas.

Também o aumento do analfabetismo funcional preocupa os norte-americanos. Segundo um responsável do Instituto de Estudos de Southport, «a América está perante uma crise de analfabetismo funcional» e «setenta e cinco por cento daqueles que vão constituir a mão-de-obra americana no ano 2000 já deixaram de estudar», estimando-se que «27 milhões desses jovens apresentam graves lacunas na sua preparação básica».

O analfabetismo funcional entre a população adulta nos EUA atingiu tais proporções que empresários norte-americanos decidiram contribuir com 25 mil milhões de dólares anuais para elevar o nível escolar dos seus trabalhadores. Num recente encontro de John Akers, presidente da IBM, com o presidente Bush, aquele transmitiu as preocupações do patronato sobre a matéria. No final da audiência, em declarações aos jornalista, Akers afirmou ser necessário «criar um sistema educativo eficiente nos próximos dez anos» se os EUA quiserem «manter o desenvolvimento económico num mundo onde a competição é cada vez maior».

Presidente do Afeganistão não se demite

O presidente do Afeganistão, Najibullah, rejeitou a sugestão do Paquistão para que se demita do seu cargo de presidente do país e do Partido Democrático Popular, no poder, a fim de favorecer as negociações com os «mujeheddines».

Em declarações à imprensa, Najibullah considerou ser «absurdo quando alguém pretende negociar com um partido e indica ao mesmo tempo quem deve chefiá-lo», salientando que se os EUA e o Paquistão estivessem seriamente interessados em solucionar o problema afegão levariam em conta as realidades existentes no país. E a realidade é que, após a retirada das tropas soviéticas, o seu partido ganhou coesão, enquanto os «mujaheddines» a perderam, frisou.

O presidente afegão defendeu a realização de negociações directas entre o governo de Cabul e os «mujaheddines», a convocação de uma conferência nacional de paz com a participação de todos os agrupamentos existentes no país, um cessar-fogo de seis meses e a formação de um governo de coligação. Admitiu ainda a convocação do conselho de chefes tribais para a adopção de uma nova Constituição e uma lei sobre eleições gerais, a realizar sob o controlo de organismos internacionais.

Nujoma defende reconciliação na Namíbia

O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, apelou há dias à reconciliação nacional namibiana, incluindo os elementos que integram as forças de segurança da Namíbia, organização criada pela África do Sul.

Discursando perante cerca de 70 mil pessoas em Oshakati, na Ovambolândia, Nujoma alertou no entanto que a SWAPO não aceitaria «nem a ilegalidade, nem a humilhação, nem a degradação do país por qualquer poder».

Internacional

RDA — 40 ANOS

Os grandes êxitos e os problemas

O 40.º aniversário do jovem Estado socialista alemão, a RDA, comemora-se num momento difícil, em que, de par das indiscutíveis e significativas realizações, na construção da sociedade socialista, se entrecruzam sintomas de descontentamento, em particular entre a juventude, e o seu aproveitamento (e estímulo) numa grande campanha conduzida pela RFA.

Campanha e descontentamento que se têm vindo a concretizar, em particular, na corrente de milhares de jovens refugiados para a RFA. País onde, de par do aproveitamento político, se desenvolve uma verdadeira «caça» aos jovens especializados (e na opinião do próprio patronato oeste-alemão — «bem formados»), que não estarão em muito boas condições para avançar particulares exigências enquanto trabalhadores.

As dificuldades do momento presente, e os problemas de desenvolvimento do socialismo que elas reflectem, não devem entretanto obscurecer a envergadura do muito que foi realizado nestes 40 anos, e que situou a RDA entre os 10 países mais desenvolvidos no plano económico, a nível mundial.

E, o que é mais importante, um crescimento económico que ignora «custos sociais» como o desemprego, custos que marcam de forma dramática (para os trabalhadores...) o crescimento económico no quadro do capitalismo.

As realizações

A RDA ocupa, hoje, mesmo no seio da comunidade socialista, uma posição de particular realce no que diz respeito às realizações na esfera social. Realizações que andam também ligadas a um dinâmico desenvolvimento da economia.

Em 1971, o 8.º Congresso do PSUA (Partido Socialista Unificado Alemão) adoptava uma estratégia de desenvolvimento baseada na unidade das políticas económica e social.

Esta estratégia tem dado as suas provas. Desde 71, o crescimento médio anual do rendimento bruto tem sido de mais de 4%. A produção industrial mais que duplicou, acompanhada (e este é um elemento muito importante) de uma diminuição constante do consumo de energia, de matérias-primas e de materiais no processo de produção, com ganhos da ordem dos 25 a 30% desde 80.

Um outro facto de assinalar — desde 1986 que este crescimento económico se baseia totalmente na elevação da produtividade do trabalho.

O desenvolvimento no plano económico não se traduziu em qualquer perda de postos de trabalho ou de regalias por parte dos trabalhadores. Nos últimos dez anos, mais de 600 000 trabalhadores da indústria, da construção e dos transportes foram reorientados para outras actividades, nomeadamente para a produção de bens de consumo, mantendo-se os mesmos níveis de vida.

A ligação do económico ao social traduz-se em grandes progressos na solução de diversos problemas sociais.

Desde 1971 já foram construídos mais de três milhões de novos apartamentos. No que se refere a equipamentos sociais, é de salientar, por exemplo, que hoje as necessidades em creches estão cobertas em mais de 85%, enquanto no que se refere à infantil, já estão cobertas a 100%. Também desde 71, os rendimentos líquidos da população aumentaram em 92%. Entre 1970 e 1988, o volume de vendas no comércio a retalho praticamente duplicou.

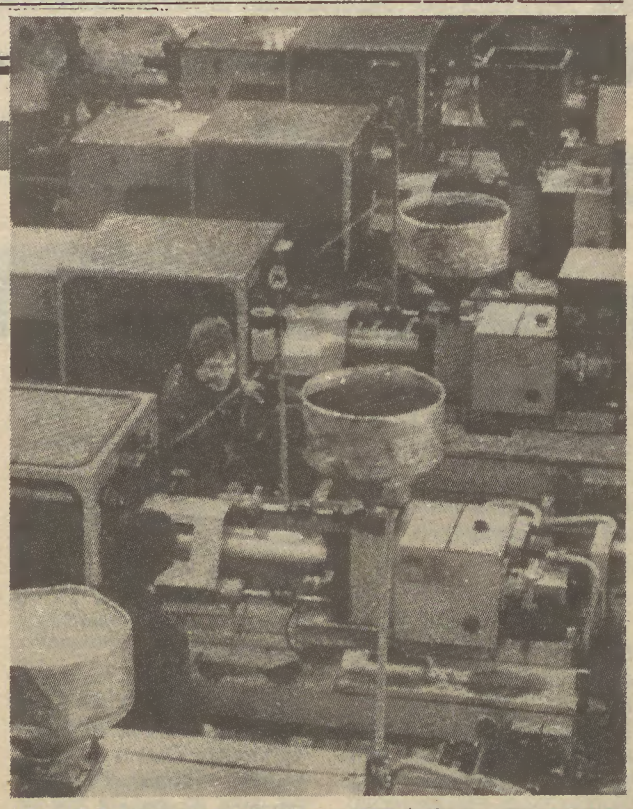
Os problemas e os esboços de resposta

É evidente que também ao longo destes anos outras necessidades se desenvolveram, que ainda não receberam resposta. Trata-se, nomeadamente, de bens de consumo de longa duração — nesse domínio coloca-se em particular o problema dos preços.

Mas os problemas estão longe de se cingir a questões de ordem económica, tanto mais que o nível de vida na RDA é particularmente elevado, e não se registam assimetrias sensíveis.

Reflectindo sobre a saída de milhares de jovens para a RFA, têm vindo a surgir alguns esboços de análise por parte de dirigentes da RDA, que apontam vias de compreensão dos acontecimentos (e de possíveis transformações a encarar na vida deste país socialista).

Num encontro com estudantes, em Setembro, o vice-ministro da Cultura da RDA, e membro do PSUA, Klaus Hopcke, abordou algumas questões importantes, numa exposição parcialmente transcrita no «Junge Welt».



***Um dinâmico desenvolvimento económico**, sem os custos sociais do capitalismo, é um facto a assinalar no 40 aniversário da RDA, tanto mais quanto esse desenvolvimento se processou em condições difíceis. Não por acaso, na sua intervenção, Honecker referiu «o bloqueio a que estivemos submetidos, político e económico»*

«Temos naturalmente que reflectir sobre que circunstâncias da vida do país podem levar a que neste ou naquele surja o desejo de deixar a sua pátria» — diz Klaus Hopcke, que defende «o diálogo sobre os factos e a sua interpretação, a abertura para propostas que conduzam à solução dos problemas levantados» em todos os domínios da vida social.

Evocando a relação entre o alto grau de formação que caracteriza o ensino na RDA e a participação de cada um na solução dos problemas, pergunta-se: «se cada um de nós está pronto a participar activamente no alargamento da democracia socialista no seu domínio de responsabilidade? Para algumas das pessoas que assumem funções de direcção, isto deve significar pôr realmente fim à tendência para ter os outros numa situação à dependência, a considerar-se como seus tutores».

Também a ministra do Ensino Público, Margot Honecker, destacou em recente entrevista: «temos de debater sobre as tarefas quotidianas, por exemplo o aperfeiçoamento da democracia socialista, de forma a que cada cidadão sinta a RDA como país em que pode participar na construção, nas decisões e na responsabilidade. Não é suficiente falar sobre o assunto, mas deve-se actuar.

O discurso de Gorbatchov

Setenta delegações estrangeiras estiveram presentes nas comemorações do 40.º aniversário da RDA, mas naturalmente, e por força do impacto da *perestroika* a nível mundial, o discurso de Gorbatchov esteve, neste plano, no centro das atenções.

O dirigente soviético começou por relembrar a história para sublinhar a façanha que foi, nas dificílimas condições do pós-guerra, a construção do socialismo na RDA. Mas não só. A invocação da história impôs-se igualmente para lembrar o que muitos não desejariam que o fosse — a divisão da Alemanha não surgiu da iniciativa da URSS: «primeiro foi criada a RFA e só mais tarde, no leste do país, foi decidido criar um Estado alemão de operários e camponeses».

Falando da realidade actual, no que à RDA, também se refere, disse Gorbatchov: «Claro está que a RDA tem os seus próprios problemas do desenvolvimento que devem ser analisados e resolvidos. São gerados tanto por necessidades internas do desenvolvimento da sociedade, como pelo processo geral de modernização e renovação iniciado no mundo socialista.

«Todos os Estados são abrangidos pelos processos de integração e remodelação de ordem internacional económica e política. Ninguém pode estar indiferente em relação aos problemas globais e exigências da revolução técnico-científica.

«Não duvidamos que o Partido Socialista Unificado da Alemanha, tendo grande potencial intelectual, rica experiência e prestígio político, poderá resolver em conjunto com todas as forças sociais os problemas que se põem perante a República e preocupam os seus cidadãos. Trata-se no fundo de revelar as possibilidades do socialismo, regime dos trabalhadores e do poder do povo».

Outro elemento importante do discurso de Gorbatchov, — sublinhando a necessidade de realismo na política internacional, e em particular no contexto europeu, o dirigente soviético chamou a atenção para a transcendente «importância de duas conclusões fundamentais a que a humanidade chegou neste século à custa de imensos sacrifícios.

«Primeiro, na era nuclear, em que a humanidade se colocou perante a necessidade de sobreviver, todos os problemas essenciais só podem ser resolvidos em conjunto, por via pacífica e por meios políticos, qualquer outra opção seria fatal para todos.

«Segundo, a história obedece a leis próprias e a um ritmo próprio que é função do grau de maturidade dos factores de desenvolvimento objectivos e subjectivos. Ignorá-los é gerar novos problemas».

Um alerta que também se aplica a quaisquer pretensões de alterar o quadro político europeu, através de acções que mais terão a ver com o velho clima de «guerra-fria», como são os projectos alimentares na RFA, de uma reunificação da Alemanha, ao jeito do capital da RFA.

PCP envia saudação ao PSUA

O PCP esteve representado nas comemorações oficiais do 40.º aniversário da RDA, realizadas em 6 e 7 de Outubro, em Berlim, pelo camarada Octávio Pato, membro do secretariado do CC do PCP.

O PCP assinalou ainda a efeméride com uma mensagem do CC, enviada ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha, mensagem que aqui reproduzimos na íntegra.

Queridos camaradas

Por ocasião das celebrações do 40.º Aniversário da República Democrática Alemã, transmitimo-vos, e por vosso intermédio aos comunistas e ao povo da RDA, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao longo dos 40 anos da sua existência a RDA socialista resolveu problemas de extraordinária complexidade, alcançou êxitos inquestionáveis na promoção dos interesses económicos, sociais e espirituais dos trabalhadores e do povo, deu uma valiosa contribuição para a defesa da paz na Europa e no mundo, grangeou merecido prestígio internacional. O PCP, que possuindo e lutando pelo seu próprio projecto de socialismo para Portugal sempre foi solidário com a RDA e os países socialistas, deseja-vos novos e grandes sucessos no processo de edificação da nova sociedade livre da exploração do homem pelo homem.

As celebrações do 40.º Aniversário da RDA tem lugar num contexto internacional particularmente complexo. Os grandes progressos alcançados em matéria de desarmamento, de desanuviamento e de cooperação internacional não significam que o imperialismo tenha mudado a sua natureza e abandonado os seus propósitos de revanche social e hegemonia mundial.

É neste quadro que o PCP considera e combate as campanhas visando deformar e denegrir a realidade da RDA e de outros países socialistas e as tentativas da reacção internacional para, aproveitando problemas e complexos processos de mudança em curso em países socialistas, interferir nos seus assuntos internos e pôr mesmo em causa as fronteiras do após-guerra, como preconizam as forças revanchistas que na RFA e outros países de novo levantam cabeça.

Tudo isto exige na opinião do PCP o fortalecimento da cooperação e solidariedade recíprocas das forças do progresso social e da paz, dos países socialistas, dos partidos comunistas e operários.

Queridos camaradas

Com votos de grandes sucessos na edificação do socialismo na RDA confirmamos a nossa vontade de prosseguir e reforçar as relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum da paz e do socialismo.

AVANTE!

«Com a presença de 80 jovens de Lisboa e de outros pontos do País, realizou-se, no dia 22 de Outubro, um Encontro da Juventude Democrática em que estiveram presentes os candidatos oposicionistas da juventude de Lisboa e Porto.

Nesta reunião, que decorreu cheia de juvenil entusiasmo e ardor democrático, falaram vários oradores expondo os principais problemas da juventude e marcando a sua irredutível oposição à política fascista e colonialista do governo de Salazar. Os jovens aprovaram, entre outros documentos, um Manifesto da juventude dirigido à Nação, o programa dos candidatos da Juventude, um comunicado desmascarando a política repressiva do governo e uma moção exigindo a amnistia para todos os presos políticos.»

(«Encontro da Juventude Democrática» — «Avante!», VI série, n.º 308, 2.ª quinzena de Outubro de 1961)

AVANTE!

«Orientada superiormente por Salazar e conduzida directamente pelo ministro do Interior, que por todo o País vem "fabricando" activamente o resultado eleitoral em reuniões com as autoridades policiais, administrativas e dirigentes locais da "União Nacional", o governo desencadeou em todo o País uma onda de prisões, intimidações e arbitrariedades políticas de toda a ordem. Esta acção concertada das autoridades fascistas à escala nacional visa impedir ou limitar ao mínimo a intervenção da oposição na campanha eleitoral.»

(...)

«Em **Braga** foi cortada arbitrariamente uma lista da Oposição e proibidas as suas actividades mesmo antes da decisão do Tribunal quanto ao recurso. A lista aprovada sofreu igualmente a imposição de limitações e restrições à sua propaganda.

No **Porto** desencadeou-se todo um "mecanismo", comandado policialmente, tendente a vedar aos democratas a utilização da rádio, dos edifícios públicos e mesmo o aluguer de casas de espectáculo, assim como a impressão dos documentos da Oposição.

Em **Coimbra** o governador civil dá ordens telefónicas às tipografias para não imprimirem nenhuns documentos da Oposição e num despacho toma um tom ameaçador e policial para com os candidatos oposicionistas.

Em **Santarém** é rejeitada arbitrariamente a lista da Oposição, baseada numa informação da polícia política e não na livre decisão do governador civil, o qual se submete servilmente às decisões da PIDE que para aterrorizar os democratas e as massas dos distritos desencadeou acções policiais em Torres Novas e em Alpiarça, onde prendeu dezenas de trabalhadores e democratas.

Em **Lisboa** o governo prendeu destacados democratas e realiza demonstrações e manobras das forças repressivas nas ruas com o fim de intimidar os democratas e as massas. (...)

Em **Moçambique** a campanha eleitoral foi pura e simplesmente suspensa, impedindo toda a actividade da Oposição, sendo esta medida baseada no ridículo pretexto de que era necessário um ambiente de calma até à decisão do Tribunal.»

(«"Eleições" fascistas, uma onda de prisões e arbitrariedades» — «Avante!», VI série, n.º 308, 2.ª quinzena de Outubro de 1961)

Agenda

Avante!
Ano 59 – Série VII
N.º 824
12 de Outubro de 1989
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Quinta 12

• **SINTRA**

Plenário de militantes em **S. Pedro,** às 21.30.

Sexta 13

• **ALMADA**

Plenário de **trabalhadores das autarquias,** às 18 horas, no Centro de Trabalho concelhio.

Plenário descentralizado da célula de **Lisnave,** às 18.30, no CT concelhio.

• **AMADORA**

Reunião da Coordenadora e activistas da CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV) na freguesia da **Brandoa,** às 21.30, no Pavilhão dos Reformados.

• **BARREIRO**

Plenário de militantes no concelho, com o camarada **Domingos Abrantes,** da Comissão Política e do Secretariado do CC, às 21.30, na colectividade «Os Leças».

• **PORTO**

No CT da Boavista, às 21.30, conferência-debate sobre a Revolução Francesa, com **Arsénio Nunes,** docente universitário.

• **VIALONGA**

Plenário de militantes na freguesia, às 21.30, no CT.

Sábado 14

• **ALMADA**

Plenário concelhio de quadros, para preparar as eleições autárquicas, com **Domingos Abrantes,** a partir das 15 horas, no CT concelhio.

• **BARREIRO**

Plenário descentralizado da célula da **Lisnave,** às 21.30, no CT.

• **LISBOA**

Comício da coligação «Por Lisboa», às 15.30, no Campo Pequeno, com intervenções de Jorge Sampaio, Rui Godinho, André Martins, Alfredo Cruz e Gomes Mota.

• **PORTO**

Inauguração do CT em **Lordelo do Ouro:** 15.30 – visita/inauguração do CT (Rua da Mouteira); 16.00 – fado, sardinha assada, intervenções políticas de Oliveira Dias e Nuno Teixeira; 20.00 – jantar comemorativo no CT da Boavista, interv. política de **Edgar Correia,** da Comissão Política do CC.

• **SINTRA**

Plenário de militantes em **Belas,** às 21.30, na sala da Telescola.

Reunião da CDU em **Terrugem,** no CT do PCP, às 21.00.

Domingo 15

• **CASCAIS**

Plenário de militantes na freguesia do **Estoril,** a partir das 10.30, no CT de Cascais.

• **SINTRA**

Encontro-convívio da CDU (com almoço), a partir das 13 horas, na Escola de Messa **(Algueirão).**

Caravanas CDU, com partida às 10 horas dos CTs de **Queluz, Cacém** e **Algueirão.**

Segunda 16

• **ALMADA**

Plenário de militantes na freguesia da **Cova da Piedade,** às 21.30, no CT concelhio.

• **BARREIRO**

Plenário de candidatos e activistas da CDU, às 21.30, no CT concelhio, com o camarada Carlos Humberto, suplente do CC.

Terça 17

• **PORTO**

No CT da Boavista, às 21.30, conferência-debate «RDA – 40 anos de socialismo», com um conferencista do PSUA.

• **SINTRA**

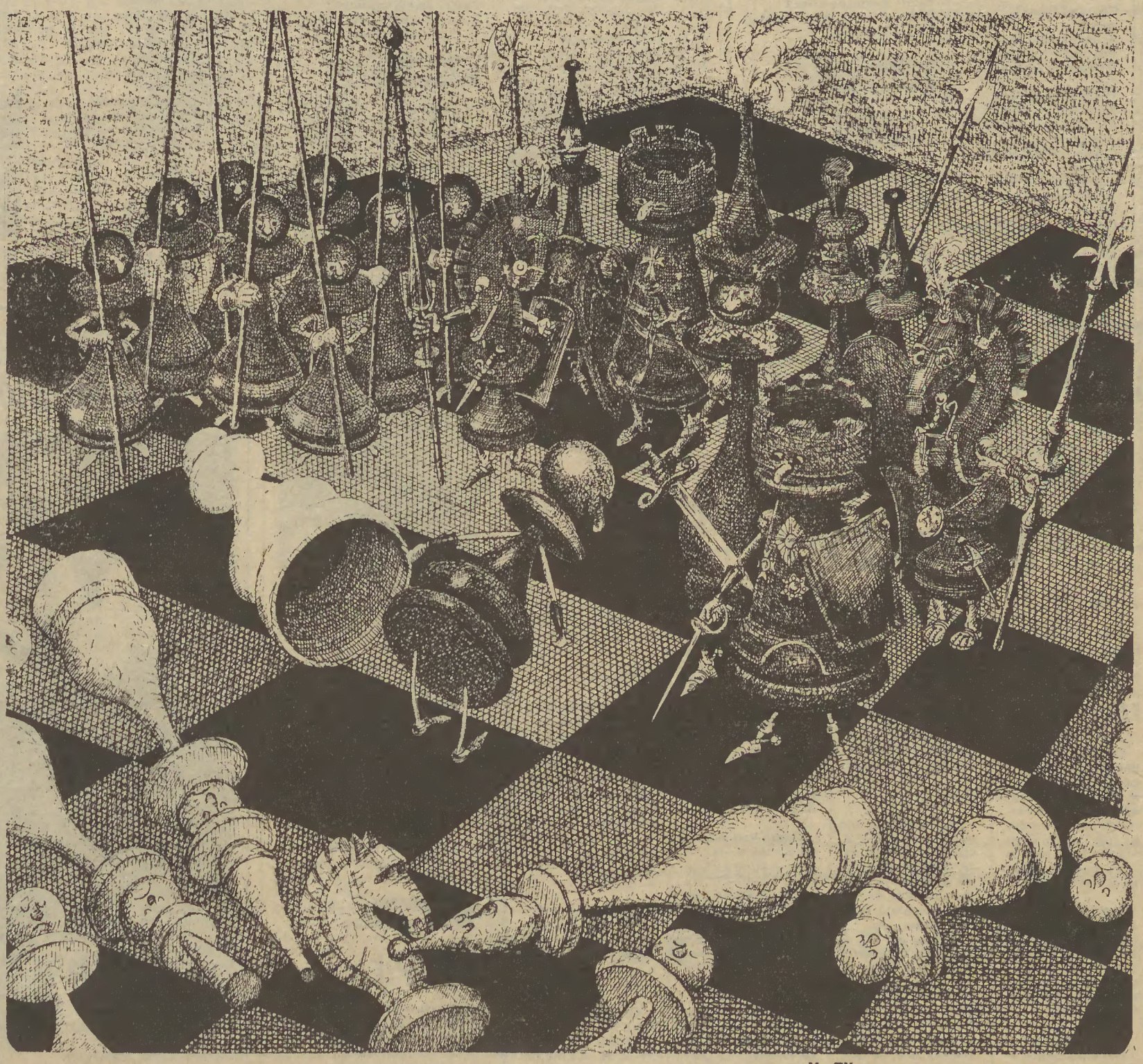
Plenário de militantes em **Queluz,** a partir das 21 horas.

Quarta 18

• **PORTO**

No CT da Boavista, às 21.30, conferência-debate, «RDA – êâ anos de socialismo», com um conferencista do PSUA.

ANTOLOGIA



V. Tilman *(URSS) in «Krokodil» n.º 30 – 10/1988*

TV — O Programa

Quinta 12

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga** (55.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Um Anjo na Terra** (14.º epis.)
14.15 – **Chuva na Areia** (37.º e 38.º epis.)
15.10 – **À Descoberta da Vida Selvagem** (1.º prog.)
15.40 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central** (19.º epis.)
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Guilherme Tell** (19.º epis.)
19.00 – **Jogo de Cartas** (concurso, 15.ª sessão)
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando** (146.º epis.)

21.05 – **Onassis** (4.º e últ. epis.)
22.00 – **Histórias do Incrível e do Bizarro** (3.º epis.)
22.50 – **24 Horas**
23.20 – **Remate**
23.30 – **Procissão das Velas** (transm. em diferido de Fátima)

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (322.º epis.)
15.25 – **Agora Escolha** (Dick Powel e Perry Mason)
16.55 – **O Rapaz do Campo** (1.º epis.)
17.20 – **Trinta Minutos Com...**
17.50 – **Sinhá Moça** (166.º epis.)
18.25 – **A Guerra de Katrine** (7.º e últ. epis.)
19.25 – **O Reverso da Medalha** (11.º epis.)
20.20 – **Primeiro Andamento: Mozart**, por Maria João Pires
20.45 – **Obras-Primas da pintura**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude** (7.º epis.)
22.00 – **Hora da Verdade**
23.00 – **Hitchcock apresenta...**

Sexta 13

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Fátima:** transmissão directa das cerimónias religiosas
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Gloss** (18.º epis.)
14.15 – **Chuva na Areia**
15.10 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.40 – **O Hospital Central**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Guilherme Tell**
18.50 – **Os Espectaculares Recordes Guiness**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Nova Missão Impossível** (4.º epis.)
22.05 – **Telemundo**
22.35 – **Chefe, mas pouco** (13.º epis.)
23.05 – **24 Horas**
23.30 – **Remate**
23.45 – **Pela noite Dentro** «Glitter», real. Jackie Cooper (EUA/1984, 95 min)

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha** (Vingadores e Bulman)
16.55 – **3, 2, 1 Contact** (3.º epis.)
17.25 – **Trinta Minutos Com...**
17.55 – **Sinhá Moça**
18.30 – **Haja Música**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.25 – **As Cidades e as Terras**
20.50 – **Obras-Primas da Pintura**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **A Beira do Fim** (série policial, 1.º epis.)
22.20 – **Acerto de contas**
22.50 – **A Era Nuclear** (4.º epis.)
23.50 – **Rotações**

Sábado 14

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
12.00 – **Retratos Sinfónicos** (4.º e últ. prog. — Beethoven, com Álvaro Cassuto e a Nova Filarmonia Portuguesa)
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Olto e Basta** (3.º epis.)
14.05 – **Parlamento**
14.30 – **Crime, Disse Ela** (16.º epis.)
15.15 – **Cousteau — A Redescoberta do Planeta** (4.º epis.)
16.20 – **Sessão da Tarde** «A Amante», real. David Lowell Rich (EUA/1984, 95 min.)
18.00 – **Viva a Música**
18.45 – **O Ser e o Não Ser**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
21.30 – **Fados** («Jaz morto e arrefece», real. Luís Filipe Costa)
22.30 – **Pisca, pisca** (4.º prog.)
23.30 – **Cinema da Meia-Noite** «Doze Indomáveis Patifes», real. Robert Aldrich (EUA/1967, 149 min)

RTP2

9.00 – **Via Rápida**
10.00 – **TV 101** (4.º epis.)
10.50 – **A Aventura do Impossível** (5.º epis.)
12.00 – **Compacto «Amor com Amor se Paga»**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Music Box Especial** (Eurythmics)
20.30 – **Fanny e Alexandre** (1.º epis.)
21.15 – **Estádio**

Domingo 15

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
10.15 – **TV Rural**
10.45 – **70x7**
11.15 – **Missa**
12.00 – **Juventude e Família**
13.00 – **Notícias**

13.10 – **Tigres e Elefantes da Índia** (3.º e últ. epis.)
14.05 – **Missão Secreta** (real. André de Toth, EUA/1952, 90 min.)
15.55 – **Lotaria europeia**
17.10 – **Alô, alô** (12.º epis.)
17.35 – **É Tudo Comédia**

17.50 – **Ricardina e Marta** (4.º epis.)
19.00 – **MacGyver** (2.º epis.)
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Dear John** (4.º epis.)
21.10 – **Depois da Guerra** (3.º epis.)
22.10 – **Domingo Desportivo**

RTP2

9.00 – **Music Box Especial**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
14.00 – **Veterinário de Província** (6.º epis.)
15.00 – **Troféu**
17.00 – **Sobrevivência** (7.º epis.)
17.50 – **Quem Sai aos Seus** (14.º epis.)
18.15 – **Imagem e Imagens**
18.40 – **Café Central**
19.40 – **Os Trintões** (3.º epis.)
20.40 – **Artes e Letras:** Eu, Mário Botas
21.30 – **Cineclube** «Sangue Cigano», real. Nicholas Ray (EUA/1956, 83 min.)

Segunda 16

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **A Rota de Howard**
14.25 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Magnata – a História de uma Mulher** (5.º e últ. epis.)
22.35 – **24 Horas**
23.05 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Os Cinco**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
18.40 – **Sonho Adiado**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Elogio da Leitura**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Bailado:** «1789», de Maurice Béjart.

Terça 17

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **As Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Primeira Página**

22.05 – **Crónica do Crime**
23.05 – **24 Horas**
23.35 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Os Filhos dos Flinstones**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
19.00 – **Music Box** «Via Rápida»
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Cinemagazine**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cinemadois:** «As Cólicas de um Arquitecto», real. Peter Greenaway (Grã-Bretanha/1987, 114 min.).

Quarta 18

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
14.15 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Servagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.30 – **Lotação Esgotada:** «2001 – Odisseia no Espaço», real. Stanley Kubrick (EUA/1968, 136 min.)
23.10 – **24 Horas**
23.40 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Os Campeões**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
19.00 – **A Aventura da Vida**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Lusitânia Expresso**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Dona Beija** (5.º epis.)
22.00 – **Som da Surpresa.**

Filmes

«Hitchcock apresenta...» — 5.ª, 23.00, RTP-2
«Glitter» — 6.ª, 23.45, RTP-1
«A Amante» — sáb. 16.20, RTP-1
«Jaz Morto e arrefece» — sáb, 21.30, RTP-1
«Doze Indomáveis Patifes» —sáb. 23.30, RTP-1
«Missão Secreta» dom., 14.05, RTP-1
«Sangue Cigano» — dom., 21.30, RTP-2
«As Cólicas de um Arquitecto» — 3.ª, 21.30, RTP-2
«2001 — Odisseia no Espaço» — 4.ª, 21.30, RTP-1

Música

Quinta
20.20, RTP-2: **Primeiro andamento**
Sexta
18.30, RTP 2: **Haja Música**
Sábado
09.00, RTP-2: **Via Rápida**
12.00, RTP-1: **Retratos Sinfónicos**
18.00, RTP-1: **Vivamúsica**
19.30, RTP-2: **Music Box Especial:** Eurythmics
Domingo
09.00, RTP-2: **Music Box Especial**
Terça
19.00, RTP-2: **Music Box** «Via Rápida»
Quarta
22.00, RTP-2: **O Som da Surpresa**

Bailado

Segunda
21.30, RTP-2: «1789», de Maurice Béjart, pelo Ballet Lausanne

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.20), 6.ª (23.30), 2.ª (23.05), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.40)
Rotações — RTP-2. 6.ª, 23.50
Estádio — RTP-2, sáb. 16.00 e 21.15
Troféu — RTP-2, dom. 10.00 e 15.00
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.10

Novo lançamento

VIDEO CRAC filmes — O CINEMA DE QUALIDADE EM SUA CASA

Pedidos a CRAC SERVIÇOS
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3
Queluz Ocidental — 2745 QUELUZ

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, *Sala 1* – De 3.ª a dom., às 21.30. **Como É Diferente o Amor em Portugal**, de Fernando Gomes a partir de Júlio Dantas. *Café-Teatro*. 6.ª e sáb. às 23.30. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Instituto Franco-Português — Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 h. **Boulevard Boulevard**, de Georges Feydeau, enc. Carlos Quevedo.

Palco Oriental — Teatro do Beato — Cç. Duque de Lafões, 78. 6.ª, sáb. e dom. às 22.00. **Navalha na Carne**, de Plínio Marcos, pelo Teatro Os Patolas.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy end**, textos de Dorothy Lane-/Bertold Brecht, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb, às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, pelo Grupo de Teatro Hoje. Até dia 29.

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B (Casa dos tabuenses). De 5.ª a sáb. às 21.30. **Um Demónia na Vitrine**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, Rua Conde de Ferreira. 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Marco Milhão**, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite.

• PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Leitinho do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

Para Crianças

• LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Teatro Maizum, Casa dos Tabuenses (S. Bento). Sáb e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Boto.

Cinema — A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Pedro o Louco	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★
B	Ambição de Glória	★★★	—	—	★★★
C	Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★★
D	Fuga Sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
E	Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★
F	Não Dês Bronca	★★★★	—	—	★★★★
G	007 – Licença para Matar	—	★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Jean Luc Godard – **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 22.00, 24.00; 6.ª e sáb. às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00).
B — Real. Steven Spielberg — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), — **Amoreiras/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30), **Eden** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Las Vegas** (15.15, 18.30, 21.30), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **Lisboa**
C — Real. Sydney Lumet – **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**
D — Real. Pedro Almodovar **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 6.ª e sáb. 14.30, 16.30, 18.30, 20.30, 22.30, 00.30), **Cine Portela** (15.15, 21.15) **Lisboa**
E — Real. Spike Lee – **Amoreiras/7** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — **Lisboa.**
F — Real. John Glen **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/3** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **Lisboa.**

...e ainda — Música. debates. etc.

Música em Almada...

Encerra este fim-de-semana a Quinzena da Música de **Almada. Hoje** actuam a Orquestra Ligeira de Pinhal de Frades e o Quarteto de Jazz de João Balão (21.30, Teatro Academia); **amanhã** — Recital de Guitarra de Natacha e Luís Garcez (18.30, Teatro Municipal), «Duas margens, uma foz», com Nuno Gomes dos Santos e o Coro Alentejano do Feijó, Maria Guinot, Paulo de Carvalho, Cândido Mota e outras (21.30, Teatro Academia), e o Coro de Câmara de Lisboa, dirigido por Teresita Gutierrez Marques, com comentários de José Atalaya (21.30, Clube de Instrução e Recreio do **Laranjeiro**).

Sábado o programa inclui: 16.30, na Igreja do Castelo, Coros da SFUAP (dir. Ana Paula Acácio); 18.00, no Teatro Municipal, Recital de Walter Lopes (guitarra clássica); 18.30, no CIR do Laranjeiro, Coro e Banda da Academia Almadense; 21.30, na escola Emídio Navarro, «Aula Pública», pelo Alunos Projecto Musicalmente; 21.30, no Teatro Academia, com comentários de José Atalaya, João António Almeida (piano)/«Os Bahdal» (dir. Jorge Matta). **Domingo**, no Teatro Academia, actuam o Ensemble Português de Clarinetes (dir. António Saiote), às 18.30, e o Grupo Colectiva (dir. Constança Capdevile), 21.30.

...e no Barreiro

Prosseguindo o ciclo «A Cidade e a Música», a decorrer durante todo o mês de Outubro no Barreiro, realiza-se **sábado**, às 21.30, no auditório da biblioteca um recital de canto com Dulce Cabrita. **Domingo**, às 17 horas, a orquestra ligeira da Incrível Almadense actua na Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense.

Exposições...

• LISBOA

Amália Rodrigues – 50 Anos – A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

Ana Clérigo — pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb. das 15 às 19. De 6 (18.30) a 27/10.

Antão Almada — Pintura. Galeria Ícaro, rua Presidente Arriaga, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19 (até 4/11).

Artefactos Melaníssios — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

Artist's Prints — aspectos da arte contemporânea dos Países Baixos. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16. Das 10 às 18, até fim de Outubro.

Bonecas do Japão – Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Bonecas com Traje da Índia — Museu do Traje, Parque do Monteiro Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 17.30.

Carlos Leitão — Pintura. Forum Picoas, de 2.ª a 6.ª, das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19. Até dia 13.

Colectiva de pintura (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

De Manet a Chagall — Pintura (Braque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas, Dufy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso, Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).

Eleutério Sanches — Pintura. Hotel Meridien, até 23/10.

Fernando Alvim — Pintura. Gal. Novo Século, Rua de «O Século», 23-A/B. De sexta-feira (22 h) até dia 27, 3.ª a sáb., das 14 às 20.

Goya – Gravuras (das séries «Caprichos», «Desastres da Guerra», «Tauromaquia», «Disparates», «Provérbios»). Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda.

J. Seward Johnson – Esculturas em bronze. Jardins da Fundação Gulbenkian (até 30/9).

José Luís Tinoco — Pintura. Gal. Triângulo 48, R. D/Vasco da Gama, 48-A

Judite dos Santos — «Trabalho e lazer» (instalação e fotomurais). Fundação Gulbenkian.

Júlio Resende — Pintura. Gal. Nasoni, Av. Col. Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Paiva Raposo — Gravura. Galeria Soctip, Rua D. Estefânia (ao Arco do Cego). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. da 9.30 às 13. Até 20/10.

Pedro Proença — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. (fecha no feriado) das 15 às 20.

Rever Lisboa – Fotografias da colecção da Câmara Municipal de Lisboa. Monumento das Descobertas (Belém). Das 9 às 19; à 2.ª das 14 às 19.

Roger Raveel — Desenhos e guaches. Fundação Gulbenkian (piso 01).

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Yousuf Karsh — Fotografia. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (abre hoje às 18.00).

Óleos recentes de **Júlio Resende** *na Nasoni de Lisboa*

Escultura de **João Duarte** *em Vila Franca de Xira*

Teixeira Bernardes («O Bambino», pintura). De 3.ª a dom. das 14.30 às 20, na Galeria Múltiplo, C.C. Somar, ESPINHO.

Thomaz de Mello/Tom — Pintura. Das 15 às 24, na Galeria do Casino do ESTORIL.

Azulejos do Concelho de Loures (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

Arqueologia Industrial — A Indústria Conserveira e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 MATOSINHOS.

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.

Arte Portuguesa Contemporânea — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Fernando Lanhas, João Cutileiro, José Guimarães, Júlio Pomar, Júlio Resende, Luís Dourdil e Nadir Afonso. Gal. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, Loja 8, PORTO.

Pintura Portuguesa Contemporânea — 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Até 31/3, de 4.ª a 2.ª, das 10 às 13 e das 14 às 17, Gal. de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de QUELUZ.

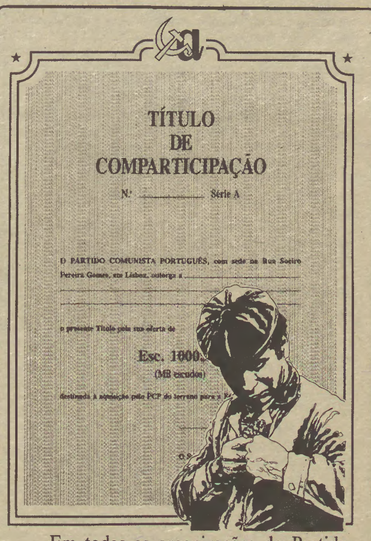
3.º Salão Nacional de Caricatura — Até dia 29, em PORTO DE MÓS.

Colectiva de Fotografia (Álvaro Rosendo, Celina Morais, Hervé Dangla, Helder Lage, Victor Ferreira). De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e das 20.30 às 23, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 20.30 às 23. Centro Cultural Emmerico Nunes. SINES.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Petra R. Gruehn — Pintura. Das 10 às 13 e das 15 às 19, Posto de Turismo de VIANA DO ALENTEJO.

João Duarte — Escultura. De amanhã (19.00) até 15/11, das 15 às 22 (encerra 2.ª), na Galeria Municipal de Exposições (Av. Pedro Vítor, 88), VILA FRANCA DE XIRA.



Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os **Títulos de Comparticipação** da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

Tempo — Fim de Semana

Céu muito nublado. Possibilidade de aguaceiros e trovoadas na sexta e no sábado, em especial nas regiões do Centro e do Sul. Descida de temperatura.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

TV — O Programa

Quinta 12

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga** (55.º epis.)
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Um Anjo na Terra** (14.º epis.)
14.15 – **Chuva na Areia** (37.º e 38.º epis.)
15.10 – **À Descoberta da Vida Selvagem** (1.º prog.)
15.40 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central** (19.º epis.)
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Guilherme Tell** (19.º epis.)
19.00 – **Jogo de Cartas** (concurso, 15.ª sessão)
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando** (146.º epis.)

21.05 – **Onassis** (4.º e últ. epis.)
22.00 – **Histórias do Incrível e do Bizarro** (3.º epis.)
22.50 – **24 Horas**
23.20 – **Remate**
23.30 – **Procissão das Velas** (transm. em diferido de Fátima)

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas** (322.º epis.)
15.25 – **Agora Escolha** (Dick Powel e Perry Mason)
16.55 – **O Rapaz do Campo** (1.º epis.)
17.20 – **Trinta Minutos Com...**
17.50 – **Sinhá Moça** (166.º epis.)
18.25 – **A Guerra de Katrine** (7.º e últ. epis.)
19.25 – **O Reverso da Medalha** (11.º epis.)
20.20 – **Primeiro Andamento: Mozart**, por Maria João Pires
20.45 – **Obras-Primas da pintura**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Maude** (7.º epis.)
22.00 – **Hora da Verdade**
23.00 – **Hitchcock apresenta...**

Sexta 13

RTP1

9.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Fátima:** transmissão directa das cerimónias religiosas
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Gloss** (18.º epis.)
14.15 – **Chuva na Areia**
15.10 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.40 – **O Hospital Central**
17.25 – **Brinca Brincando**
18.20 – **Guilherme Tell**
18.50 – **Os Espectaculares Recordes Guiness**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Nova Missão Impossível** (4.º epis.)
22.05 – **Telemundo**
22.35 – **Chefe, mas pouco** (13.º epis.)
23.05 – **24 Horas**
23.30 – **Remate**
23.45 – **Pela noite Dentro** «Glitter», real. Jackie Cooper (EUA/1984, 95 min)

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha** (Vingadores e Bulman)
16.55 – **3, 2, 1 Contact** (3.º epis.)
17.25 – **Trinta Minutos Com...**
17.55 – **Sinhá Moça**
18.30 – **Haja Música**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.25 – **As Cidades e as Terras**
20.50 – **Obras-Primas da Pintura**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **A Beira do Fim** (série policial, 1.º epis.)
22.20 – **Acerto de contas**
22.50 – **A Era Nuclear** (4.º epis.)
23.50 – **Rotações**

Sábado 14

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
12.00 – **Retratos Sinfónicos** (4.º e últ. prog. — Beethoven, com Álvaro Cassuto e a Nova Filarmonia Portuguesa)
13.00 – **Notícias**
13.10 – **Olto e Basta** (3.º epis.)
14.05 – **Parlamento**
14.30 – **Crime, Disse Ela** (16.º epis.)
15.15 – **Cousteau — A Redescoberta do Planeta** (4.º epis.)
16.20 – **Sessão da Tarde** «A Amante», real. David Lowell Rich (EUA/1984, 95 min.)
18.00 – **Viva a Música**
18.45 – **O Ser e o Não Ser**
19.10 – **Sete Folhas**
19.45 – **Totoloto**
20.00 – **Jornal de Sábado**
21.15 – **Boletim Meteorológico**
21.30 – **Fados** («Jaz morto e arrefece», real. Luís Filipe Costa)
22.30 – **Pisca, pisca** (4.º prog.)
23.30 – **Cinema da Meia-Noite** «Doze Indomáveis Patifes», real. Robert Aldrich (EUA/1967, 149 min)

RTP2

9.00 – **Via Rápida**
10.00 – **TV 101** (4.º epis.)
10.50 – **A Aventura do Impossível** (5.º epis.)
12.00 – **Compacto «Amor com Amor se Paga»**
16.00 – **Estádio**
19.30 – **Music Box Especial** (Eurythmics)
20.30 – **Fanny e Alexandre** (1.º epis.)
21.15 – **Estádio**

Domingo 15

RTP1

9.00 – **Juventude e Família**
10.15 – **TV Rural**
10.45 – **70x7**
11.15 – **Missa**
12.00 – **Juventude e Família**
13.00 – **Notícias**

13.10 – **Tigres e Elefantes da Índia** (3.º e últ. epis.)
14.05 – **Missão Secreta** (real. André de Toth, EUA/1952, 90 min.)
15.55 – **Lotaria europeia**
17.10 – **Alô, alô** (12.º epis.)
17.35 – **É Tudo Comédia**

17.50 – **Ricardina e Marta** (4.º epis.)
19.00 – **MacGyver** (2.º epis.)
20.00 – **Jornal de Domingo**
20.30 – **Boletim Meteorológico**
20.35 – **Dear John** (4.º epis.)
21.10 – **Depois da Guerra** (3.º epis.)
22.10 – **Domingo Desportivo**

RTP2

9.00 – **Music Box Especial**
10.00 – **Troféu**
13.00 – **Caminhos**
13.30 – **Novos Horizontes**
14.00 – **Veterinário de Província** (6.º epis.)
15.00 – **Troféu**
17.00 – **Sobrevivência** (7.º epis.)
17.50 – **Quem Sai aos Seus** (14.º epis.)
18.15 – **Imagem e Imagens**
18.40 – **Café Central**
19.40 – **Os Trintões** (3.º epis.)
20.40 – **Artes e Letras:** Eu, Mário Botas
21.30 – **Cineclube** «Sangue Cigano», real. Nicholas Ray (EUA/1956, 83 min.)

Segunda 16

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Às Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **A Rota de Howard**
14.25 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Magnata – a História de uma Mulher** (5.º e últ. epis.)
22.35 – **24 Horas**
23.05 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Os Cinco**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
18.40 – **Sonho Adiado**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Elogio da Leitura**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Bailado:** «1789», de Maurice Béjart.

Terça 17

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **As Dez**
12.05 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
13.30 – **Dallas**
14.15 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Selvagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Primeira Página**

22.05 – **Crónica do Crime**
23.05 – **24 Horas**
23.35 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora Escolha**
16.55 – **Os Filhos dos Flinstones**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
19.00 – **Music Box** «Via Rápida»
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Cinemagazine**
21.00 – **Jornal das Nove**
21.30 – **Cinemadois:** «As Cólicas de um Arquitecto», real. Peter Greenaway (Grã-Bretanha/1987, 114 min.).

Quarta 18

RTP1

09.00 – **Bom Dia**
10.00 – **Amor com Amor se Paga**
13.00 – **Jornal da Tarde**
14.15 – **Chuva na Areia**
15.15 – **À Descoberta da Vida Servagem**
15.45 – **Ponto por Ponto**
16.45 – **O Hospital Central**
17.30 – **Brinca Brincando**
18.30 – **Guilherme Tell**
19.00 – **Jogo de Cartas**
19.30 – **Telejornal**
20.05 – **Boletim Meteorológico**
20.15 – **Sassaricando**
21.05 – **Vamos Jogar no Totobola**
21.30 – **Lotação Esgotada:** «2001 – Odisseia no Espaço», real. Stanley Kubrick (EUA/1968, 136 min.)
23.10 – **24 Horas**
23.40 – **Remate.**

RTP2

15.00 – **Filhos e Filhas**
15.25 – **Agora, Escolha**
16.55 – **Os Campeões**
17.30 – **Trinta Minutos Com...**
18.00 – **Sinhá Moça**
19.00 – **A Aventura da Vida**
19.30 – **O Reverso da Medalha**
20.30 – **Lusitânia Expresso**
21.00 – **Jornal das Nove**

21.30 – **Dona Beija** (5.º epis.)
22.00 – **Som da Surpresa.**

Filmes

«Hitchcock apresenta...» — 5.ª, 23.00, RTP-2
«Glitter» — 6.ª, 23.45, RTP-1
«A Amante» — sáb. 16.20, RTP-1
«Jaz Morto e arrefece» — sáb, 21.30, RTP-1
«Doze Indomáveis Patifes» —sáb. 23.30, RTP-1
«Missão Secreta» dom., 14.05, RTP-1
«Sangue Cigano» — dom., 21.30, RTP-2
«As Cólicas de um Arquitecto» — 3.ª, 21.30, RTP-2
«2001 — Odisseia no Espaço» — 4.ª, 21.30, RTP-1

Música

Quinta
20.20, RTP-2: **Primeiro andamento**
Sexta
18.30, RTP 2: **Haja Música**
Sábado
09.00, RTP-2: **Via Rápida**
12.00, RTP-1: **Retratos Sinfónicos**
18.00, RTP-1: **Vivamúsica**
19.30, RTP-2: **Music Box Especial:** Eurythmics
Domingo
09.00, RTP-2: **Music Box Especial**
Terça
19.00, RTP-2: **Music Box** «Via Rápida»
Quarta
22.00, RTP-2: **O Som da Surpresa**

Bailado

Segunda
21.30, RTP-2: «1789», de Maurice Béjart, pelo Ballet Lausanne

Desporto

Remate — RTP-1, 5.ª (23.20), 6.ª (23.30), 2.ª (23.05), 3.ª (23.35) e 4.ª (23.40)
Rotações — RTP-2. 6.ª, 23.50
Estádio — RTP-2, sáb. 16.00 e 21.15
Troféu — RTP-2, dom. 10.00 e 15.00
Domingo Desportivo — RTP-1, 22.10

Novo lançamento

VIDEO CRAC filmes — O CINEMA DE QUALIDADE EM SUA CASA

Pedidos a CRAC SERVIÇOS
Avenida Gen. Humberto Delgado, Lote 13, CZ n.º 3
Queluz Ocidental — 2745 QUELUZ

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

Casa da Comédia, Rua S. Francisco Borja, 24. De 3.ª a dom., às 22.00. **What Happened to Madalena Iglésias?**, de Filipe La Féria.

Comuna, Pç. de Espanha, *Sala 1* – De 3.ª a dom., às 21.30. **Como É Diferente o Amor em Portugal**, de Fernando Gomes a partir de Júlio Dantas. *Café-Teatro*. 6.ª e sáb. às 23.30. **Festival da Otite**, de Carlos Paulo.

Instituto Franco-Português — Av. Luís Bivar, 91. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16 h. **Boulevard Boulevard**, de Georges Feydeau, enc. Carlos Quevedo.

Palco Oriental — Teatro do Beato — Cç. Duque de Lafões, 78. 6.ª, sáb. e dom. às 22.00. **Navalha na Carne**, de Plínio Marcos, pelo Teatro Os Patolas.

Teatro ABC, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **Ai Cavaquinho**, de E. Damas, C. Oliveira, M. Simões e P. César, enc. Camilo de Oliveira.

Teatro Aberto, Pç. de Espanha. De 5.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Happy end**, textos de Dorothy Lane-/Bertold Brecht, enc. de João Lourenço, pelo Novo Grupo.

Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raúl Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **Céu de Papel**, montagem de textos de Pirandello e Beckett, enc. de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

Teatro da Graça, Trav. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb, às 21.00, dom. às 16.00. **O Filho do Ar**, pelo Grupo de Teatro Hoje. Até dia 29.

Teatro Maizum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75-B (Casa dos tabuenses). De 5.ª a sáb. às 21.30. **Um Demónia na Vitrine**, de Fialho de Almeida, enc. Silvina Pereira.

Teatro Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. também às 16.00. **A Prova dos Números Novos**, revista de H. Santana, F. Nicholson, A. Fraga e Nazareth Fernandes, enc. Maria Helena Matos.

• ALMADA

Teatro Municipal de Almada, Rua Conde de Ferreira. 6.ª e sáb. às 21.00, dom. às 16.00. **Marco Milhão**, de Eugene O'Neill, enc. Joaquim Benite.

• PORTO

Teatro Sá da Bandeira, Rua Sá da Bandeira, 108. De 3.ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O Leitinho do Néné**, de Alfonso Paso, adapt. H. Santana, enc. F. Nicholson (até 30/9).

Para Crianças

• LISBOA

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1. Sáb. e dom. às 16.00. **O Sabor dos Sonhos**, texto e encenação de Carlos Correia.

Teatro Maizum, Casa dos Tabuenses (S. Bento). Sáb e dom. às 16.00. **A Linguagem dos Animais**, de António Boto.

Cinema — A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Pedro o Louco	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★
B	Ambição de Glória	★★★	—	—	★★★
C	Indiana Jones e a Grande Cruzada	★★★	★★★	★★★	★★★★
D	Fuga Sem Fim	★★★★	★★★	—	★★★
E	Mulheres à Beira de Um Ataque de Nervos	★★★	★★★★	★★★	★★★
F	Não Dês Bronca	★★★★	—	—	★★★★
G	007 – Licença para Matar	—	★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. Jean Luc Godard – **Quarteto/1** (15.00, 17.00, 19.00, 22.00, 24.00; 6.ª e sáb. às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00 e 24.00).
B — Real. Steven Spielberg — **Alfa/3** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), — **Amoreiras/1** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), **Berna** (15.15, 18.00, 21.30), **Eden** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) **Império** (15.30, 18.30, 21.30), **Las Vegas** (15.15, 18.30, 21.30), **Mundial/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), **Plaza/2** (14.15, 16.45, 19.00, 21.45), **S. Jorge/2** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **Star** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30). **Lisboa**
C — Real. Sydney Lumet – **Amoreiras/5** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **Lisboa**
D — Real. Pedro Almodovar **Estúdio** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), **Quarteto/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45; 6.ª e sáb. 14.30, 16.30, 18.30, 20.30, 22.30, 00.30), **Cine Portela** (15.15, 21.15) **Lisboa**
E — Real. Spike Lee – **Amoreiras/7** (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), **Amoreiras/7** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), — **Lisboa.**
F — Real. John Glen **Alfa/4** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), **Fonte Nova/3** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15), **Lisboa.**

...e ainda — Música. debates. etc.

Música em Almada...

Encerra este fim-de-semana a Quinzena da Música de **Almada. Hoje** actuam a Orquestra Ligeira de Pinhal de Frades e o Quarteto de Jazz de João Balão (21.30, Teatro Academia); **amanhã** — Recital de Guitarra de Natacha e Luís Garcez (18.30, Teatro Municipal), «Duas margens, uma foz», com Nuno Gomes dos Santos e o Coro Alentejano do Feijó, Maria Guinot, Paulo de Carvalho, Cândido Mota e outras (21.30, Teatro Academia), e o Coro de Câmara de Lisboa, dirigido por Teresita Gutierrez Marques, com comentários de José Atalaya (21.30, Clube de Instrução e Recreio do **Laranjeiro**).

Sábado o programa inclui: 16.30, na Igreja do Castelo, Coros da SFUAP (dir. Ana Paula Acácio); 18.00, no Teatro Municipal, Recital de Walter Lopes (guitarra clássica); 18.30, no CIR do Laranjeiro, Coro e Banda da Academia Almadense; 21.30, na escola Emídio Navarro, «Aula Pública», pelo Alunos Projecto Musicalmente; 21.30, no Teatro Academia, com comentários de José Atalaya, João António Almeida (piano)/«Os Bahdal» (dir. Jorge Matta). **Domingo**, no Teatro Academia, actuam o Ensemble Português de Clarinetes (dir. António Saiote), às 18.30, e o Grupo Colectiva (dir. Constança Capdevile), 21.30.

...e no Barreiro

Prosseguindo o ciclo «A Cidade e a Música», a decorrer durante todo o mês de Outubro no Barreiro, realiza-se **sábado**, às 21.30, no auditório da biblioteca um recital de canto com Dulce Cabrita. **Domingo**, às 17 horas, a orquestra ligeira da Incrível Almadense actua na Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense.

Exposições...

• LISBOA

Amália Rodrigues – 50 Anos – A carreira de Amália Rodrigues através de fotografias, cartazes, pinturas, vestidos, jóias, discos. Museu Nacional do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3.ª a sáb. das 10 às 13 e das 14.30 às 17, dom. até às 18 (até Dezembro).

Ana Clérigo — pintura. Galeria João Hogan, Rua Voz do Operário, 13. De 2.ª a 6.ª, das 14 às 20, sáb. das 15 às 19. De 6 (18.30) a 27/10.

Antão Almada — Pintura. Galeria Ícaro, rua Presidente Arriaga, 70. De 3.ª a sáb. das 14.30 às 19 (até 4/11).

Artefactos Melaníssios — Reflexões Pós-Modernistas — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira. Das 10 às 12.30 e das 14 às 17 (até Dezembro).

Artist's Prints — aspectos da arte contemporânea dos Países Baixos. Gal. Almada Negreiros, Av. da República, 16. Das 10 às 18, até fim de Outubro.

Bonecas do Japão – Fundação Calouste Gulbenkian, Galeria dos Congressos. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Bonecas com Traje da Índia — Museu do Traje, Parque do Monteiro Mor, Paço do Lumiar. De 3.ª a dom. das 10 às 13 e das 14 às 17.30.

Carlos Leitão — Pintura. Forum Picoas, de 2.ª a 6.ª, das 11 às 13.30 e das 14.30 às 19. Até dia 13.

Colectiva de pintura (Alda Nobre, Manuel Vieira, Sofia Areal). Gal. Alda Cortez, Largo de Santos, 1. De 2.ª a sáb. das 15 às 20.

Colectiva de pintura (António Palolo, António Viana, Daniel Nave, Isabel Garcia, João Moreira, José Paulo Ferro, Luís França, Rocha Pinto). Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª, das 10 às 19, sáb. até às 13.

Colectiva de pintura (Manuel Botelho, Pedro Casqueiro, Gil Heitor Cortesão, Pedro Maia, João Jacinto, Pedro Sousa Vieira, Marta Wengorovius). Gal. Módulo, Calçada dos Mestres, 34-A.

Colectiva de tapeçaria. Gal. Tapeçarias de Portalegre (Rua Acad. das Ciências, 2-J). De 2.ª a 6.ª, das 10 às 13 e das 15 às 19.30.

De Manet a Chagall — Pintura (Braque, Bonnard, Cezanne, Chagall, Degas, Dufy, Modigliani, Lachaise, Manet, Matisse, Monet, Picasso, Seurat, Soutine, Utrillo, Van Gogh, entre outros). Fundação Gulbenkian, 3.ª, 5.ª, 6.ª e dom. das 10 às 17, 4.ª e sáb. das 14 às 17.30 (até 29/10).

Eleutério Sanches — Pintura. Hotel Meridien, até 23/10.

Fernando Alvim — Pintura. Gal. Novo Século, Rua de «O Século», 23-A/B. De sexta-feira (22 h) até dia 27, 3.ª a sáb., das 14 às 20.

Goya – Gravuras (das séries «Caprichos», «Desastres da Guerra», «Tauromaquia», «Disparates», «Provérbios»). Galeria de Pintura do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda.

J. Seward Johnson – Esculturas em bronze. Jardins da Fundação Gulbenkian (até 30/9).

José Luís Tinoco — Pintura. Gal. Triângulo 48, R. D/Vasco da Gama, 48-A

Judite dos Santos — «Trabalho e lazer» (instalação e fotomurais). Fundação Gulbenkian.

Júlio Resende — Pintura. Gal. Nasoni, Av. Col. Bordalo Pinheiro, 9-B. De 2.ª a 6.ª das 10.30 às 13 e das 15 às 19.30, sáb. das 15 às 19.30.

Maria Keil — Azulejos. Museu Nacional do Azulejo, Rua da Madre Deus, 4. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Paiva Raposo — Gravura. Galeria Soctip, Rua D. Estefânia (ao Arco do Cego). De 2.ª a 6.ª das 9.30 às 20, sáb. da 9.30 às 13. Até 20/10.

Pedro Proença — Pintura. Gal. Cómicos, Rua Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. (fecha no feriado) das 15 às 20.

Rever Lisboa – Fotografias da colecção da Câmara Municipal de Lisboa. Monumento das Descobertas (Belém). Das 9 às 19; à 2.ª das 14 às 19.

Roger Raveel — Desenhos e guaches. Fundação Gulbenkian (piso 01).

Tapeçarias do Séc. XVI. Galeria do Rei D. Luís, Palácio Nacional da Ajuda, Calçada da Ajuda. De 3.ª a dom. das 10 às 17.

Yousuf Karsh — Fotografia. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (abre hoje às 18.00).

Óleos recentes de **Júlio Resende** *na Nasoni de Lisboa*

Escultura de **João Duarte** *em Vila Franca de Xira*

Teixeira Bernardes («O Bambino», pintura). De 3.ª a dom. das 14.30 às 20, na Galeria Múltiplo, C.C. Somar, ESPINHO.

Thomaz de Mello/Tom — Pintura. Das 15 às 24, na Galeria do Casino do ESTORIL.

Azulejos do Concelho de Loures (Sécs. XVI a XX). Casa do Adro, Rua Fria. De 3.ª a dom. das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17.30 LOURES.

Arqueologia Industrial — A Indústria Conserveira e a industrialização do concelho de Matosinhos. Cave dos Paços do Concelho. De 2.ª a 6.ª das 14 às 17.30, sáb. e dom. das 15 às 18 MATOSINHOS.

Maria Gabriel — Gravura. Clube Lago MONTE ESTORIL.

Arte Portuguesa Contemporânea — Pintura, escultura e desenho de Ângelo de Sousa, António Cruz, Cargaleiro, Fernando Lanhas, João Cutileiro, José Guimarães, Júlio Pomar, Júlio Resende, Luís Dourdil e Nadir Afonso. Gal. Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777, Loja 8, PORTO.

Pintura Portuguesa Contemporânea — 200 obras do espólio do Museu Nacional de Arte Contemporânea. Até 31/3, de 4.ª a 2.ª, das 10 às 13 e das 14 às 17, Gal. de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de QUELUZ.

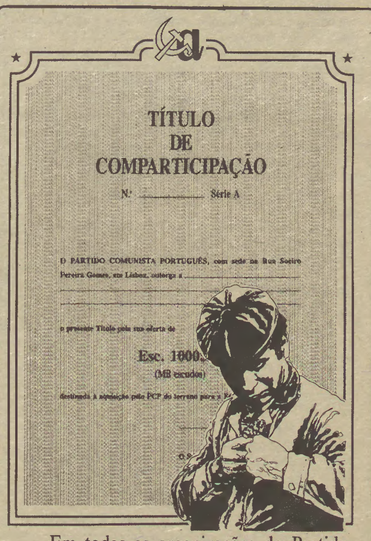
3.º Salão Nacional de Caricatura — Até dia 29, em PORTO DE MÓS.

Colectiva de Fotografia (Álvaro Rosendo, Celina Morais, Hervé Dangla, Helder Lage, Victor Ferreira). De 2.ª a 6.ª das 10 às 19 e das 20.30 às 23, sáb. e dom. das 15 às 19 e das 20.30 às 23. Centro Cultural Emmerico Nunes. SINES.

Luís Andrade — Pintura. Gal. O Outro Lado do Espelho, R. Dr. Alfredo Costa, 14, SINTRA.

Petra R. Gruehn — Pintura. Das 10 às 13 e das 15 às 19, Posto de Turismo de VIANA DO ALENTEJO.

João Duarte — Escultura. De amanhã (19.00) até 15/11, das 15 às 22 (encerra 2.ª), na Galeria Municipal de Exposições (Av. Pedro Vítor, 88), VILA FRANCA DE XIRA.



Em todas as organizações do Partido — e, concretamente, nos Centros de Trabalho — estão ao dispor (e à espera!) dos camaradas e amigos os **Títulos de Comparticipação** da campanha dos 150 000 contos para a compra do terreno da Festa do «Avante!».

Se quiserem contribuir de outro modo, também poderão utilizar a conta bancária n.º 9956/210/0128198 do Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Av. de Berna, em Lisboa.

Tempo — Fim de Semana

Céu muito nublado. Possibilidade de aguaceiros e trovoadas na sexta e no sábado, em especial nas regiões do Centro e do Sul. Descida de temperatura.

(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

A coisa está feia? «Não dramatizemos...»

Rubrica *Parlamento*. cena verdadeiramente lamentável.

Falava-se da próxima moção de censura ao Governo a apresentar pelo PS. Em representação deste, o deputado Jorge Lacão; em defesa do drama, desculpem! em defesa da dama governamental, o deputado Vieira de Castro.

Visivelmente enervado (pois, a falta de razão faz destas coisas...) o enviado da maioria limitou-se a metralhar os espectadores com as cassetes mais grosseiras. Não respondia às questões, não aprofundava nenhuma – mas rebati-as todas, sem o mínimo de argumentação credível.

Que Portugal não ficava dependente da invasão financeira. Mas não explicava porquê. Pronto, negava e era o bastante...

Que a inflação subira? Pois, mas o poder de compra dos salários aumentara! Posto diante da incongruência, meteu a cauda entre as pernas «pois não queria perder o fio do seu raciocínio...»

Que a oposição social era grande confirmou. Mas... mas o quê?... «Mas não dramatizemos...»

Que o Governo precisa de ser alterado? Pois. Mas ao Primeiro-Ministro é que cabia a decisão...

Assim por diante. Para Vieira de Castro aquilo não foi uma emissão: foi um calvário. Coitado dele. O Governo trabalha mal e os deputados depois é que se tramam...

Maneiras de falar que são maneiras de enganar

A informação da RTP é simplesmente abominável. A partir de agora, com a ascensão de Moniz à direcção do primeiro canal, as perspectivas tendem a agravar-se. Primeiro, em Portugal, houve a peste ovina. Veio a seguir a peste suína. Logo depois, a peste equína. Para completar o naipe, faltava esta peste eduardina...

Algumas vezes temos falado aqui dos vários processos de desinformação praticados na RTP. Omite-se; exagera-se; enfraquece-se; mente-se; criam-se caixas de ressonância para os boatos ou para a propaganda.

Mas também se usam maneiras mais... sofisticadas de «conduzir» o receptor. Não é a mesma coisa, quando se fala de Savimbi, falar simplesmente do «Governo de Luanda» ou dizer «Governo marxista de Luanda». Estão a ver?

Uma coisa é dizer apenas «Noriega chefe do governo do Panamá» outra bem diferente é martelar no «Noriega, acusado do tráfico de droga».

Malabarismo do «analista»...

Jornal de Sábado debateu a questão das coligações a nível autárquico, com a participação de Fernando Piteira Santos e Vasco Graça Moura, este último apresentado na categoria de «comentador político». Enfim, entre tantas coisas que ele é, podiam chamar-lhe coisa pior.

Este homem usa um estilo fora de moda, género anticomunismo de ácido sulfúrico. Pertence-lhe a invenção da «maré vermelha» que estaria a avançar sobre Lisboa...

Depois, as suas análises políticas são fabulosas. Não se sabe porquê, vai buscar comparações entre Marcelo Rebelo de Sousa e João Soares, garante que o seu Marcelo é muito melhor, tem mais categoria, desdobra-lhe, reverentemente ridículo, o rol das qualidades: comentador político, foi director de jornais, é professor catedrático, o seu mergulho no Tejo foi uma manifestação de vitalidade, etc., etc. Insiste no perigo comunista. E se alguma análise política faz ele baseia-se pura e simplesmente na batota e na mentira. E quem contra ele degladie com armas honestas logo fica... em desvantagem.

Repare-se, por exemplo, na ginástica que ele faz para demonstrar que o PCP levou o PS à certa, como se «prova» no «*protocolo adicional*» ao acordo PS-PCP: assim, em caso de impedimento do presidente da Câmara, e no período das eleições mais próximas, Rui Godinho ocuparia a presidência...

Primeiro não se vê que prejuízo daí resultaria para quem quer que fosse. O *protocolo adicional* refere-se apenas ao «impedimento temporário» do presidente. Nesse impedimento o substituto presidiria às reuniões camarárias, sendo as actividades asseguradas pelos vereadores que o presidente tivesse indicado. Ao «esquecer» o adjectivo *temporário, o analista* faz qualquer coisa parecida com batota.

Mas há mais. Há a mentira. Ao contrário do que afirma o analista, não *existe no protocolo nada* que indicie o alargamento dos efeitos da coligação «Por Lisboa» aos «concelhos circundantes» da capital. Os limites desta coligação estão claramente estabelecidos.

Graça mentiu. E isso não enobrece nem o seu carácter, nem a sua capacidade de *analista*. Por favor, já agora não se dedique às análises clínicas. A bem dos doentes.

■ ***Ulisses***

Síntese semanal da IMPRENSA

Salada de títulos

A RECONQUISTA DE LISBOA AOS «INFIÉIS»

HÁ NOVOS PERIGOS NO CÉU

PSD À «LAMBADA» POR CAUSA DOS «TACHOS»

FREITAS AO ATAQUE

ABECASIS PRESIDENTE SÓ POR CIMA DO MEU CADÁVER

ALIMENTAÇÃO

Hamburgers americanos estão a chegar; Burger King e McDonald's vão abrir restaurantes em Lisboa e no Porto

■ TEMPO – 4 OUTUBRO 1989

SEMANÁRIO • 7 OUTUBRO 89

Taveira vende Banana's e vai viver em Madrid e L.A.

GOVERNO NEGA ENVOLVIMENTO

«Voltaremos» – prometia o destacável apreendido

Rebelo de Sousa adopta 'estilo de Inverno' O desabafo de Abecasis

Passes sociais, cartas de condução, vales dos CTT, receitas médicas

Portugal não consegue controlar falsificações

SUCESSÃO AO TRONO DE PORTUGAL UM DUCHE INESQUECÍVEL

Com as letras todas VIV'Ó NOSSO REI!

No centro morto

EXPRESSO, SÁBADO 7 DE OUTUBRO 1989

O INDEPENDENTE • 5 DE OUTUBRO DE 1989

Damas

CCXXIII — 12 de Outubro de 1989

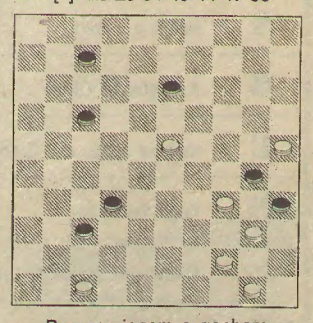
Proposição N.º 223

Por: G.L. Gortmans

1.º Prémio «Humorist», 1937

Pr.: [7]: 7-13-17-30-32-35-37

Br.: [7]: 23-25-34-40-44-47-50



Brancas jogam e ganham

* * *

Golpe N.º 223

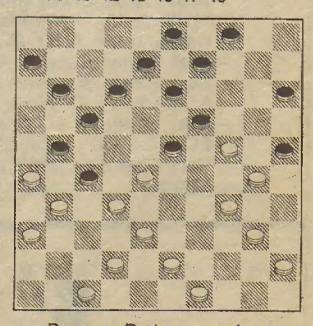
Por: Marcel Deslauriers

Canadá

Combinação vista em 1 minuto!!! ao analisar uma partida B. Sy-P. Roozenburg

Pr.: [15]: 3-4-6-8-9-11-12-13-15--17-19-21-23-25-27

Br.: [15]: 24-26-28-30-31-32-34--36-38-40-42-43-45-47-49



Brancas Pretas e ganham

* * *

Soluções do N.º CCXXIII

Miniatura N.º 223 (L.G.G.: 47--42 (30x39) [Se: (37x48) 25-20...] 44x33 (35x44) 50x39 (37-48)=D 25-20 (48x28) 33x2=D...+

Golpe N.º 223 (M.D.): (9-14) 31x22 (15-20) 20x15 (23x29) 34x23 (25x34) 40x29 (12-18) 23x12 (4-10) 15x4=D (14-20) 4x18 (19-23) 28x19 (17x39) 26x17 (11x42) 47x38 (8x17) e N+

A. de M.M.

Xadrez

CCXXIII – 12 de Outubro de 1989

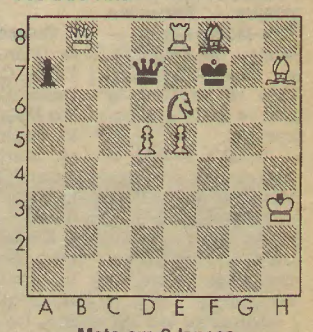
Proposição N.º 223/A

Por: William Bayard Rice

1.º Prémio «Good Companion», 1914

Pr.: [3]: Pa7-Dd7-Rf7

Br.: [8] Ps.d5,é5-Cé6-Bf8,h7--Té8-Db8-Rh3



Mate em 2 lances

*

* *

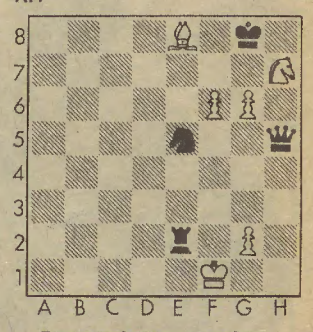
Proposição N.º 223/B

Por: M.S. Liburkin – Leningrad

In **Modern Chess Edings** (N.º 1198), 1986

Pr.: [4]: Cé5-Té2-Dh5-Rg8

Br.: [6]: Ps.f6,g2,g6-Ch7-Bé8--Rf1



Brancas jogam e ganham

*

* *

Soluções do n.º CCXXIII

N.º 223/A (W.B.R.): Chave **1.** Db5! (Ameaça: **2.** D:d7++); 1 ... R:é8: **2.** Bg6++

N.º 223/B (M.S.L.): 1. f7+, C:f7; 2. g:f7+, Rh8; 3. f8=T!++; 2. ..., Rg7; 3. f8=B!++; 2. ..., R:C; 3. f8=C!++

A. de M. M.

O PCP AS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E O MANDATO 1990-1993 DO PODER LOCAL

Encontro Nacional do PCP

Lisboa, 8 de Outubro de 1989

Em Foco /

ÍNDICE

I Eleições autárquicas:
Uma grande batalha, num novo quadro político

II Objectivos, intervenção e campanha eleitoral:
Confiança nos resultados eleitorais

III Poder Local:
As ameaças da direita, a luta democrática

IV Mandato de 1986-1989:
Grandes lutas em defesa do Poder Local
e de significativo avanço no caminho do desenvolvimento

V O PCP e o Poder Local:
Linhas de actuação no primeiro mandato
da década de 90

VI Para uma grande vitória da CDU
e da democracia em Dezembro de 1989

I

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS UMA GRANDE BATALHA, NUM NOVO QUADRO POLÍTICO

1. As próximas eleições para os órgãos das autarquias locais marcadas para o dia 17 de Dezembro vão realizar-se num quadro contraditório. Por um lado, verificou-se um **importante processo de aproximação, entendimento e convergência das forças democráticas**, em que o PCP teve um papel central e em que viu coroadas de êxito propostas que tinha vindo a apresentar e que via persistentemente recusadas. Por outro lado, permaneceu a rejeição absurda, especialmente pelo PS, contrariando necessidades e aspirações de vastos sectores democráticos, de propostas de entendimento em diversos órgãos autárquicos dominados pela direita, através de presidências de Câmaras ou Juntas mas em que as forças democráticas são maioritárias.

Sem prejuízo da grande importância dos acordos estabelecidos e do novo quadro que criaram, permanece o facto de o PCP concorrer coligado na CDU — Coligação Democrática Unitária PCP-PEV em mais de 300 dos 305 municípios do País e em centenas e centenas de freguesias.

A CDU — Coligação Democrática Unitária assume-se como espaço de convergência com amplas provas dadas em que têm lugar todos os que pretendem uma vida melhor para as populações, uma gestão autárquica baseada no trabalho, na honestidade e na competência e uma alternativa à direita.

2. Os acordos estabelecidos entre o PCP, o PS, o PEV e o MDP/CDE em Lisboa, os acordos entre o PCP, o PEV e o PRD no distrito de Setúbal, entre outros acordos com estas últimas e outras forças políticas, são inseparáveis das aspirações unitárias dos trabalhadores e das populações, correspondem a uma luta intensa travada ao longo dos anos e vêm na sequência, nos tempos mais recentes, das propostas renovadas no XII Congresso do Partido Comunista Português, que afirmou ser esta a única base sólida para a construção de soluções alternativas à direita em numerosos municípios e freguesias.

3. Constitui um facto de grande significado e alcance político que, enquanto nas últimas eleições autárquicas se verificaram 41 alianças, explícitas ou disfarçadas, do PS com a direita contra o PCP e seus aliados eleitorais, bem como uma tentativa de os impedir de concorrer a numerosas autarquias, em 1989 concretizou-se a coligação «Por Lisboa», não se verificarão em princípio alianças do PS com a direita (embora este facto não se deva só à iniciativa da direcção do PS) e concluíram-se alguns acordos com o PRD e outros partidos.

A coligação «Por Lisboa», cujo suporte jurídico assenta no Partido Comunista Português, no Partido Socialista, no Partido Ecologista «Os Verdes» e no MDP/CDE, é apoiada ainda politicamente pela Associação Intervenção Democrática, pelo PSR, pela UDP e por muitos outros democratas sem filiação partidária mas que se reconhecem nos objectivos, programa e acção que tal entendimento torna possível, isto é, a derrota da direita e da sua gestão no município de Lisboa.

A formalização e a prática deste vasto acordo não é isenta de contradições e dificuldades, cuja superação tem que assentar essencialmente no respeito pela identidade de cada uma das forças democráticas num constante espírito de diálogo e respeito mútuo.

É conhecida a recusa liminar do Partido Socialista — em várias ocasiões e de novo no início deste ano — das propostas do PCP, ao mesmo tempo que reafirmava a vontade de renovar algumas coligações contranatura que firmou com o PSD e o CDS em anteriores eleições e que tiveram por principal objectivo retirar a presidência da então APU em várias autarquias.

Os factores principais para a alteração parcial destas posições foram o crescimento das aspirações à unidade democrática para derrotar a direita, a falência da gestão autárquica de direita em Lisboa e noutras autarquias, o resultado das eleições para o Parlamento Europeu, em que a CDU foi a força política que teve a maior subida percentual, e aumentou o número de deputados de três para quatro e a erosão da base de apoio do Governo, com reflexo nas mais variadas expressões de descontentamento de muitos sectores sociais e em muitas lutas e movimentações, e a vontade de construir uma alternativa democrática.

4. A afirmação de factores muito favoráveis, que colocam o PCP e a CDU no centro de uma importante movimentação a favor da unidade democrática coexiste com factores desfavoráveis ou com dificuldades que criam uma situação muito complexa:

— A imposição arbitrária e abusiva que obriga a CDU — Coligação Democrática Unitária, a adoptar um novo símbolo e a sigla PCP-PEV;

— A necessidade de usar denominações, símbolos e siglas diferentes nos casos das coligações de Lisboa, de Setúbal e da Covilhã e nos outros municípios em que concorrerá a CDU;

— A necessidade de criticar e se apresentar como alternativa em muitas autarquias a forças políticas com que está coligado ou com quem tem acordos noutras autarquias;

— A actuação eleitoralista do PSD, abusando das suas posições no aparelho de Estado e empresas de comunicação social, para tentar compensar o descrédito do Governo através da demagogia e da manipulação da informação;

— Uma fortíssima campanha anticomunista, proporcional ao medo de uma grande derrota política e eleitoral da direita, e em que participam dirigentes do PS.

II

OBJECTIVOS, INTERVENÇÃO E CAMPANHA ELEITORAL: CONFIANÇA NOS RESULTADOS ELEITORAIS

1. No quadro criado, constituem objectivos eleitorais do PCP, da CDU e das outras coligações em que participa:

— Confirmar a gestão da CDU nos municípios e freguesias em que é actualmente maioritária;

— Obter a vitória da coligação «Por Lisboa», das coligações do PCP e do PEV com o PRD em Setúbal e na Covilhã e da CDU em mais municípios e freguesias;

— Manter e alargar as posições da CDU em minoria e conquistar a representação em órgãos em que não está actualmente presente.

2. Para atingir os objectivos eleitorais do PCP e da CDU nas eleições autárquicas impõe-se uma intervenção eleitoral muito cuidadosa em cada situação concreta que, obedecendo a orientações gerais comuns, tenha em conta que a situação em cada município e freguesia é diferente, quer devido às alianças existentes, quer devido à força maioritária, quer devido às características de gestão por esta executada, à composição social, opções políticas dominantes, natureza dos candidatos, dos adversários políticos e dos candidatos do PCP e da CDU ou dos acordos em que participe.

A diversidade de situações impõe um particular cuidado na adequação da intervenção e discurso político a cada situação concreta, de modo a alargar o mais possível o apoio e a unidade em torno das listas, dos candidatos e das propostas eleitorais da CDU — Coligação Democrática Unitária. Neste quadro, assume grande importância, procurar a participação, nas listas e nas acções da campanha, para além dos comunistas, dos Verdes e da ID, de numerosos independentes, de aderentes do PRD, da UDP e do PSR e de elementos de outros partidos.

3. Tendo em conta estas preocupações específicas, constituem direcções essenciais de trabalho do PCP, no quadro da CDU — Coligação Democrática Unitária e das coligações «Por Lisboa», «Desenvolver Setúbal» e «Mãos à Obra Pela Covilhã»:

3.1. Nos municípios e freguesias de maioria CDU:

— Prestar contas da gestão realizada no mandato, valorizando a obra realizada, as provas dadas e os enormes avanços conseguidos, sem prejuízo do reconhecimento de dificuldades e de assumir insuficiências, quando existam, apontando os caminhos para os superar.

— Apresentar a CDU como a força que está em condições de contribuir para um papel renovado e mais amplo do Poder Local no primeiro mandato da década de 90, não só aprofundando o trabalho realizado nas áreas em que as autarquias têm intervindo mas alargando-o a outros sectores e áreas de intervenção, e perspectivando-o numa óptica inovadora e qualitativamente mais avançada.

3.2. Nos municípios e freguesias em que a CDU está em condições de disputar a vitória:

— Valorizar o trabalho realizado em minoria, quer nos pelouros que estiveram a cargo da CDU, quando é o caso, quer na crítica e apresentação de alternativas ao longo do mandato.

— Analisar cuidadosamente as características marcantes da gestão que a força maioritária tem imprimido à autarquia, comparando-a com a acção nos pelouros cujos responsáveis são da CDU ou com os avanços registados em autarquias de maioria CDU, concretizando com precisão as críticas a fazer ao longo da pré-campanha e da campanha.

— Dar particular realce à superioridade do estilo de intervenção nas autarquias sobretudo em relação ao ritmo e tipos de realizações, à democraticidade e participação popular na gestão, à honestidade, trabalho e competência, justiça e isenção pessoal na gestão, ao entendimento e relações com os cidadãos e a população.

3.3. Nos municípios e freguesias em que a CDU está em minoria e não está em condições de disputar a vitória:

— Afirmar o propósito de intervenção construtiva da CDU em todas as situações e a sua disponibilidade para contribuir para resolver os problemas das populações.

— Salientar que a presença e o reforço da CDU é condição para que a população possa estar informada e acompanhar o que se passa nos órgãos autárquicos e para que seja combatido o eventual compadrio, falta de isenção, ou mesmo corrupção que se verifica com frequência nos casos de maioria absoluta de outros partidos.

— Afirmar que em toda e qualquer situação a presença e o voto na CDU é uma contribuição para derrotar a direita, mesmo que a prazo, é um voto na alternativa democrática, é o voto na força que reconhece e trabalha pela unidade indispensável para a alcançar.

3.4. Em Lisboa:

— Participar activamente nas iniciativas e acções próprias da coligação, colocando o acento tónico nas propostas, no programa, na conjugação de esforços para a derrota da direita e rejeitando as tentativas de transformação da coligação numa constelação de apoios a uma personalidade partidária.

— Combater a gestão da direita e a tentativa de esconder os propósitos, interesses e apoios que se ocultam atrás da sua

candidatura através de temas, ideias e projectos que nunca foram os da direita em Lisboa, contrariam a sua prática e não são os que verdadeiramente adopta.

— Promover uma campanha autónoma com iniciativas tendentes a mobilizar o eleitorado da CDU para o voto, com particular atenção aos problemas de pobreza em Lisboa, das áreas degradadas, em particular dos núcleos históricos, da juventude, da cultura e do desporto.

— Divulgar o trabalho realizado nas doze freguesias de Lisboa actualmente de presidência CDU e contribuir assim para o alargamento das maiorias democráticas a mais um bom número de freguesias.

3.5. Em Setúbal:

— Mobilizar a população em torno da coligação «Desenvolver Setúbal», aprofundando um projecto novo e imaginativo de resolução dos problemas da população e que constitua uma alternativa mobilizadora à gestão do PS, apoiado pelo PSD.

— Valorizar a unidade alargada que representa a Coligação PCP-PEV-PRD e a equipa de candidatos constituída com o objectivo de uma nova gestão, aberta, participada e ao serviço das populações.

3.6. Na Covilhã

— Conquistar uma alternativa democrática para a gestão do município e das freguesias baseada nas forças que integram a coligação «Mãos à Obra pela Covilhã» (PCP, PEV e PRD) e ainda a ID e independentes, substituindo assim a gestão de presidência PSD.

4. Em relação às várias forças políticas intervenientes no acto eleitoral, o PCP adoptará as seguintes orientações:

— Combate firme à direita, não só no plano autárquico, mas também nos aspectos de política geral, encontrando em cada situação os temas e o equilíbrio entre as questões locais e gerais mais capazes de alargar o apoio ao PCP e aos seus aliados.

— Apresentação do voto e do fortalecimento da CDU como um contributo para a unidade e convergência das forças democráticas, sem prejuízo da crítica concreta e fundamentada à gestão do PS, sempre que se justifique, às suas alianças à direita na gestão autárquica e noutros planos da vida pública e aos seus apelos ao voto útil de esquerda no PS noutras situações como não tendo justificação, nem face à necessidade de fortalecer a CDU como melhor contributo para fortalecer o Poder Local, nem face às necessidades decorrentes da luta por uma alternativa democrática nas autarquias e no País.

— Empenhamento nas coligações e acordos do PCP e do PEV com o PRD, sem prejuízo da crítica às suas alianças à direita quando se verificam, ou da referência às situações em que, concorrendo isoladamente, dispersa votos e pode pôr em causa o êxito de forças democráticas e a derrota da direita.

— Crítica à dispersão e inutilidade de votos nos pequenos partidos, sem prejuízo do registo da importância e progresso que resultou do estabelecimento de acordos com o PCP e a CDU num número significativo de autarquias, em especial dos distritos de Lisboa e Setúbal.

III

PODER LOCAL: AS AMEAÇAS DA DIREITA, A LUTA DEMOCRÁTICA

1. Nas eleições autárquicas de 17 de Dezembro não pode deixar de estar presente o caminho percorrido na construção do Poder Local, as ameaças que sofre, as medidas que são necessárias para o fortalecer, completar, dotar de meios e autonomia para levar mais longe os seus êxitos e a sua capacidade de realização.

Tem sido prática dos sucessivos governos proclamar as excelências do Poder Local, as suas realizações e os méritos dos seus eleitos, ao mesmo tempo que os afrontam, pelas mais variadas formas e, por vezes, conduzem grandes campanhas para justificar o centralismo e autoritarismo, como aconteceu recentemente para pressionar a promulgação da lei da Tutela.

As constantes ingerências, a retirada de competências e a diminuição de recursos, a par da atribuição de novos encargos de forma administrativa e sem os meios correspondentes e do bloqueio de reformas legislativas essenciais, foram instituídas numa prática quase permanente.

Os ataques ao Poder Local, nas condições existentes em Portugal, lesam indirectamente importantes interesses e direitos das populações.

2. É assim que as próximas eleições autárquicas e o novo mandato dos eleitos e dos órgãos das autarquias locais vão decorrer num quadro institucional bem distinto dos anteriores.

O exemplo mais gravoso desta situação traduz-se na aprovação pela Assembleia da República, com os votos do PSD, da proposta do Governo do novo regime da tutela administrativa, lei esta que contraria a vontade expressa por um conjunto vasto de municípios e não teve em consideração uma proposta alternativa apresentada pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e as posições da ANAFRE.

O Governo pretende assim arrogar-se o direito de dissolver e aplicar sanções aos órgãos e aos eleitos nas autarquias, competências que devem ser exclusivamente exercidas pelos tribunais e que não devem estar dependentes e ao sabor do arbítrio de qualquer Governo, sabendo-se que desta forma se estão a propiciar as ingerências e os abusos da(s) força(s) política(s) que esteja(m) a cada momento no Governo e particularmente em vésperas de eleições.

É de lamentar que tal diploma tenha merecido a aceitação e consequente promulgação pelo Presidente da República.

Mediante autorização legislativa, aprovada igualmente na Assembleia da República, o Governo irá regulamentar um novo quadro relativo ao planeamento municipal, intermunicipal e regional, assim como a gestão, administração e exploração de bens do domínio público hídrico. Conhecida a vocação centralista e de absorção de competências municipais do Governo e conhecida, igualmente, a vontade de onerar as contribuições dos cidadãos, é seguro que os futuros diplomas não sevirão o Poder Local e as populações.

Mantém-se igualmente por resolver um conjunto de matérias que têm sido objecto de lutas e vivo debate no seio dos municípios, das freguesias e respectivas associações nacionais e que conduziram:

— Quanto às finanças locais, o aumento nominal de 18% do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 1989 (resultante de uma previsão subavaliada do IVA como o PCP oportunamente preveniu) foi consumido na maior parte pela inflação e o pouco que restava foi gasto devido à inaceitável não transferência para os municípios de verbas correspondentes às isenções do imposto de sisa decretadas pelo Governo; de 2% do produto de cobrança da taxa devida pela primeira venda do pescado; dos montantes dispendidos pelas autarquias para pagamento do IRS e das quotizações da Caixa Nacional de Previdência, Caixa Geral de Aposentações e Montepio dos Servidores do Estado aos seus funcionários, criando assim uma situação em que foram os municípios a financiar a Administração Central;

— quanto às novas responsabilidades em relação ao pessoal não docente do ensino pré-escolar, primário e ciclo preparatório TV, verifica-se a previsão de recursos muito inferiores aos custos reais (o que obrigaria as autarquias a suportar a diferença);

— quanto à regularização das dívidas entre os municípios e a EDP, verifica-se a interrupção do diálogo que estava em curso entre as partes e o recurso pelo Governo, através da lei do Orçamento de Estado de 1989 e de um decreto específico, à imposição do prazo limitado de três meses para o apuramento e regularização das dívidas, findo o qual passará a ser retida na fonte, de forma compulsiva, parte do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e do acréscimo de receita da sisa, sem ser considerada, inadmissivelmente, a reavaliação do património na formulação da renda, a responsabilidade da iluminação pública suportada pela entidade exploradora e uma linha de crédito especial para a regularização das dívidas que vierem a ser apuradas nestes termos.

A recente aprovação de nova legislação levou ainda à retirada de competências dos municípios na execução e fiscalização da política de ordenamento territorial a nível local, no domínio do licenciamento de hipermercados assim como de novas florestações ou plantação de quaisquer espécies florestais com impacte ambiental, alterações ao coberto vegetal de maior dimensão e de empreendimentos turísticos.

3. Simultaneamente, o PSD recusou-se a agendar a discussão do regime de permanência dos membros das Juntas de Freguesia, condição importante para, através da dedicação exclusiva de alguns dos seus eleitos, poderem melhor intervir e, inclusive, levar mais longe a participação das freguesias nas receitas municipais e na assunção de mais vastas atribuições e competências decorrentes da lei.

4. Um outro dado significativo das alterações havidas no quadro institucional é aquele que se refere ao encerramento do processo da segunda revisão constitucional, só possível, com o conteúdo específico que veio a ter, pelo acordo entre o PS e o PSD.

No que diz mais directamente respeito ao Poder Local podem-se destacar duas áreas:

— são extintos os Conselhos Municipais e Regionais, que na primeira revisão constitucional tinham permanecido com o carácter de facultativos, acabando assim com órgãos de participação representativos das populações, dos agentes sociais, económicos, culturais, etc.;

— mantiveram-se normas sobre a simultaneidade da criação das regiões administrativas que têm sido abusivamente invocadas como pretextos para os bloqueamentos da sua criação, cada vez mais necessárias para uma correcta política de desenvolvimento harmonioso das várias regiões do País, configurando-se tal situação a prosseguir como uma clara inconstitucionalidade por omissão.

A falta da regionalização do Continente e a prática assumida pelo Governo, particularmente através das CCR's – Comissões de Coordenação Regional –, torna-se ainda mais gravosa se atendermos ao recente processo de elaboração do PDR – Plano de Desenvolvimento Regional, o qual foi totalmente elaborado em gabinete, pelos vários departamentos da Administração Central e sujeito posteriormente a uma «consulta-farsa» às autarquias e aos chamados agentes sociais, económicos e culturais.

As autarquias locais foram confrontadas com prazos exíguos para apresentarem os projectos e programas do seu interesse, a serem incluídos no PDR, sem definição de prioridades, sem ter em conta quais as taxas de esforço dos orçamentos municipais necessárias e qual o montante do co-financiamento a inscrever no Orçamento de Estado necessário para corresponder à componente financeira de Portugal, enquanto Estado-membro da CEE, no futuro Quadro Comunitário de Apoio.

Esta é também uma nova realidade no exercício do Poder Local devida, no fundamental, à reforma dos fundos estruturais que consagraram como primeiro de cinco objectivos prioritários, a promoção do desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões com atraso de desenvolvimento, nas quais Portugal está considerado no todo do seu território.

5. Para defender e aprofundar o Poder Local, o PCP lutará na Assembleia da República, nas autarquias, na ANMP e na ANAFRE pelas seguintes medidas imediatas:

— Correcção extraordinária imediata do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 1989 de modo a impedir a sua diminuição em termos reais;

— Valor do aumento percentual do Fundo de Equilíbrio Financeiro para 1990 igual à previsão séria do aumento do IVA (460 milhões, tendo em conta valores de Agosto);

— Aprovação da Lei-Quadro das Regiões Administrativas, durante a próxima sessão legislativa, a partir dos projectos de lei já aprovados com vista a adaptar os seus projectos à revisão constitucional;

— Aprovação da lei que permite a existência de eleitos a tempo inteiro nas juntas de freguesia consoante a sua dimensão;

— Aprovação da lei que define um regime mais vasto de competências das freguesias e correspondente regime financeiro, com vista à sua dignificação e fortalecimento;

— Aprovação da lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais;

— Revogação da lei da Tutela e sua substituição por uma lei democrática, não governamentalizada, que garanta a transparência e isenção das deliberações;

— Consagração e reforço das competências dos municípios nas áreas de:

- distribuição do gás canalizado;
- planeamento municipal e intermunicipal;
- execução e fiscalização da política de ordenamento territorial;
- licenciamento de novas florestações ou plantação de quaisquer espécies florestais com impacte ambiental e alterações ao coberto vegetal;
- licenciamento de hipermercados e certos empreendimentos turísticos;
- domínio público hídrico, entre outros.

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Regional impõe-se:

- o conhecimento antecipado do Quadro Comunitário de Apoio, resultante do PDR, no que respeita a projectos e investimentos a serem co-financiados pelas autarquias, dada a importância que tem esta questão para a elaboração dos orçamentos municipais;
- a aprovação de uma lei que defina a participação dos municípios, das associações de municípios ou outros organismos e entidades com participação municipal, na elaboração, acompanhamento, avaliação e gestão dos Programas Operacionais Integrados previstos no PDR.

IV

MANDATO DE 1986-1989: GRANDES LUTAS EM DEFESA DO PODER LOCAL E DE SIGNIFICATIVO AVANÇO NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

1. O mandato de 1986-89 ficará marcado por grandes lutas na construção e em defesa do Poder Local, por reiteradas ofensivas dos sucessivos governos contra as Autarquias Locais.

O actual Governo e a maioria do PSD na Assembleia da República troxeram novos e sérios perigos para o Poder Local que consubstanciam o projecto claro da direita de o transformar num mero apêndice do Governo.

2. Mas se a evolução das tentativas do Governo para alterar o quadro jurídico institucional no sentido do cerceamento da autonomia das autarquias, não é favorável ao reforço das competências e dos meios do Poder Local, o mandato que agora finda assumiu uma importância particular para as autarquias de maioria CDU, nas situações em que, não dispondo a CDU da maioria, conquistou importantes posições em diversos pelouros e noutras em que desempenhou importante papel ao serviço das populações, apesar de não ter responsabilidades executivas.

3. Não é fácil fazer um balanço geral que integre todo o trabalho realizado pelas autarquias CDU e pelos eleitos da CDU em situação de minoria, quer devido a carências estatísticas nesta área quer a outras dificuldades.

A especificidade de cada situação, as características, meios e problemas de cada município e freguesia e a própria personalidade e formação de cada eleito e equipa de eleitos, implicam diferenças de actuação que conduzem a uma diversidade de resultados.

Porém, e sem excluir a existência de dificuldades, deficiências e mesmo erros, é notório, público e geralmente reconhecido que o trabalho dos eleitos comunistas e seus aliados é o mais empenhado, honesto, competente e homogéneo de todas as forças políticas com representação no Poder Local.

Dizer que o balanço do trabalho do PCP e da CDU nas autarquias é claramente positivo no mandato que agora finda é exacto, mas é insuficiente.

Na sequência da rica experiência acumulada em mandatos anteriores, o PCP e a CDU registaram no período de 1986 e 1989 um avanço importante na elaboração e mesmo já na concretização do conceito de desenvolvimento integrado que é objectivo essencial da nossa acção.

Melhorar os serviços prestados, aumentar o bem-estar das populações, dirigir o presente no caminho do projecto colectivo de futuro a que damos corpo, foram preocupações centrais que balizaram a acção do PCP e dos seus aliados na CDU durante todo o mandato.

4. A análise objectiva da experiência dos últimos quatro anos da gestão das autarquias de maioria CDU demonstra cabalmente a falsidade das calúnias do Governo e da direita.

Demonstra quanto é falsa a dicotomia entre «autarquias de infra-estruturas» e «autarquias de desenvolvimento», como se a existência de boas infra-estruturas e o continuado investimento na melhoria da sua qualidade não fosse uma das componentes essenciais ao desenvolvimento.

Com estas afirmações a direita tenta desvalorizar um facto central: onde o PCP e a CDU administraram as autarquias é muito mais elevada a cobertura das necessidades em abastecimento de água, esgotos, lixos e seu tratamento, rede viária e outras, com consequências para a saúde, o ambiente e a qualidade de vida das populações.

A análise objectiva dos factos demonstra também a demagogia das afirmações caluniosas – do Governo, do Primeiro-Ministro e até de alguns responsáveis do PS – de que os eleitos da CDU estariam alheados, ou constituiriam mesmo obstáculo ao desenvolvimento dos municípios em que são maioritários.

O elevado nível de cobertura e a permanente melhoria da qualidade das infra-estruturas de saneamento e da rede viária, o permanente esforço de ordenamento e de planeamento que tem colocado o PCP e a CDU numa posição pioneira no panorama português, a forma isenta e não casuística como as decisões são tomadas e mantidas, a racionalidade na utilização dos solos e a defesa dos interesses das populações e dos trabalhadores, que também se expressa na captação e fixação de mais postos de trabalho, dão garantias de estabilidade a quem investe e tem fomentado a instalação de muitos projectos de novas actividades em municípios de maioria CDU.

5. No decurso do mandato, e ao invés do conceito economicista do crescimento, a CDU procurou harmonizar e equilibrar os vários domínios de intervenção das autarquias, que assumem carácter crescentemente globalizante, ao serviço dos homens e mulheres que dão vida às nossas comunidades.

Isto significa uma acção conjugada:

— na melhoria das infra-estruturas e dos serviços prestados;

— de continuado esforço de ordenamento do território, urbanismo e habitação;

— no desenvolvimento cultural, social e desportivo;

— no desenvolvimento enconómico

enquadrados nos princípios nucleares **do diálogo e da participação** das organizações populares e dos cidadãos, **da defesa ecológica e ambiental** essencial ao nosso progresso e **da descentralização** que aproxime a tomada de decisão das populações.

Aponta-se em seguida, em síntese, o balanço possível da acção das autarquias de maioria CDU e dos eleitos comunistas e seus aliados nestes vários domínios.

6. O **diálogo e a participação**, características marcantes do estilo de trabalho do PCP e da CDU, pese embora algumas deficiências ainda subsistentes, consolidou-se neste mandato:

— no debate aberto e no apelo ao diálogo com todos os interessados em torno das questões concretas da gestão das autarquias, dos problemas do presente e dos projectos de futuro (Planos de Urbanização, Planos Directores, Jornadas, Encontros, Seminários);

— na crescente articulação e coordenação de acções com as organizações da população, estimulando a sua participação na elaboração de planos sectoriais de actividades nas áreas em que têm intervenção;

— na mobilização das populações em torno de campanhas de interesse das comunidades (higiene e limpeza), transportes, acessibilidades, escolas de ciclo e secundárias, defesa do ambiente) e em defesa do Poder Local;

— nos avanços significativos registados na informação às populações e nas estratégias de comunicação, com a criação de serviços, saída de mais documentos com melhorias na forma e no conteúdo e utilização de novos meios (vídeo, viaturas de informação, jornais electrónicos de informação), aumento da distribuição de informação por correio e maior utilização da imprensa e das rádios locais e regionais;

— na melhoria do atendimento às populações, aumentando os períodos de recepção dos eleitos e criando serviços especializados com horários alargados e mesmo em alguns casos instituindo o atendimento telefónico 24 horas por dia;

— na continuação das visitas a locais e as reuniões sectoriais com as populações e alargando as reuniões descentralizadas dos órgãos nas diferentes freguesias.

7. No **ambiente** registaram-se progressos notáveis:

— incrementou-se uma visão integradora de preocupações ambientais nas várias políticas sectoriais;

— promoveram-se campanhas de sensibilização para as questões do ambiente e acções específicas de controlo e de reivindicação de melhoria de diversos tipos de poluição;

— realizaram-se iniciativas e encontros a nível municipal e intermunicipal e promoveram-se comemorações do Dia do Ambiente e Semanas do Ambiente;

— dinamizaram-se acções reivindicativas de grande impacto em defesa do ambiente (recusa do lixo nuclear de Aldeadávila, luta contra o alargamento do Campo de Tiro de Alcochete, contra a poluição no Alviela, no Tejo, no Guadiana, no Barreiro, acções contra a eucaliptização indiscriminada e reivindicação e acção directa na «maré negra» de Sines);

— deu-se um grande impulso à construção de parques e zonas verdes (Amadora, Loures, Almada, Moita, Vila Franca de Xira), parque biológico (Gaia) e de programas de arborização;

— apoiaram-se as associações de ecologistas e de defesa do património que tiveram trabalho concreto na defesa dos interesses das populações;

— promoveram-se acções de defesa da Paz e participámos activamente no Movimento dos Municípios Zonas Livres de Armas Nucleares (ZLAN).

8. No sentido de aproximar os Serviços das populações, consolidou-se o processo de **descentralização** para as freguesias.

Embora não tenham sido registados grandes avanços em comparação com mandatos anteriores, nos quais já se tinham verificado as mudanças mais importantes, e continuem a existir situações diferenciadas, é de registar:

— o alargamento à generalidade dos municípios CDU do aumento das verbas transferidas para as freguesias;

— a descentralização de algumas novas competências para as Juntas de Freguesia em domínios como a varrição, a manutenção de zonas verdes e a prestação de serviços administrativos;

— a generalização à maioria das Juntas de Freguesia do País, da reivindicação da existência de eleitos a tempo inteiro, condição indispensável à efectiva gestão da autarquia e à melhoria da ligação às populações;

— a análise, sistematização e discussão de propostas a apresentar à Assembleia da República para mais competências e meios para as freguesias.

É de realçar a criação da ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias em 1988, apesar da hostilidade das direcções dos partidos de direita, com a participação muito activa desde início de eleitos da CDU e com representação de eleitos do PCP e da CDU nos seus órgãos directivos, que garantem um importante papel reivindicativo à Associação.

9. Na **melhoria das infra-estruturas e dos serviços prestados**, merecem destaque:

9.1. **No saneamento básico e recursos hídricos:**

— o prosseguimento, e mesmo completamento em alguns concelhos, da cobertura das necessidades da população em redes de águas e esgotos;

— o avanço na resolução do tratamento de esgotos, embora subsistam ainda muitas dificuldades e necessidade de se aprofundar o estudo das soluções à adoptar nos diversos casos, tendo em conta os elevados custos da maioria dessas soluções;

— melhoria no controlo da qualidade da água fornecida, com a montagem de laboratórios (Almada, Loures, Vila Franca de Xira) e com a adopção de programas regulares de recolha e análises;

— grande esforço na aquisição de moderno equipamento de recolha de lixo e de limpeza e o lançamento de grandes campanhas de mobilização das populações para a higiene e limpeza (municípios do distrito de Setúbal, Porto, Valongo, e em praticamente todos os de maioria CDU);

— estudo e implementação de soluções de tratamento dos lixos, com a pesquisa de métodos avançados (cooperação das Câmaras do distrito de Setúbal com a Universidade Nova de Lisboa, Plano Director de recolha de resíduos sólidos da Associação de Municípios da Área Metropolitana de Lisboa-Norte).

9.2. **Na rede viária:**

— o prosseguimento e mesmo o completamento da rede viária municipal, com a construção de novas estradas e caminhos, quebrando o isolamento de povoações e de propriedades de pequenos e médios agricultores (Constância, Arraiolos, Beja, Odemira, Mértola, etc.).

— grande incremento de repavimentação e reabilitação de estradas e de arruamentos urbanos;

— avanços em alguns casos no domínio da regulamentação e do estacionamento e da sinalização.

9.3. **Nos Serviços:**

— reestruturação dos Serviços de acordo com o Decreto-Lei 116/84, aceleramento dos processos de informatização de municípios e início do processo em Juntas de Freguesia;

— criação de unidades orgânicas de gestão administrativa e financeira e de recursos humanos e de atendimento ao público, com aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, melhoria da imagem e das condições de trabalho, procura de tratamento mais rápido e menos burocratizado dos Serviços;

— concretização de piquetes de emergência e de serviços de reparações a funcionarem sete dias por semana, 24 horas por dia, nas áreas da distribuição de água e da rede de esgotos.

10. No ordenamento do território, urbanismo e habitação há que realçar:

10.1. **Ordenamento e urbanismo:**

— a implementação dos planos realizados anteriormente, utilizados como instrumentos orientadores na gestão, independentemente da sua ratificação ou não ratificação superior;

— o lançamento de diversos Planos Directores Municipais, que prosseguem a bom ritmo;

— a elaboração, por iniciativa da Associação de Municípios do distrito de Setúbal do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS), primeiro plano integrado de âmbito distrital e o lançamento de novos planos abrangendo distritos (Évora, Beja) e Associações de Municípios (Lezíria do Tejo);

— o avanço significativo nos programas de controlo e recuperação de áreas clandestinas (distritos de Lisboa e de Setúbal).

10.2. **Habitação:**

Perante a demissão dos governos na promoção do direito à habitação, verificaram-se experiências muito diversificadas, de acordo com as carências e realidades locais.

Destacam-se:

— as acções de produção de solo urbanizado e a sua cedência quer para autoconstrução, quer por venda em hasta pública;

— o apoio em terrenos e projectos às cooperativas de habitação, que registaram uma evolução muito positiva durante o mandato;

— o apoio à autoconstrução em terrenos, projectos e mesmo em materiais;

— a realização de diversas iniciativas de apoio à conservação e recuperação de núcleos urbanos de interesse histórico;

– a promoção, em casos muito especiais, de habitação para venda e para arrendamento, e a realização dos respectivos concursos de atribuição.

11. No desenvolvimento cultural, social e desportivo:

Registaram-se grandes impulsos, tendo-se vindo a afirmar gradualmente como área prioritária de intervenção das autarquias CDU (nos quatro municípios CDU em Lisboa o peso das despesas no sector passou de 8% em 1986 para 17% em 1988 e no Alentejo as despesas são as maiores do País *per capita*).

11.1. No mandato processaram-se profundas alterações no papel das autarquias no **sistema educativo,** com crescente peso das autarquias no desenvolvimento das tendências de maior ligação da escola ao meio:

— criaram-se novos serviços, admitiram-se técnicos e estruturou-se a acção para o Ensino;

— continuaram a construir-se novas escolas representando centenas de salas de aula e desenvolveu-se a acção no domínio dos transportes escolares, da acção social escolar, do fornecimento de material didáctico e de combate ao insucesso escolar;

— por pressão das necessidades locais e do Governo, diversos municípios excederam as suas competências tendo avançado na participação da construção de escolas do ciclo e secundárias, numa atitude que dificulta a acção global dos municípios e permite o aumento da pressão do Governo.

11.2. **Na cultura e património cultural:**

– foram criados novos serviços, recrutado e formado novo pessoal;

— foi incrementada a ligação a colectividades e organizações populares e concretizadas estruturas de coordenação;

— foram construídas e criadas novas bibliotecas, museus, centros culturais e casas da cultura;

— foi estimulada a criação cultural mediante concursos e programas específicos abertos a criadores, designadamente jovens (Arte Jovem);

— foi apoiada a formação técnica e a realização de cursos abertos na área cultural;

— foram feitas edições de Roteiros, Monografias e Boletins Culturais;

— foram concretizados programas de visitas para dar a conhecer o património dos concelhos;

— foram promovidas Bienais de Gravura, de Escultura ao ar livre (Amadora), de Fotografia (V. F. Xira), de Marionetes (Évora), Festivais de Arte e de Cultura, Temporadas de Música e de Dança, Programas de Animação Cultural, Festivais de Teatro; produção dos 10 dias de cultura em Silves no quadro das comemorações do Oitavo Centenário da conquista de Silves aos Mouros; Festival da Cultura em Sagres; Feiras de Artesanato de Nisa e Moura; iniciativa «Os povos e as Artes de Évora», etc.;

— foi criada a AMASCULTURA com a Companhia de Teatro do CDIAG (Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett) e concretizou-se também o Teatro de Almada;

— realizaram-se importantes acções inovadoras no domínio do património cultural (Centro Histórico de Sintra, Évora e outros), formação e sensibilização das populações;

— foram adquiridas e/ou beneficiadas quintas e palácios (Almada, Barreiro, Loures, Marinha Grande, Moita, Silves, Seixal, Santiago do Cacém, Sines, V.F. Xira e Associações dos Municípios do distrito de Setúbal).

11.3. **Na cultura física e desporto,** embora a acção tenha sido por vezes desgarrada, verificaram-se passos relevantes:

— na ligação às colectividades e outros agentes, no desenvolvimento de várias modalidades e na recuperação de jogos tradicionais;

— na construção de equipamentos desportivos, desde os polidesportivos descobertos, aos ginásios e piscinas;

— na realização de vasto programa de provas desportivas — Seixalíadas, Jogos Concelhios e Distritais de Beja, Corta Mato Distrital Escolar de Setúbal, Jornadas Desportivas da Marinha Grande, Meia Maratona de Vila Franca de Xira — com milhares de participantes — e na Volta Ciclista ao Alentejo e no Grande Prémio Joaquim Agostinho (organizado pelo Pelouro da responsabilidade da CDU de Torres Vedras);

— nas acções de desenvolvimento de modalidades desportivas e de formação de praticantes, técnicos e dirigentes.

11.4. **Na saúde,** em que a acção das autarquias é supletiva dos Serviços de Saúde, destacaram-se:

— a luta contra o encerramento de serviços e a degradação dos cuidados de saúde;

— o apoio a serviços de saúde e aos bombeiros na acção que desempenham nesta área;

— a realização de campanhas de vacinação e a promoção de campanhas de educação para a saúde.

Não foi dada, contudo, em muitos casos, a devida atenção ao funcionamento das estruturas consultivas onde as autarquias locais têm assento e podem desempenhar importante papel reivindicativo.

11.5. Quanto às acções específicas para as **mulheres,** merece destaque:

— o avanço na reflexão da problemática das mulheres e autarquias — Encontros sobre as Mulheres e o Poder Local em Setúbal e no Alentejo;

— uma especial atenção às áreas que mais incidência têm na vida das mulheres, nomeadamente infância, escolas, abastecimento público;

— a divulgação e a valorização dos direitos das mulheres em diferentes oportunidades, em todas as manifestações colectivas, como as comemorações do Dia Internacional da Mulher e outras acções especificamente dirigidas para a resolução dos problemas das mulheres.

11.6. Quanto à **infância:**

— acentuou-se a cobertura em equipamentos para crianças, infantários e escolas pré-primárias oficiais;

— multiplicaram-se iniciativas especialmente dirigidas às crianças e fazendo a sua ligação ao meio e à vida;

— foram publicadas folhas e jornais infantis em colaboração com escolas e professores;

— foram apoiadas as IPSS (Instituições Particulares de Segurança Social) e outras associações e foram estabelecidos protocolos de colaboração no âmbito da infância e acção social;

— foram continuados programas de apoio médico e de rastreio a infantários.

11.7. No domínio da **juventude** verificou-se uma importante dinamização do trabalho em geral.

Merece realce:

— o aumento do número de Pelouros da Juventude, criação de Serviços de Juventude e dinamização de Comissões Municipais de Juventude;

— o incentivo ao associativismo juvenil local e a crescente participação juvenil organizada nas realizações que lhes dizem respeito;

— a maior fruição da cultura, desporto e tempos livres, usando e participando na gestão de Casas de Juventude, da Cultura e do Desporto e noutros equipamentos;

— a realização de acampamentos juvenis, torneios inter-escolas, festivais («Amar o Tejo, Viver a Paz», Festival da Paz e da Juventude de Alcochete, Festival Évora Jovem 88);

— a análise e o debate dos problemas da juventude em fóruns e encontros sobre a condição social dos jovens;

— o apoio à formação profissional que interesse os jovens e os concelhos e o estímulo às iniciativas de emprego dos jovens;

— a realização de programas e de certames específicos para a juventude (Xira Jovem).

11.8. Quanto à acção para os **reformados:**

— foi ampliado o número de equipamentos para os idosos (Centros de Convívio, Centros de Dia, Lares);

— foram incentivadas as acções das estruturas de cooperação e coordenação existentes, com participação activa das organizações dos idosos;

— foram promovidas campanhas de sensibilização para a situação social do idoso e incentivada a integração dos idosos.

11.9. Quanto à acção para os **deficientes:**

— foi incentivada a eliminação das barreiras arquitectónicas;

— foram adquiridos e postos em funcionamento meios de transporte próprios para deficientes (Loures);

— foram apoiadas as associações de deficientes, nomeadamente, em instalações e outros meios para a sua actividade.

12. O **desenvolvimento económico** tem assumido papel de crescente relevância na intervenção das autarquias.

Os contactos com os agentes económicos, a disponibilização de informação, o estímulo à fixação de actividades económicas não poluidoras e geradoras de riqueza, são hoje actuação permanente dos nossos eleitos e das nossas autarquias.

Nesta área, merecem especial referência:

— as reuniões e debates alargados realizados sobre as grandes linhas do futuro;

— os inquéritos e recolha de informação sobre as actividades económicas existentes, sua previsão de evolução e importância para o município;

— o apoio à actividade das Pequenas e Médias Empresas (PME's) e cooperativas com a construção de infra-estruturas e de equipamentos de apoio;

— o desenvolvimento de acções específicas para a agricultura — caminhos, electrificação rural, apoio ao escoamento dos produtos e às reivindicações e lutas dos agricultores;

— a mobilização e dinamização das capacidades e iniciativas locais e regionais;

— o desenvolvimento de zonas e regiões de turismo, com crescente dinamização — Região de Turismo da Costa Azul, Zona de Turismo de Vila Franca de Xira, Regiões de Turismo de Évora e de Beja, em criação;

— criação de parques de empresas (Moita), de zonas de indústria ligeira (Santiago do Cacém) e realização de loteamentos industriais; construção de um pavilhão da Feira e Exposição Internacional de Silves denominado FIS; a criação da zona de caça condicionada em Silves;

— promoção de feiras especializadas (melão, azeite, vinhos) e de iniciativas e encontros para debate dos problemas dos agentes económicos (II Encontro sobre o Complexo de Sines, Encontro sobe o Papel das Cooperativas no Desenvolvimento do Distrito de Setúbal, participação nos Congressos do Alentejo, Encontros de Viticultores da Amareleja; Feira Nacional de Citricultura — Festa da Laranja em Silves);

— a participação, onde se verificou interesse e vantagem, em sociedades de capital misto, Sociedades de Desenvolvimento Regional e em Centros Empresariais de Inovação;

— a colaboração com associações de industriais em gabinetes de apoio e de informação a industriais e a empresários.

13. O **associativismo e a cooperação intermunicipal** registaram um grande progresso no mandato.

Aprofundou-se e melhorou-se o trabalho da Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, da Associação dos Municípios do Distrito de Évora, da AMASCULTURA (Amadora, Loures, Sobral de Monte Agraço e Vila Franca de Xira), e da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a participação destacada de eleitos comunistas. Foi criada a Associação de Municípios do Litoral Alentejano (cinco municípios). Participou-se activamente na criação da Associação de Municípios dos Resíduos Sólidos e na AMAGAS, que abrange municípios da margem norte do Tejo. Trabalha-se para a criação da Associação de Municípios da Área Metropolitana de Lisboa.

14. O **trabalho em situações de minoria,** embora carecido muitas vezes de maior apoio, traduziu-se, globalmente considerado, em:

— acentuado contributo para a democratização do funcionamento de muitos órgãos autárquicos;

— assumpção de importantes responsabilidades em cidades e municípios como o Porto, Sintra, Gaia, Gondomar, Matosinhos, Valongo, Braga, Guimarães, Coimbra, Almeirim, Peniche e outros;

— melhoria da articulação do trabalho em minoria nas autarquias, com a luta das populações em torno de problemas locais, apesar de permanecerem atrasos em alguns casos;

— intervenção combativa noutras situações;

— notam-se contudo atrasos e dificuldades na informação e contacto com as populações e na valorização da importância da intervenção da CDU noutros casos.

15. Freguesias de maioria CDU situadas em municípios que o não são constituem situações difíceis e de grandes carências de meios, mas de grande importância, em que a acção se caracterizou por:

— intensa mobilização e participação popular;

— melhorias importantes nas condições de vida das populações e um estímulo à prática intensa da democracia participativa.

O trabalho realizado contribuiu para o prestígio da CDU e para a credenciar como uma alternativa para a resolução dos problemas das populações a outros níveis de administração e também noutras freguesias.

16. A Poder Local-Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas (PL-AECOD) — associação que é marca e garante da enorme diferença entre os eleitos comunistas e seus aliados e os restantes eleitos, representa o modo diferente de os comunistas exercerem os seus cargos sem daí tirarem benefícios.

Foram recolhidos no mandato milhares de contos e concedidos apoios sobretudo às freguesias em concelhos onde a CDU é minoritária e a dezenas de associações, colectividades e organizações populares.

17. Em contraste e sem esquecer excepções nem cair em divisões maniqueístas, a **acção de outras forças políticas** merece a seguinte caracterização geral:

— inversão de prioridades de que é exemplo a área do saneamento básico: enquanto nas autarquias de maioria CDU a cobertura é na ordem dos 100%, em Gaia é de 55% em relação ao abastecimento de água e menos de 10% em relação à recolha de esgotos; em Matosinhos é de respectivamente de 67% e 25%; em Gondomar é de 81% e 7%;

— subordinação frequente do interesse público a interesses privados e à especulação desenfreada;

— gestão rotineira, burocratizada, sem planeamento financeiro ou outro;

— degradação do património e sua descaracterização e degradação urbanística de vilas e cidades;

— clientelismo e compadrio frequente em muitas deliberações;

— presidencialismo e falta de colegialidade, autoritarismo, marginalização ou mesmo ausência de funcionamento de assembleias municipais ou de freguesia;

— falta de descentralização administrativa e financeira para as freguesias;

— ausência de informação e de prestação de contas às populações;

— tentativa em algumas situações de limitar a liberdade de propaganda, agora mais agravada com a «Lei Capucho»;

— imposição de generalizadas e pesadas taxas e tarifas às populações para todos os serviços prestados, designadamente na recolha de lixos e saneamento.

V

O PCP E O PODER LOCAL: LINHAS DE ACTUAÇÃO NO PRIMEIRO MANDATO DA DÉCADA DE 90

1. O trabalho realizado, base do futuro

O grandioso trabalho desenvolvido nas autarquias locais pelos comunistas e seus aliados desde o 25 de Abril contribuiu de forma decisiva para a melhoria das condições de vida das populações, e criou algumas das bases fundamentais para o desenvolvimento económico, social e cultural de muitos municípios e freguesias onde esse trabalho pôde ser concretizado.

As acções exemplares de planeamento municipal e intermunicipal, a obra gigantesca realizada no domínio das infra-estruturas básicas — estradas, águas, esgotos, electricidade, lixos, etc. —, o dinamismo, criatividade e capacidade de mobilização demonstrados nas áreas socioculturais — no apoio ao ensino, à saúde, à assistência social, às actividades juvenis, à cultura e ao desporto — são motivo de orgulho para os comunistas e seus aliados, sejam eles eleitos dos órgãos autárquicos, activistas e dinamizadores do movimento popular ou trabalhadores das autarquias, que se empenharam com o seu trabalho, honestidade e competência na concretização de um grande objectivo: melhorar as condições materiais e culturais da vida do povo.

O enorme trabalho desenvolvido nestes 15 anos nas autarquias geridas pelos comunistas e seus aliados permitiu satisfazer muitas das necessidades básicas das populações e criar condições para o desenvolvimento económico e social dessas autarquias.

Os conhecimentos e a experiência adquiridos ao longo destes anos, as bases criadas por todo o vasto trabalho realizado, e as alterações e mutações sociais que se têm vindo a verificar permitem — e exigem — que se caminhe para formas de intervenção qualitativamente mais avançadas que respondam aos novos problemas, novos interesses e novas expectativas das populações.

Na década de 90, o aprofundamento e concretização prática do conceito de **desenvolvimento integrado** – no qual se conjugam e complementam, de forma harmoniosa, as componentes físicas, económicas, sociais, culturais e ambientais — deverá constituir um passo decisivo no caminho da inovação e da melhoria qualitativa da intervenção dos comunistas nas autarquias locais.

O bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações, a fruição cultural, o reforço da solidariedade social gerada pela participação e pela vivência colectiva enraizados nos valores próprios de cada comunidade, são objectivos a prosseguir.

São objectivos que se opõem ao individualismo exacerbado, ao desenraizamento cultural, à apatia e ao imobilismo fomentados pelas forças sociais e políticas que pretendem impedir a emancipação individual, social e nacional do nosso povo.

São objectivos que contribuem para humanizar o quadro de vida das populações, inserindo-as no meio em que vivem, ligando-as num colectivo solidário e participativo.

São objectivos que convergem e contribuem para o desenvolvimento integral da pessoa humana, como indivíduo e ser social.

Na década de 90, o Poder Local democrático irá constituir um dos pilares em que deverá assentar a democracia avançada — política, económica, social e cultural — preconizada e proposta pelo PCP ao povo português para o limiar do século XXI.

2. Os objectivos para os anos 90

Nos anos 90 — de que o próximo mandato constitui a fase de arranque — o trabalho dos eleitos do PCP nos órgãos do Poder Local apontará para os seguintes objectivos fundamentais:

— a contínua melhoria do bem-estar e das condições materiais e culturais de vida das populações;

— a defesa permanente dos seus interesses contra as acções e políticas que lhes sejam contrárias;

— a dinamização e o reforço da vida colectiva e da solidariedade e coesão sociais;

— a expansão e consolidação da democracia participativa;

— o desenvolvimento integrado, equilibrado e harmonioso das regiões, municípios e freguesias.

3. O estilo de trabalho dos comunistas

A acção dos eleitos comunistas — nas autarquias onde detenham a maioria ou onde estejam em minoria — orientar-se-á por princípios básicos que traduzem o seu estilo de trabalho e a sua forma de intervir no Poder Local, designadamente:

— trabalho, honestidade, competência, dedicação e isenção na acção individual e colectiva;

— diálogo, procura de consensos e convergência de esforços para a resolução de problemas concretos das populações;

— participação das populações e do movimento popular na gestão autárquica;

— informação, transparência e prestação de contas às populações;

— respeito pelos direitos dos trabalhadores das autarquias e intensificação da sua participação na gestão autárquica;

— descentralização crescente de competências e meios e desconcentração de serviços, como forma de melhorar a eficácia e eficiência da gestão.

4. **As grandes linhas de orientação**

As grandes linhas de orientação para o trabalho autárquico nos próximos anos decorrem dos objectivos e do estilo de trabalho, e serão, fundamentalmente:

4.1. Dinamizar e aprofundar **a articulação com o movimento popular e a participação das populações** na actividade autárquica, nomeadamente:

— nos processos de formação das decisões sobre questões e problemas mais significativos que lhes digam directamente respeito;

— nos processos de elaboração e aprovação dos Planos (Planos de Actividade, Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização, Planos de Reconversão, etc.);

— na execução e realização de acções nos mais diversos domínios (obras, actividades culturais, desportivas, de protecção do ambiente, etc.).

Haverá que estudar e implementar as formas mais eficazes de assegurar a participação e audição das populações em todos estes processos, nomeadamente através de:

— contacto directo com os munícipes (atendimento pelos eleitos, reuniões descentralizadas, visitas locais, etc.);

— articulação com as organizações populares e outras organizações representativas dos interesses locais (sindicais, patronais, de defesa do património e do ambiente, etc.);

— inquéritos e sondagens de opinião;

— formas expeditas de recolha de críticas e sugestões, e de encaminhamento do estudo e resposta aos problemas levantados.

A participação deve ser pensada e concretizada aos níveis mais adequados a cada problema — bairro, loteamento em reconversão, nova urbanização, aldeia, centro ou núcleo histórico, colectividade, etc. — e às características específicas de cada concelho ou freguesia e da sua população.

4.2. Melhorar **a informação às populações** e explorar **as formas de comunicação** mais eficazes, nomeadamente:

— reuniões com a população, visitas locais, etc.;

— boletins municipais, gerais, sectoriais e/ou dirigidos a camadas específicas da população (crianças, jovens, etc.);

— comunicados, cartazes, exposições fotográficas, folhetos;

— publicações, monografias e brochuras;

— guias, manuais e roteiros úteis para as populações;

— meios audiovisuais (diapositivos, vídeo, meios informáticos, painéis electrónicos de rua, videotex, etc.);

— notícias nos meios de comunicação social (imprensa nacional, regional e local, rádios nacionais e locais, televisão);

— sinalização nas localidades e nos serviços autárquicos, e mapas orientadores.

4.3. Aprofundar e garantir **os direitos dos cidadãos**, mediante compromisso expresso perante o eleitorado, nomeadamente nos seguintes aspectos:

— gestão crescentemente aberta e participada;

— descentralização em direcção aos cidadãos;

— isenção das atitudes e resoluções;

— solicitude crescente das respostas;

— informação devida aos munícipes;

— atendimento humanizado;

— auscultação real aos munícipes;

— acessibilidade crescente;

— estudo e tratamento sério dos problemas individuais ou de grupos de cidadãos;

— oportunidades para todos na cultura e no desporto;

— abertura e transparência da gestão;

— dimensão social e humana da gestão;

— respeito pela comunidade e pelos cidadãos.

4.4 Prosseguir **as acções de planeamento municipal e intermunicipal** em curso, e alargá-las a outros concelhos e regiões, procurando estudar e aproveitar as experiências já existentes, nomeadamente no que se refere a:

— abordagem integrada do desenvolvimento, nas suas diversas componentes (territoriais, económicas, sociais, culturais, ambientais, institucionais, etc.);

— metodologias expeditas e eficazes que possibilitem o encurtamento de prazos e a obtenção progressiva de resultados práticos;

— novas formas de assegurar a mobilização e participação da população e das organizações económicas e sociais no processo de planeamento e na implementação dos planos;

— articulação dos planos regionais e locais com os planos e programas centrais (PDR, PROTs, OIDs, etc.) e com as entidades institucionais a eles ligados;

— novas formas e métodos de intervenção das autarquias na dinamização do desenvolvimento socioeconómico;

— utilização de sistemas de informação e de novos meios tecnológicos.

Sem menosprezo pelas acções de planeamento há que dar especial atenção à **gestão urbanística**, a qual deverá ser operativa e eficaz na aplicação das opções estratégicas e das soluções apresentadas nos Planos, evitando que se acumulem e agudizem os problemas, estrangulamentos e contradições inerentes aos processos de desenvolvimento e ordenamento do território.

4.5. Assegurar um bom nível na qualidade de prestação de serviços **no domínio das infra-estruturas básicas** (rede viária, saneamento básico, distribuição de energia eléctrica), nomeadamente através de:

— expansão e completamento das redes de infra-estruturas onde se justifique;

— concretização de planos sistemáticos de manutenção, conservação, reparação e renovação das redes de equipamento;

— estudo e implementação de medidas (organizativas, técnicas) que assegurem a qualidade dos serviços prestados.

Deve ser dada uma atenção especial:

— ao bom funcionamento das estações de tratamento de águas e de esgotos existentes ou à sua construção quando se justifique;

— ao estado dos pavimentos das estradas e arruamentos, e à sinalização adequada da rede viária;

— ao destino final e tratamento dos resíduos sólidos (lixos);

— ao estado de conservação e capacidade das redes de distribuição de energia eléctrica e da iluminação pública.

Deve ainda ser analisada e reforçada a articulação e cooperação intermunicipal para a resolução de muitos destes problemas.

4.6. Prosseguir o esforço de construção, manutenção e funcionamento de **equipamentos colectivos** — de ensino, assistência, cultura e desporto — que são da competência do Poder Local tendo em conta, nomeadamente que:

— estes equipamentos devem ser, em geral, inseridos em redes devidamente articuladas a nível municipal e mesmo intermunicipal, implantadas no território por forma a assegurarem uma boa cobertura na prestação de serviços às populações;

— os equipamentos são o suporte material de actividades que devem corresponder à concretização prática de políticas municipais previamente definidas;

— a larga utilização e usufruto destes equipamentos pelas populações devem ser considerados como um importante contributo para o seu desenvolvimento sociocultural, pelo que devem ser aprofundadas as melhores formas de incentivar essa utilização, nomeadamente, quando possível, através da participação organizada na gestão desses equipamentos.

Ainda no que se refere aos equipamentos colectivos, há que prosseguir as lutas, junto do Poder Central, pela construção e bom funcionamento dos equipamentos que são da sua responsabilidade, mobilizando as populações em torno dessa luta, nomeadamente através da informação adequada e oportuna.

4.7. Dar especial atenção e desenvolver um trabalho sistemático no domínio da **melhoria da qualidade da vida urbana**, tendo como objectivos, nomeadamente:

— facilitar e estimular a aproximação, a comunicação, o convívio e a vida comunitária entre os moradores das ruas, bairros e povoações, contribuindo para o seu enraizamento e ligação ao meio em que vivem, e reforçando a solidariedade e coesão sociais;

— proporcionar melhores condições para a fruição dos tempos livres e do lazer pelos indivíduos de todas as idades;

— possibilitar o estabelecimento de uma adequada relação (física e/ou de transporte) entre a residência e o emprego, a residência e a escola e a residência e o equipamento colectivo;

— assegurar a circulação fluente, agradável e não conflitual de pessoas e viaturas;

— melhorar a imagem e a qualidade dos espaços urbanos.

Estes objectivos podem ser concretizados através de medidas diversificadas, nomeadamente através de:

— um adequado planeamento urbanístico, concretizado em Planos Gerais, Parcelares e de Pormenor;

— a defesa e valorização do património arquitectónico, monumental ou popular;

— a defesa e valorização do património natural e ambiental;

— a criação, preservação e manutenção de espaços verdes adequadamente equipados como espaços de lazer e ocupação de tempos livres;

— a construção de mobiliário urbano, e os arranjos exteriores das ruas e bairros (ajardinamentos, arborização, passeios, estacionamentos, zonas de circulação de peões, largos e praças públicas, etc.);

— a manutenção e conservação das estradas e arruamentos e a sua adequada sinalização;

— a limpeza urbana e salubridade pública;

— a melhoria da qualidade dos projectos e das construções, enquandrando-os adequadamente no ambiente que se pretende criar ou preservar (tipo e traças da construção, materiais e cores a utilizar, tipo de uso, cérceas, etc.);

— a promoção de planos de recuperação e renovação, sempre que possível, de loteamentos ilegais, construções clandestinas e áreas degradadas, com o envolvimento e participação directa dos moradores.

4.8. Ampliar, reforçar e melhorar o trabalho nos **domínios da cultura, desporto e tempos livres**, procurando inseri-lo numa política municipal orientada para o **desenvolvimento sociocultural das populações**, componente essencial do desenvolvimento integrado que se pretende prosseguir. Assim, haverá que:

— prosseguir, de forma sistemática, uma política de defesa, divulgação, valorização e fruição do património cultural, regional e local, seja o património material (natural, arqueológico, arquitectónico, documental, etc.), seja o imaterial (tradições, cantares, poesia popular, etc.);

— estudar e promover novas formas de fomento da actividade desportiva apoiada nos equipamentos colectivos existentes ou nos recursos naturais e ambientais utilizáveis (rios e espelhos de água para actividades náuticas, matas, montes e serras para marcha e montanhismo, etc.);

— estudar e promover novas formas de ocupação dos tempos livres para todos os estratos etários da população;

— prosseguir uma política coerente e integrada de apoio e dinamização dos agentes socioculturais existentes, seja através de apoios materiais seja de apoios em meios humanos especializadores (animadores culturais e desportivos);

— apoiar e fomentar a participação colectiva e a intervenção criativa das populações em acontecimentos culturais e desportivos de âmbito municipal ou supramunicipal;

— dar especial atenção às iniciativas e organizações da Juventude e incentivar e apoiar a sua participação nas decisões que mais directamente lhes digam respeito, facilitando e estimulando uma maior autonomia de actuação;

— continuar e reforçar uma política integrada de acção e animação cultural, contribuindo para uma maior abertura de perspectivas locais e regionais às culturas local, nacional e universal.

4.9. Dinamizar o **desenvolvimento económico, regional e local**, salvaguardando o equilíbrio ecológico, a qualidade do ambiente e o ordenamento equilibrado do território.

Neste sentido haverá que:

— criar condições básicas (infra-estruturas, acessibilidades, disponibilidade de terrenos) que proporcionem o desenvolvimento económico através da realização de investimentos nos sectores produtivos e de serviços;

— dialogar ou reivindicar junto da Administração Central para que sejam criadas condições indispensáveis ao desenvolvimento que não são da competência do Poder Local;

— promover o diálogo e a procura de consensos possíveis com agentes económicos por forma a dinamizar e enquadrar a sua intervenção no desenvolvimento do território;

— organizar, sistematizar e disponibilizar a informação necessária à análise e decisão de investimento por parte dos agentes económicos públicos e privados, nomeadamente através da constituição de Gabinetes de Apoio ao Desenvolvimento Económico no âmbito dos Municípios ou das Associações de Municípios;

— prosseguir a luta pela clarificação e transparência dos processos de acesso aos Fundos Comunitários, no quadro do futuro PDR, e batalhar pela obtenção desses fundos para a concretização de projectos adequados ao desenvolvimento integrado das regiões e municípios;

— enquadrar eventuais iniciativas directas das autarquias nas áreas produtivas numa política mais geral de dinamização do tecido económico local, quando este tecido não demonstre capacidade própria para promover o desenvolvimento económico, como sucede em muitos concelhos do interior.

4.10. Melhorar, optimizar e humanizar **a organização dos serviços autárquicos**, encarando-os como um espaço que deve reflectir as opções, princípios e estilo de trabalho dos eleitos, na sua relação com os cidadãos e com a comunidade.

Haverá que encontrar novas soluções organizativas e novas formas de funcionamento que contribuam designadamente para:

— melhorar a eficiência dos serviços e a eficácia de resposta às necessidades e solicitações das populações;

— possibilitar uma maior disponibilidade dos eleitos para o diálogo e a ligação às populações, o estudo, a análise e definição de estratégias e políticas municipais, a elaboração e controlo da execução de planos e programas de trabalho, etc.;

— reforçar o papel e o poder de intervenção das Freguesias e a sua maior ligação às populações e ao movimento popular de base;

— possibilitar aos trabalhadores das autarquias um melhor enquadramento e uma maior valorização da sua actividade.

Assim, haverá que tomar medidas diversificadas, nomeadamente:

— reforçar a descentralização para as Freguesias;

— aplicar medidas de descentralização das decisões, delegação de competências e desconcentração de serviços, sempre que tal se mostre viável e adequado;

— estudar e implementar medidas que possibilitem a desburocratização dos serviços e a simplificação de procedimentos que influam no relacionamento da autarquia com os munícipes;

— introduzir ou ampliar, onde já exista, a utilização de novas tecnologias, nomeadamente os meios informáticos e audiovisuais, as telecomunicações, etc.;

— estudar e implementar medidas que permitam melhorar os métodos de trabalho, nomeadamente na relação entre os eleitos e os serviços;

— estudar — e concretizar quando se justifique — a criação de empresas municipais ou intermunicipais que possibilitem a melhoria da prestação de serviços às populações;

— reforçar e ampliar a cooperação e associativismo intermunicipal nos domínios e nas condições em que tal se mostre conveniente, incluindo na criação de serviços comuns a diversas autarquias;

— aprofundar, ampliar e desenvolver de forma sistemática a formação dos trabalhadores das autarquias, por forma a possibilitar a sua valorização profissional e melhoria de qualificação, e criar melhores condições para o seu empenhamento na prossecução dos objectivos da autarquia.

VI

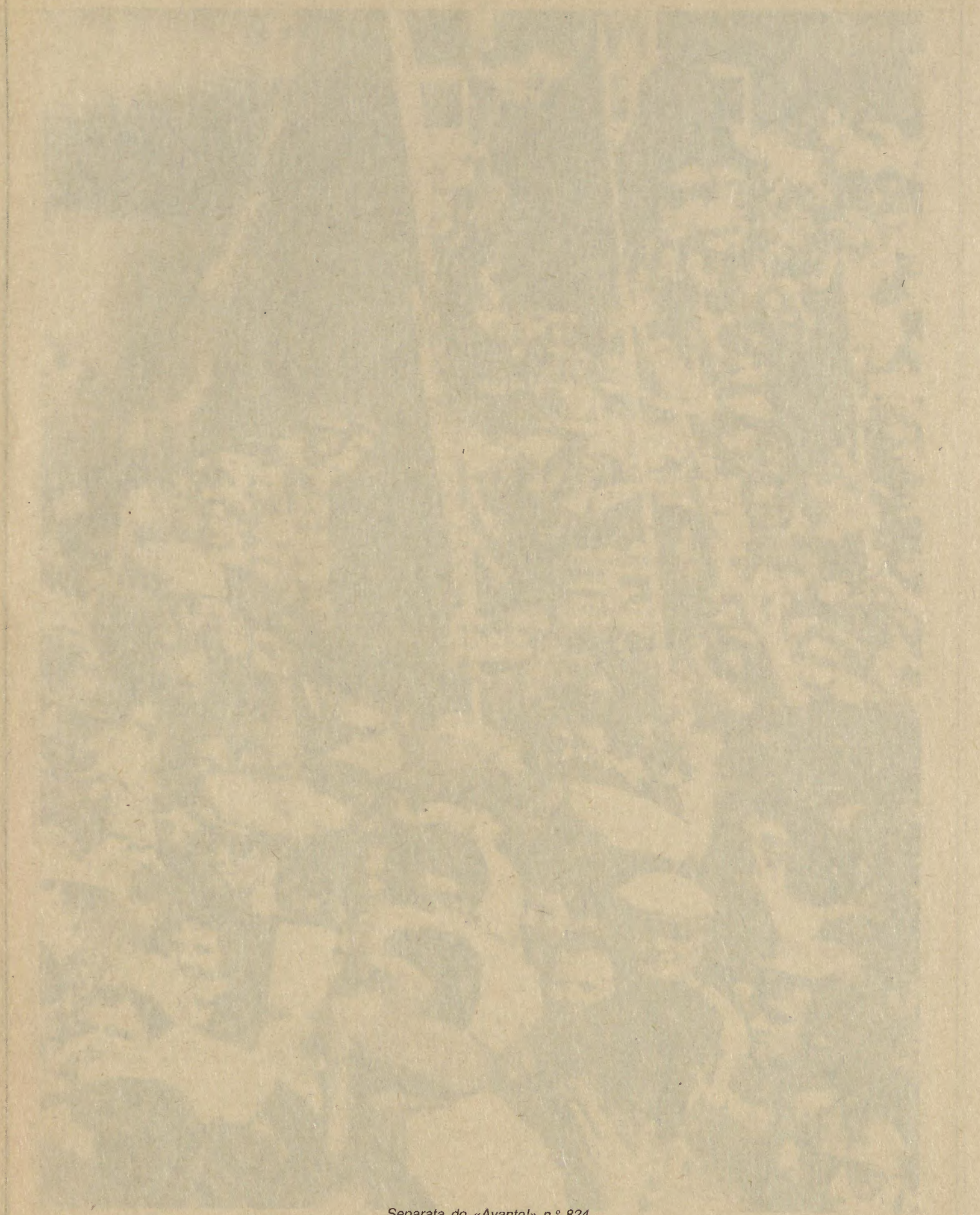
PARA UMA GRANDE VITÓRIA DA CDU E DA DEMOCRACIA EM DEZEMBRO DE 1989

Está ao alcance do PCP, dos seus aliados eleitorais e dos democratas em geral, um importante êxito eleitoral em Dezembro de 1989.

Todos os objectivos eleitorais definidos, são importantes e há que trabalhar para os alcançar a todos.

Não será justo, porém, avaliar os resultados globais apenas por um ou outro resultado parcial, apesar da sua projecção e alcance.

Avaliados globalmente, os resultados serão seguramente um contributo para fortalecer as posições dos comunistas e dos seus aliados nos órgãos de Poder Local, bem como a sua capacidade de contribuírem para uma vida melhor das populações, para a derrota da direita e a construção de uma alternativa democrática.



Separata do «Avante!» n.º 824,
de 12 de Outubro de 1989